



**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA \_\_\_\_ª VARA CÍVEL  
DA COMARCA DO FORTALEZA – CEARÁ.**

**JULIANE CAVALANTE PIMENTA**, brasileira, solteira, estudante, portadora da cédula de identidade RG nº. 340913399 SSP-CE, inscrita no CPF sob o nº. 020.050.093-77, residente e domiciliada na Rua Francisco Ramos nº. 155, casa 05, Bairro Pedras, CEP: 60874-590, Fortaleza/Ce, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, por intermédio dos causídicos *in fine* assinados, ambos com escritório profissional na Rua Barão do Rio, nº. 1779, José Bonifácio, CEP: 60025-062, Fortaleza/Ce, onde recebe intimações, com fulcro no art. 3º da Lei 6.194/74 e demais disposições legais aplicáveis à matéria, propor a presente.

**AÇÃO SUMÁRIA DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT, COM  
PEDIDO DE PERÍCIA MÉDICA**

em face de **MARÍTIMA SEGUROS S/A**, inscrita no CNPJ 61.383.493/0001-80, pessoa jurídica de direito privado, com endereço para notificações na Rua Barbosa de Freitas, 795, Meireles – Fortaleza/CE – CEP: 60.170-020, pelas razões fáticas e jurídicas a seguir expendidas:



### **DA JUSTIÇA GRATUITA:**

Requer a Vossa Excelência que seja concedido o benefício da Gratuidade de Justiça, com embasamento na lei 1.060/50, com alterações introduzidas pela lei 7.510/86, por não ter condições de arcar com às custas processuais e honorários advocatícios, sem prejuízo do próprio sustento e de sua família.

### **I - DOS FATOS:**

O requerente restou permanentemente inválido em decorrência de acidente de trânsito ocorrido em **20/04/2015**, resultando em **TCE**, conforme comprova a documentação anexa, Boletim de Ocorrência, Registro de Atendimento Médico Emergencial, os quais comprovam incapacidade laboral e sequelas.

Ocorre que o requerente não teve seu pleito totalmente atendido, tendo o autor recebido **R\$ 1.687,50** (hum mil seiscientos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos) a título de pagamento administrativo, o que pela lei 11.482/07, teria direito ao valor de **R\$ 13.500,00** (treze mil e quinhentos reais), o que por ora faz jus a diferença de **R\$ 11.812,50** (onze mil oitocentos e doze reais e cinquenta centavos).

Assim, não lhe resta alternativa senão o ajuizamento da presente ação instruída apenas com a documentação ora anexada, eis que outros documentos foram juntados no processo administrativo e não foram devolvidos pela seguradora.

### **II - DO DIREITO:**

O seguro DPVAT é um seguro de caráter eminentemente social, tendo como um de seus objetivos, conferir amparo financeiro mínimo diante das necessidades das pessoas vitimadas de acidente de trânsito que se tornam permanentemente inválidas – seja a invalidez física ou psíquica.



Como é cediço, referido amparo mínimo às vítimas inválidas é pago através de indenizações advindas de um fundo comum administrado pela SEGURADORA, oriundo do seguro obrigatório pago pelos proprietários de veículo automotores, e composto por inúmeras companhias seguradoras integrante deste fundo. No entanto, o que temos observado é que esses valores não tem sido repassados de forma integral às vítimas de acidentes, verificando verdadeiros abusos e falta de fiscalização, com pagamento de valores menores ao que estão discriminados na tabela de grau de lesão.

Ocorre Exa., em muitos casos as vítimas são sequer aferidas, comparecendo às clínicas credenciadas e muitas das vezes são tratadas com descaso e sequer tem seu direito resguardado com perícias mal feitas, ensejando assim pagamentos irrisórios que em nada contempla ao que esta inserido na Lei.

Existe um convênio entre essas diversas seguradoras cuja gestão e administração cabe a seguradora.

As ações judiciais de Cobrança de Indenizações de DPVAT podem ser movidas contra qualquer uma das seguradoras integrantes do referido convênio, in verbis:

QUALQUER SEGURADORA QUE OPERA NO SISTEMA PODE SER ACIONADA PARA PAGAR O VALOR DA INDENIZAÇÃO CORRESPONDENTE AO SEGURO OBRIGATÓRIO, assegurado o direito de regresso. Precedentes. **“(STJ, 4ª Turma, AgRg no Ag nº 870.091, rel. Min. João Otávio de Noronha, v.u., j. 20.11.2007) (g.n)”**

Mantém-se na íntegra a decisão recorrida cujos fundamentos não foram infirmados.

“AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO QUE NÃO LOGRA INFIRMA OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. SEGURO OBRIGATORIO. DPVAT. ACIDENTE DE TRANSITO. **LEGITIMIDADE PASSIVA.** SEGURADORA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA N 211/STJ. MATÉRIA CONSTITUCIONAL.

**IMPOSSIBILIDADE DE EXAME NA VIA DO RECURSO ESPECIAL".**

Portanto, cumpre a parte autora com o determinado por lei e embasado na jurisprudência, para fazer jus ao reconhecimento do direito a indenização, bem como ao recebimento da mesma, o que desde já requer.

**III - DOS PEDIDOS:**

Diante do exposto, requer a Vossa Excelência:

**a)** A concessão dos benefícios da justiça gratuita, por ser o requerente Pobre na Forma da Lei, carecedor de recursos para custear as despesas do processo, sem prejuízo do próprio sustento, conforme declaração anexa;

**b)** A citação e intimação da requerida, por via postal e com Aviso de Recebimento, para exhibir cópia do processo administrativo em 05 dias, sob pena de multa diária de R\$ 500,00 (quinhentos reais) e responder aos termos da presente, no prazo máximo de 15 dias, sob pena de preclusão e revelia;

**c)** Requer que V. Exa., determine o pagamento proporcional à sequela conforme a Tabela da Lei 11.945/09, no valor de **R\$ 11.812,50** (onze mil oitocentos e doze reais e cinquenta centavos), após perícia médica realizada pelo IML, uma vez que, só é possível quantificar o grau de lesão após a realização de perícia médica, por isso do pedido alternativo;

**d)** Considerando que a presente ação trata de cobrança de diferença de seguro DPVAT e por se tratar de matéria de direito, requer o julgamento antecipado da lide, com a procedência de demanda, para condenar a seguradora-ré ao pagamento dos pedidos acima requeridos, com incidência de juros de 1% (um por cento) ao mês a contar da citação e atualização monetária (IGPM) a contar da data do acidente ou do processo/pagamento administrativo, e custas processuais, não devendo





recair sobre a parte autora quaisquer ônus sucumbências por ter pedidos alternativos e ser beneficiária da justiça gratuita conforme o CPC;

**e)** A condenação da seguradora-ré ao ônus da sucumbência, com fixação de honorários advocatícios de 20% sobre o valor final e atualizado, da condenação.

Por derradeiro, requer que as intimações sejam direcionadas ao Dr. Ismael Rabelo Leal, advogado inscrito na OAB/CE sob nº. 32.742, com escritório profissional em Fortaleza, na Rua Barão do Rio Branco, 1779, José Bonifácio; sob pena de nulidade do ato.

Protesta provar o alegado por todos os meios de provas, notadamente, juntada posterior de documentos.

Dá-se a presente causa para efeitos fiscais o valor de **R\$ 11.812,50** (onze mil oitocentos e doze reais e cinquenta centavos).

Termos em que,

Pede deferimento,

Fortaleza, 10 de novembro de 2015.

**ISMAEL RABELO LEAL**  
**OAB/CE 32.742**

**FELIPE REINALDO RABELO LEAL**  
**OAB/CE 17.528**

PROCURAÇÃO

Nome: <u>Juliana Ludoviana Pimenta</u>
Nacionalidade: <u>Brasileira</u> , estado civil: <u>SOLTEIRA</u>
Profissão: <u>ESTUDANTE</u>
RG: <u>3409133-99</u> SSP/ <u>CE</u> CPF: <u>020050093-77</u>

Logradouro: <u>Francisco Raimundo</u>
<u>Nº 155</u> , Compl <u>lusa (05)</u>
Bairro: <u>Rebouças</u> CEP: <u>60874590</u>
Cidade: <u>Fortaleza</u> , UF: <u>CE</u> Tel: _____

**OUTORGADO:** Ismael Rabelo Leal, brasileiro, casado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil sob o nº. 32.742, email: [ismaellealadv@hotmail.com](mailto:ismaellealadv@hotmail.com) e Felipe Reinaldo Rabelo Leal, brasileiro, casado, advogado, inscrição na OAB/CE 17.458, ambos com escritório profissional situado na Rua Barão do Rio Branco 1779 Centro, Fortaleza - Ceará, Fone: (85)98685-3187/(85) 3051-3996, onde recebe intimações, notificações, etc.

**PODERES:** Para o FORO EM GERAL, com Cláusula "*ad-judicia et extra*", para promover a defesa do mandante ou a de qualquer interesse seu, seja através de atos de representações, seja intentando ações ou defendendo-o das que contra si forem intentadas, podendo ainda confessar, reconhecer procedência de pedidos, receber citações, transigir, desistir, renunciar a direitos sobre que se fundam ações, dar quitação, firmar compromisso, receber e dar quitação, endossar cheque, receber alvará em nome do outorgante, dando tido por bom e valioso, com o fim específico para **AJUIZAR AÇÃO NA JUSTIÇA ESTADUAL DO CEARÁ**, podendo substabelecer com o sem reserva de iguais poderes em todas as instancias da Justiça Estadual deste estado.

Fortaleza (CE), 20 de Outubro de 2015.

Juliana Ludoviana Pimenta  
Assinatura

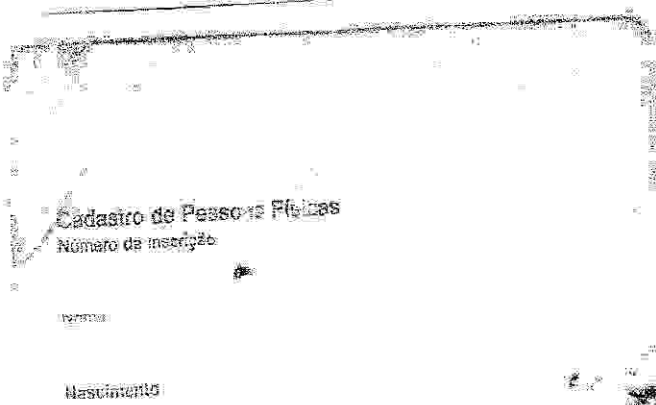
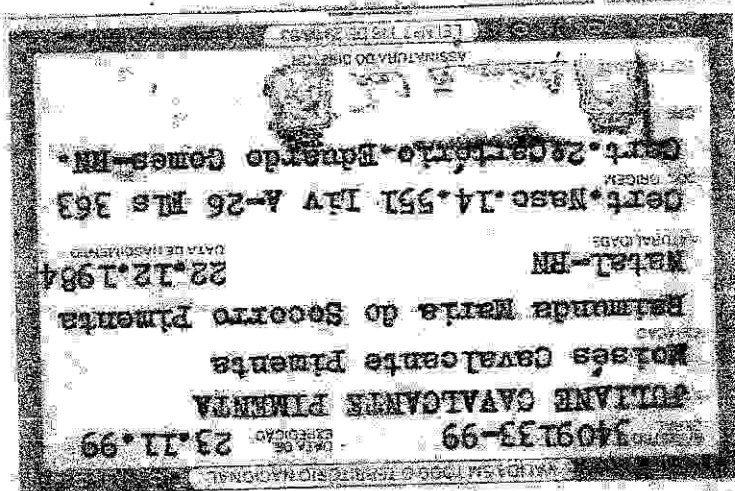
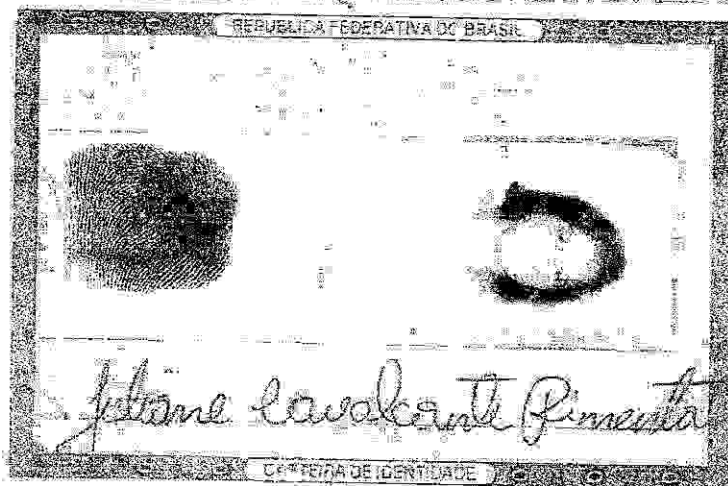
## DECLARAÇÃO DE POBREZA

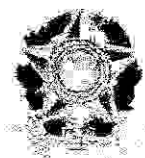
Nome: <u>Juliane Cruzelante Pimenta</u>	
Nacionalidade: <u>Brasileira</u>	Estado: <u>Ceará</u> Estado Civil: <u>SOLTEIRA</u>
Profissão: <u>ESTUDANTE</u>	
Rg: <u>3404133-99</u> SSP/CE - CPF: <u>020050093-77</u>	
Logradouro: <u>Imaculada Ramos</u>	
, Nº <u>155</u> , Compl.: <u>caso 05</u>	
Bairro: <u>Leões</u>	CEP <u>60874590</u>
Cidade: <u>Fortaleza</u>	Telefone: _____

***Desejamos obter os benefícios da "Justiça Gratuita", declara, sob as penas da lei que não possui recursos suficientes para custear qualquer demanda, sem prejuízo do sustento próprio e da família, pelo que, nos termos da lei nº 1.060 de 05 de Fevereiro de 1950, faz jus aos benefícios da gratuidade da justiça.***

**Fortaleza/CE: 20 de setembro de 2015**

Juliane Cruzelante Pimenta





Ministério da Fazenda  
Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: **020.050.093-77**

Nome da Pessoa Física: **JULIANE CAVALCANTE PIMENTA**

Data de Nascimento: **22/12/1984**

Situação Cadastral: **REGULAR**

Data da inscrição: **28/04/2004**

Digito Verificador: **00**

Comprovante emitido às: **16:04:30** do dia **15/06/2015** (hora e data de Brasília).

Código de controle do comprovante: **0CC3.E14D.BBB9.5976**

A autenticidade deste comprovante deverá ser confirmada na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil na Internet, no endereço \_\_\_\_\_

Este documento não substitui o \_\_\_\_\_

(Modelo aprovado pela IN/RFB nº 1.548, de 13/02/2015.)



2278

**PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA SAUDE**  
**HOSP.DIST. MARIA JOSE BARROSO DE OLIVEIRA**  
**FROTINHA DE PARANGABA**



Prefeitura de  
**Fortal**

1507320958	21/04/2015 11:44:08	FICHA DE ATENDIMENTO		TRAUMATOLOGIA		DIURNO	
Paciente	Data Nascimento	Idade	CNS	CPF	F. Co		
JULIANE CAVALCANTE PIMENTA	22/12/1984	30 A 3 M 30 D	702604201803444	02005009377	0015		
Tip. Doc	Documento	Org?o Emissor	Data Emiss?o	Sexo	Estado Civil	Ra?a/Co	Naturalidade
IDENTIDAD	340913399			F	SOLTEIRO(A)	PARD	NATAL - RN
M?e		Pai					Contatos
RAMAUNDA MARIA DO SOCORRO PIMENTA		MOISES CAVALCANTE PIMENTA					(85) 9736-2110
Endere?o							
RUA - FRANCISCO RAMOS - 155 - MESSEJANA - FORTALEZA - CE.							

Cla. de Risco	Plano Convênio	Nº da Carteira	Validade	Autoriza??o	Ser. Fisio
<b>SJS - SISTEMA UNICO DE SAUDE</b>					
Motivo do Atendimento	Car.ter do Atendimento	Profissional do Atend.	Proced?ncia	Temp	Peso
Setor	URG?NCIA				
	Tipo de Chegada	Procedimento Sol.			Registrado por
	DEMANDA ESPONTANEA				PAULA ANDRADE

História Principal Anamnese de Enfermagem	<input type="checkbox"/> Síndrome Febril <input type="checkbox"/> Sintoma? tico Respiratório <input type="checkbox"/> Suspeita de SIDA GSG AD 1234 RV 12345 MRV 12345
--	---

Nome F?sico

→ João + L. Carlos

Nome F?sico

SADT - Exames Complementares

( ) RAIO-X    ( ) ULTRA-SOM    ( ) TC    ( ) SANGUE    ( ) URINA    ( ) ECG    ( ) OUTROS\*

PRESCRIÇÃO	APRAZAMENTO	OBSERVAÇÃO
<p><i>Contorno 1 por 1000</i></p> <p><i>Revista</i></p>	<p><i>Chil S. Alves</i></p> <p><i>RECEBUEIRO - MATRÍCULA</i></p>	<p><i>27/01/2003 42</i></p>
<p><i>Paulo R.</i></p>		

Conduta

( ) Alta por Decisão Médica

( ) Alta a Pedido

( ) Alta a Revelia

( ) Transferência para:

( ) Ambulatório

( ) Observação (At? 24h)

( ) Internação

Data e Hora da Saída/Alta: 1 / 1

Res do 1º Atendimento? ( ) Sim ( ) Não Destino: ( ) Familiar ( ) IML Anatomia Patológica

Assinatura do Paciente ou Responsável

Impresso por paula.andrade  
Data Hora: 21/04/2015 11:46:59



1 5 0 0 0 3 2 2 1 5





**GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL  
POLÍCIA CIVIL  
DELEGACIA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRANSITO**

**BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº 301 - 2083 / 2015**

***Dados da Ocorrência***

Natureza do Fato: **ACIDENTE DE TRÂNSITO**  
Data / Hora da Comunicação: **07/08/2015 09:35:13**  
Data / Hora da Ocorrência : **20/04/2015 12:00:13**  
Endereço da Ocorrência: **ROD BR 116**

**MESSEJANA FORTALEZA /CE**

Ponto de Referência: **ALTURA DO KM 11**

***Dados da(s) Vítima(s)***

Nome: **JULIANE CAVALCANTE PIMENTA**  
Nascimento : **22/12/1984**  
RG: **340913399** Órgão Emissor: **SSP** UF: **RN** - CPF: **02005009377**  
Filiação: **MOISES CAVALCANTE PIMENTA**  
**RAIMUNDA MARIA DO SOCORRO PIMENTA**

Endereço: **R FRANCISCO RAMOS 155 CASA 5**  
**PEDRAS**  
**FORTALEZA CE BRASIL**

Telefone: **97362110**

Nome: **MARCUS RYAN CAVALCANTE BESERRA**  
Nascimento : **16/11/2005**  
RG: **20081591505** Órgão Emissor: **SSP** UF: **CE** - CPF: **06649397326**  
Filiação: **MARCUS PAULO BESERRA DA SILVA**  
**JULIANE CAVALCANTE PIMENTA**

Endereço: **R FRANCISCO RAMOS 155 CASA 5**  
**PEDRAS**  
**FORTALEZA CE BRASIL**

Telefone:

Nome: **MARCUS PAULO BESERRA DA SILVA**  
Nascimento : **12/06/1985**  
RG: Órgão Emissor: UF: - CPF:  
Filiação: **FRANCISCO DE ASSIS DA SILVA**  
**FRANCISCA BESERRA DA SILVA**

Endereço: **R FRANCISCO RAMOS 155 CASA 5**  
**PEDRAS**  
**FORTALEZA CE BRASIL**

Telefone: **96877294**

***Histórico***

**AFIRMA O DECLARANTE, MARCUS PAULO BESSERA DA SILVA, QUE NA DATA E HORA ACIMA CITADOS TRAFEGAVA EM UMA MOTO HONDA CG 150, COR CINZA, ANO 2008, PLACA HYW 5287, LICENCIADA EM NOME DE VENIRA ALVES BESERRA, PELA BR 116, SENTIDO CAPITAL/ INTERIOR, JUNTAMENTE COM SUA ESPOSA E SEU FILHO NA GARUPA DA MOTO, QUANDO NA ALTURA DO KM 11, UM VEICULO DE PLACAS NÃO ANOTADAS TRANCOU SUA MOTOCICLETA, OCASIÃO EM QUE A**

**SINISTRO 3150761596 - Resultado de consulta por beneficiário****VÍTIMA JULIANE CAVALCANTE PIMENTA****COBERTURA Invalidez****SEGURADORA RESPONSÁVEL PELO SINISTRO COMPREV SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A****BENEFICIÁRIO JULIANE CAVALCANTE PIMENTA****CPF/CNPJ: 02005009377****Posição em 21-09-2015 10:53:11****Pagamento liberado pela Seguradora Lider DPVAT.****Valor: R\$ 1.687,50****Data de liberação do pagamento: 21/09/2015****O prazo para recebimento da indenização no banco depende do tempo necessário ao processamento bancário, que é de até 5 dias úteis contados a partir da data da liberação.**

<b>Data do Pagamento</b>	<b>Valor da Indenizacao</b>	<b>Juros e Correção</b>	<b>Valor Total</b>
21/09/2015	R\$ 1.687,50	R\$ 0,00	R\$ 1.687,50

20%  
337,00.

Danos Corporais Previstos na Lei	Total (100%)	Intensa (75%)	Média (50%)	Leve (25%)	Residual (10%)
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	R\$ 13.500,00	R\$ 10.125,00	R\$ 6.750,00	R\$ 3.375,00	R\$ 1.350,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior					
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral					
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica					
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	R\$ 9.450,00	R\$ 7.087,50	R\$ 4.725,00	R\$ 2.362,50	R\$ 945,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	R\$ 6.750,00	R\$ 5.062,50	R\$ 3.375,00	R\$ 1.687,50	R\$ 675,00
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho					
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	R\$ 3.375,00	R\$ 2.531,25	R\$ 1.687,50	R\$ 843,75	R\$ 337,50
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo					
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral					
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	R\$ 1.350,00	R\$ 1.012,50	R\$ 675,00	R\$ 337,50	R\$ 135,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé					
Perda integral (retirada cirúrgica) do bço					



# PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Fortaleza

11ª Vara Cível

Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes, nº 220, Água Fria - CEP 60811-690, Fone: (85) 3492 8322, Fortaleza-CE - E-mail: for11cv@tjce.jus.br

## DESPACHO

Processo nº: **0205873-30.2015.8.06.0001**  
 Apensos:  
 Classe: **Procedimento Sumário**  
 Assunto: **Seguro**  
 Requerente: **Juliane Cavalcante Pimenta**  
 Requerido: **Marítima Seguros S/A**

Defiro a gratuidade da justiça pleiteada.

Verificando-se a inviabilidade de realização de acordo em audiência, conforme tem se observado em ações desta natureza, e tendo em vista a necessidade de prova pericial de maior complexidade, determino a conversão do rito em ordinário, conforme autoriza o art. 277, § 4º do CPC, devendo a secretaria da vara proceder as anotações necessárias no cadastro do processo.

Cite-se a parte promovida, por carta com AR/MP, para responder a ação, no prazo de 15 dias, devendo constar do expediente as advertências a que alude os arts 285 e 319 do CPC.

Determino por fim, a intimação da parte promovida para juntar ao processo, no prazo para resposta, cópia integral do procedimento administrativo relativo a indenização do autor, o que se determina tendo em vista que referidos documentos se encontram em poder da parte promovida e sua juntada aos autos se faz necessária a instrução do feito.

Exp. Necessários.

Fortaleza (CE), 23 de novembro de 2015.

**Maria Martins Siriano**

**Juíza de Direito, respondendo**

Assinado Por Certificação Digital<sup>1</sup>

<sup>1</sup> De acordo com o Art. 1º da lei **11.419/2006**: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

• ~ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - assinatura eletrônica as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica; Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site <http://esaj.tjce.jus.br>. Em seguida selecionar a opção **CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL** e depois **Conferência de Documento Digital do 1º grau**.

Abrir a tela, colocar o nº do processo e o código do documento.



# PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Fortaleza

11ª Vara Cível

Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes, nº 220, Água Fria - CEP 60811-690, Fone: (85) 3492 8322, Fortaleza-CE - E-mail: for11cv@tjce.jus.br

## CERTIDÃO

Processo nº: **0205873-30.2015.8.06.0001**  
 Apensos:  
 Classe – Assunto: **Procedimento Sumário - Seguro**  
 Requerente: **Juliane Cavalcante Pimenta**  
 Requerido: **Marítima Seguros S/A**

**CERTIFICO**, face às prerrogativas por lei conferidas, que nesta data recebi os presentes autos com despacho prolatado. O referido é verdade. Dou fé.

**Fortaleza/CE, 27 de novembro de 2015.**

**SUYANNE PORTELA LANDIM**  
**Diretor de Secretaria**

Assinado por certificação digital<sup>1</sup>

<sup>1</sup> De acordo com o Art. 1º da lei **11.419/2006**: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

• ~ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - assinatura eletrônica as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica; Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site <http://esaj.tjce.jus.br>. Em seguida selecionar a opção **CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL** e depois **Conferência de Documento Digital do 1º grau**.

Abrir a tela, colocar o nº do processo e o código do documento.



# PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Fortaleza

11ª Vara Cível

Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes, nº 220, Água Fria - CEP 60811-690, Fone: (85) 3492 8322, Fortaleza-CE - E-mail: for11cv@tjce.jus.br

## CERTIDÃO

Processo nº: **0205873-30.2015.8.06.0001**  
 Apensos:  
 Classe – Assunto: **Procedimento Ordinário - Seguro**  
 Requerente: **Juliane Cavalcante Pimenta**  
 Requerido: **Marítima Seguros S/A**

**CERTIFICO**, face às prerrogativas por lei conferidas, que nesta data foi dado cumprimento à determinação contida no despacho de fl. 15, corrigindo-se a classe do presente processo. O referido é verdade. Dou fé.

**Fortaleza/CE, 30 de novembro de 2015.**

**SUYANNE PORTELA LANDIM**  
**Diretor de Secretaria**

Assinado por certificação digital<sup>1</sup>

<sup>1</sup> De acordo com o Art. 1º da lei **11.419/2006**: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

• ~ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - assinatura eletrônica as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica; Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site <http://esaj.tjce.jus.br>. Em seguida selecionar a opção **CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL** e depois **Conferência de Documento Digital do 1º grau**.

Abrir a tela, colocar o nº do processo e o código do documento.

## CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0236/2015, encaminhada para publicação.

Advogado  
Ismael Rabelo Leal (OAB 32742/CE)

Forma  
D.J

Teor do ato: "Defiro a gratuidade da justiça pleiteada. Verificando-se a inviabilidade de realização de acordo em audiência, conforme tem se observado em ações desta natureza, e tendo em vista a necessidade de prova pericial de maior complexidade, determino a conversão do rito em ordinário, conforme autoriza o art. 277, § 4º do CPC, devendo a secretaria da vara proceder as anotações necessárias no cadastro do processo. Cite-se a parte promovida, por carta com AR/MP, para responder a ação, no prazo de 15 dias, devendo constar do expediente as advertências a que alude os arts 285 e 319 do CPC. Determino por fim, a intimação da parte promovida para juntar ao processo, no prazo para resposta, cópia integral do procedimento administrativo relativo a indenização do autor, o que se determina tendo em vista que referidos documentos se encontram em poder da parte promovida e sua juntada aos autos se faz necessária a instrução do feito."

Do que dou fé.  
Fortaleza, 30 de novembro de 2015.

Diretor(a) de Secretaria



## CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0236/2015, foi disponibilizado na página 199/201 do Diário da Justiça Eletrônico em 01/12/2015. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subsequente à data acima mencionada. O prazo terá início em 03/12/2015, conforme disposto no Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça.

Advogado	Prazo em dias	Término do prazo
Ismael Rabelo Leal (OAB 32742/CE)	10	14/12/2015

Teor do ato: "Defiro a gratuidade da justiça pleiteada. Verificando-se a inviabilidade de realização de acordo em audiência, conforme tem se observado em ações desta natureza, e tendo em vista a necessidade de prova pericial de maior complexidade, determino a conversão do rito em ordinário, conforme autoriza o art. 277, § 4º do CPC, devendo a secretaria da vara proceder as anotações necessárias no cadastro do processo. Cite-se a parte promovida, por carta com AR/MP, para responder a ação, no prazo de 15 dias, devendo constar do expediente as advertências a que alude os arts 285 e 319 do CPC. Determino por fim, a intimação da parte promovida para juntar ao processo, no prazo para resposta, cópia integral do procedimento administrativo relativo a indenização do autor, o que se determina tendo em vista que referidos documentos se encontram em poder da parte promovida e sua juntada aos autos se faz necessária a instrução do feito."

Do que dou fé.  
Fortaleza, 2 de dezembro de 2015.

Diretor(a) de Secretaria



# PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Fortaleza

11ª Vara Cível

Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes, nº 220, Água Fria - CEP 60811-690, Fone: (85) 3492 8322, Fortaleza-CE - E-mail: for11cv@tjce.jus.brFortaleza

## CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO

Processo nº: **0205873-30.2015.8.06.0001**  
 Apensos:  
 Classe: **Procedimento Ordinário**  
 Assunto: **Seguro**  
 Requerente: **Juliane Cavalcante Pimenta**  
 Requerido: **Marítima Seguros S/A**

Prezado(a) Senhor(a) Representante legal da **Marítima Seguros S/A**

A presente, extraída da ação em epígrafe, por determinação do **Dra. Maria Martins Siriano**, Juíza de Direito respondendo pela 11ª Vara Cível, tem como finalidade a **CITAÇÃO e INTIMAÇÃO** de V.Sa. de todo o conteúdo da petição inicial e despacho, cujas cópias seguem anexas, como parte integrante desta carta, para compor a lide e contestar a presente sob pena de revelia e confissão, devendo no mesmo prazo apresentar cópia integral do processo administrativo relativo ao seguro pleiteado, mencionado na peça vestibular, ficando advertida de que, não sendo contestada a ação, no prazo de **15 (quinze) dias**, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pela parte(s) autora(s), ficando ciente de que o mencionado prazo começará a fluir da juntada aos autos do aviso de recebimento (arts 285 e 319 do CPC).

Fortaleza/CE, 03 de dezembro de 2015.

**SUYANNE PORTELA LANDIM**

**Diretora de Secretaria**

Assinado Por Certificação Digital<sup>1</sup>

Sr(a). Representante legal  
 Marítima Seguros S/A  
 Rua Barbosa de Freitas, 795, Meireles  
 Fortaleza-CE  
 CEP 60170-020

<sup>1</sup> De acordo com o Art. 1º da lei **11.419/2006**: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

• ~ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - assinatura eletrônica as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica; Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site <http://esaj.tjce.jus.br>. Em seguida selecionar a opção **CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL** e depois **Conferência de Documento Digital do 1º grau**. Abrir a tela, colocar o nº do processo e o código do documento.

EXMO. SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 11ª VARA DA COMARCA DE FORTALEZA - CE

Ref. Processo nº 0205873-30.2015.8.06.0001

**MARÍTIMA SEGUROS S/A**, sociedade seguradora de capital privado, inscrita no CNPJ sob o nº 61.383.493/0001-80, com endereço na Rua Cel. Xavier de Toledo, 114 – 09º andar – Centro – São Paulo, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE COMPLEMENTO DE SEGURO DPVAT**, que lhe move **JULIANE CAVALCANTE PIMENTA** respeitosamente a presença de V.Exa., apresentar sua **CONTESTAÇÃO** com fulcro com fulcro nos artigos 278 e seguintes do Código de Processo Civil e demais cominações legais pertinentes à espécie, pelas razões, de fato e de direito, a seguir articuladas:

<b>DOS FATOS</b>
------------------

Alega a parte autora ser beneficiária do Seguro Obrigatório de Responsabilidade Civil dos Proprietários de Veículos Automotores de Vias Terrestres – DPVAT, tendo em vista o acidente automobilístico causado por veículo identificado, no qual sofrera lesões, acreditando fazer jus ao recebimento junto a Seguradora - Ré, de diferença de indenização por invalidez permanente de acordo com o previsto em lei.

Para tanto, ingressou com a presente demanda objetivando o recebimento da suposta verba indenizatória, no valor correspondente a R\$ 13.500,00, acrescidos de correção monetária e juros, bem como 20% de honorários advocatícios.

**Inicialmente cabe informar que a parte autora em sua exordial alega ter o acidente sofrido ter ocorrido em 20/04/2015, valendo para V. análise e julgamento o ordenamento exposto na Medida provisória 451/2008 convertida na Lei 11.945/2009. Senão vejamos:**

A Medida Provisória n.º 451, de 15/12/2008, publicada no DOU De 16/12/2008, convertida na Lei 11.945/09, modificou vários diplomas legais, entre os quais a Lei n.º 6.194/74 (antes alterada pelas Leis n.º 8.441/92 e 11.482/2007) que dispõem sobre o seguro DPVAT.

No uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição Federal, o Presidente da República edita

JCM 2056496



a Medida Provisória que possui força e atributos de lei, criando, por conseguinte, direitos, deveres e obrigações. Assim seus efeitos revogatórios entram em pleno vigor a partir da data da sua publicação, na forma do art. 2º, §1º, da Lei nº 4.657 (LICC), aplicando-se, por conseguinte, a todos os sinistros vinculados ao seguro DPVAT ocorridos a partir de 16/12/2008.

**As alterações na Lei n.º 6.194/74 foram procedidas pelos artigos 19º e 20º da Medida Provisória convertida na Lei acima citada e alcançaram os artigos 3º, 4º, 5º e 11º.**

Art. 19. O art. 12 da Lei nº 6.194, de 19 de setembro de 1974, passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos:

“§ 3º O CNSP estabelecerá anualmente o valor correspondente ao custo da emissão e da cobrança da apólice ou do bilhete do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres.

§ 4º O disposto no parágrafo único do art. 27 da Lei nº 8.112, de 24 de julho de 1991, não se aplica ao produto da arrecadação do ressarcimento do custo descrito no § 3º.” (NR)

Art. 20. Os arts. 3º e 5º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

**§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:**

I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e

**II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista na alínea “a”, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a setenta e cinco por cento para as perdas de repercussão intensa, cinquenta por cento para as de média repercussão, vinte e cinco por cento para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de dez por cento, nos casos de seqüelas residuais.**

§ 2º O seguro previsto nesta Lei não contempla as despesas decorrentes do atendimento médico ou hospitalar efetuado em estabelecimento ou em hospital credenciado ao Sistema

JCM 2056496



# ALDAIRTON CARVALHO

SOCIEDADE DE ADVOGADOS

Único de Saúde - SUS, mesmo que em caráter privado, sendo vedado o pagamento de qualquer indenização nesses casos." (NR)

"Art. 5º .....

§ 5º **O Instituto Médico Legal da jurisdição do acidente ou da residência da vítima deverá fornecer, no prazo de até noventa dias, laudo à vítima com a verificação da existência e quantificação das lesões permanentes, totais ou parciais.**

....." (NR)

**Portanto, temos que o pagamento administrativo foi realizado de acordo com a graduação da debilidade apresentada pela parte autora, conforme determina a Lei 11.495/09.**

Entretanto, como restará amplamente demonstrado nesta peça de bloqueio, o pleito autoral é totalmente descabido, devendo, por isso, ser julgado improcedente.

## PRELIMINARMENTE

### **DA IMPRESCINDÍVEL RETIFICAÇÃO DO POLO PASSIVO**

Inicialmente, incube salientar que deve constar no polo passivo da presente demanda a **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, inscrita no CNPJ sob número 09.248.608/0001-04.

Conforme prevê o artigo 5º da resolução do CNSP nº. 154 de 2006, as sociedades seguradoras que operam no seguro DPVAT devem aderir a dois consórcios específicos, **com entidade líder**, nos termos do parágrafo 3º do mesmo dispositivo legal.

Além disto, o artigo 1º da portaria nº. 2797/2007 da SUSEP concede autorização à SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A ratificando, no artigo 2º, sua função de entidade líder dos consórcios, sendo certo que ela deve representar as seguradoras do consórcio.

Para que não haja quaisquer dúvidas acerca da necessidade de inclusão da Seguradora Líder no polo passivo e exclusão da ré, basta observar o disposto no parágrafo 8º do mesmo artigo 5º da resolução em comento. Confira-se:

**Os pagamentos de indenizações serão realizados pelos Consórcios, representados por seus respectivos líderes.**

Diante disso, considerando que a presente demanda versa sobre o pagamento de indenização relativa ao seguro DPVAT, é evidente que se faz necessária a retificação do polo passivo da demanda, para que passe a constar a **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT S/A**, situada na Rua Senador Dantas, nº. 74, 5º. andar, Centro, Cep.: 20031-205, Rio de Janeiro/RJ.

JCM 2056496



**DO MÉRITO**

**DA PLENA VALIDADE DA QUITAÇÃO OUTORGADA**

Conforme confessado, a parte autora já recebeu a quantia de **R\$ 1.687,50 (hum mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos)**, a título de indenização de seguro obrigatório DPVAT, tendo em vista o acidente automobilístico ocorrido em **20/04/2015**.

**Como se vê, a parte requerente outorgou quitação à Seguradora-Ré dando plena, rasa, geral e irrevogável quitação, para mais nada reclamar, seja a que título for, com fundamento no sinistro objeto da lide.**

Como em nenhum momento a parte autora requereu a desconstituição da quitação por ela outorgada e sequer pretendeu rescindir o pagamento ou questionar a validade da quitação.

E não o fez porque, para assim pretender e requerer precisaria provar que o negócio jurídico seria anulável, por estar maculado com um dos vícios elencados no inciso II do art. 171 do novo Código Civil, que praticamente repete os termos do inciso II do art. 147 do Código Civil de 1916, com esta redação:

“É anulável o ato jurídico:

II - Por vício resultante de erro, dolo, coação, simulação, ou fraude”.

A inicial comprova que a parte autora não fez qualquer pedido no sentido de desconstituir a quitação. O objeto da lide é tão somente a condenação da Ré na alegada diferença.

Assim, tendo recebido, sem ressalvas, a indenização devida e cabível e não tendo pleiteado a desconstituição da quitação juridicamente perfeita outorgada, falece a Requerente o direito de requerer a alegada diferença, porque a quitação tem a finalidade imediata e precípua de desonerar o devedor de toda e qualquer responsabilidade acerca da obrigação quitada.

Como não houve alegação e comprovação de erro, dolo, coação, simulação, ou fraude e como a parte autora em momento algum ataca a autenticidade do recibo firmado, este por si só exaure qualquer outra pretensão complementar.

Assim também entende o legislador, na conformidade do que dispõe o Novo Código Civil Brasileiro no parágrafo único do artigo 320:

“Parágrafo único. Ainda sem os requisitos estabelecidos neste artigo, valerá a quitação, se de seus termos ou das circunstâncias resultar haver sido paga a dívida.”

JCM 2056496



Sem dúvida, ante a quitação efetuada, não há mais relação jurídica alguma entre as partes, pois não é lícito discutir crédito quitado, sob pena de se ferir ato jurídico perfeito.

As ementas a seguir transcritas, referentes a julgados oriundos de Tribunais de regiões diversas do País e também do E. Superior Tribunal de Justiça, consagram o entendimento acima exposto:

"DPVAT. COBRANÇA DE DIFERENÇA. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO AO DIREITO. IMPROCEDÊNCIA QUE SE MANTÉM. Confessando a autora já haver recebido, há cerca de 9 anos, a indenização (DPVAT) em decorrência de morte acidental de filho, para o pedido de complementação deve comprovar o seu direito, pena de improcedência do pedido, pois, a presunção é a de que a quitação seja completa e definitiva." (TACMG. Apelação Cível nº 382.199-0, 5ª Câmara Civil, Rel. Juiz Francisco Kupidlowski, J. 6/02/2003).

"Execução Título Judicial. Arguição de pré-executividade acolhida. Indenização paga integralmente. O recebimento de indenização, e a outorga de recibo de quitação de sinistro – DPVAT, diretamente da seguradora, dando-se o credor por satisfeito de quanto competia receber, com plena rasa e irrevogável quitação de todas as ações e direitos, impõe o encerramento do caso. Recurso improvido." (TJRJ. Apelação Cível nº 2000.001.03909, – 14ª Câmara Cível, Rel. Des. Mauro Nogueira, J. 23/01/2001, Registrado em 1º/03/2001).

"Quitação dada pelo credor. Ausência de ressalva. Presunção de que quitado integralmente o débito". (STJ. RESP nº 37.475-8-SP (93.0021596-5, 3ª Turma, Rel. Min. Eduardo Ribeiro, J. 29/11/1993, in DJ. 7/02/1994).

Deste modo, resta comprovada na lei, na doutrina e na jurisprudência a improcedência da presente demanda, com a condenação do autor nas verbas sucumbências.

**VALOR DA INDENIZAÇÃO - MEDIDA PROVISÓRIA Nº. 451/2008 CONVERTIDA NA LEI Nº.  
11.945/2009**

A parte autora noticia sinistro envolvendo veículo automotor ocorrido em via terrestre no dia 20/04/2015.

Assim, tendo o sinistro acontecido após o ano de 2009, o pedido autoral deverá obedecer as normas em vigor na época, principalmente as alterações ocorridas na Lei nº. 6.194/74 trazidas pelas Leis nº. 11482/2007 e nº. 11945/2009.

Ressaltamos que o artigo 3º. da Lei nº. 6.194/74 foi alterado pelas leis acima citadas, vejamos o novo texto do artigo 3º. e seu inciso II que trata do valor máximo indenizável no caso de invalidez comprovadamente permanente:

JCM 2056496





# ALDAIRTON CARVALHO

## SOCIEDADE DE ADVOGADOS

*"Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por **invalidez permanente**, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vítima:*

*I – (...)*

*II - **ATÉ** R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de **invalidez permanente**; e*

*III – (...)"*

(grifos nossos)

Grifamos a palavra "ATÉ", pois sua observância é fundamental, já que a indenização por invalidez pode variar dependendo do grau da lesão e da extensão da incapacidade funcional apresentada pelo autor/vítima, que refletirá em dano corporal, este sim indenizável.

Vejamos a nova redação do § 1º. do artigo 3º., conferida pela MP 451/2008, convertida posteriormente na Lei nº. 11945/2009:

**§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica,** classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:

**I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura;** e

**II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização** que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de **repercussão intensa**, 50% (cinquenta por cento) para as de **média repercussão**, 25% (vinte e cinco por cento) para as de **leve repercussão**, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de **seqüelas residuais**.

Ressaltamos que a verificação da perda funcional do membro lesado, somente é possível após restar caracterizado que não há chance de melhora por qualquer forma de terapia relacionada ao caso concreto, o que deve ser definido documentalmente por perito do IML.

Tal exame também está previsto na mesma Lei, no parágrafo 5º. do artigo 5º.:

**§ 5º O Instituto Médico Legal da jurisdição do acidente ou da residência da vítima deverá fornecer, no prazo de até noventa dias, laudo à vítima com a verificação da existência e quantificação das lesões permanentes, totais ou parciais.**

JCM 2056496



Corroborando com a recente Lei nº 11.945/2009, segue em anexo, acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, cujo entendimento é de que a indenização por invalidez permanente é paga de acordo com a lesão apresentada pela vítima:

“Para fixação do quantum indenizatório de seguro DPVAT, nos casos de invalidez permanente, é necessário verificar o grau da invalidez da vítima, se é total ou parcial, e, neste último caso, apurar qual o percentual do dano causado ao autor.”

Cabe trazer aos autos a alteração da Súmula 14 das Turmas Recursais dos Juizados Especiais do Estado do Rio Grande do Sul, revisada em 19/12/2008, especialmente no tocante a alteração havida nos casos de “Graduação da Invalidez”, em que haverá de ser observada a regra de graduação da invalidez:

**GRADUAÇÃO DA INVALIDEZ:**

I. DESCABE COGITAR ACERCA DE GRADUAÇÃO DA INVALIDEZ PERMANENTE; HAVENDO A INVALIDEZ, DESIMPORTANDO SE EM GRAU MÁXIMO OU MÍNIMO, DEVIDA É A INDENIZAÇÃO NO PATAMAR DE QUARENTA SALÁRIOS MÍNIMOS, OU DO VALOR MÁXIMO VIGENTE NA DATA DO SINISTRO, CONFORME ESTE TENHA OCORRIDO, RESPECTIVAMENTE, ANTES OU DEPOIS DE 29/12/2006.

**II. ENTRETANTO, NOS PEDIDOS DE INDENIZAÇÃO POR INVALIDEZ PERMANENTE AJUIZADOS A PARTIR DO PRECEDENTE DO RECURSO INOMINADO Nº 71001887330, JULGADO EM 18/12/2008, HAVERÁ DE SER OBSERVADA A REGRA DE GRADUAÇÃO DA INVALIDEZ.**

Recentemente o Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, em brilhante decisão reconheceu a legítima aplicação da TABELA, nos casos como o presente. Senão vejamos:

**Apelação 324753200880600701**

Relator(a): FRANCISCO SALES NETO

Comarca: Fortaleza

Órgão julgador: 1ª Câmara Cível

**Data de registro: 13/12/2010**

**EMENTA: CIVIL E PROCESSO CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT. LEI nº 11.482/07. PAGAMENTO PROPORCIONAL DO SEGURO. POSSIBILIDADE.** 1 - A responsabilidade pelo pagamento da indenização referente ao seguro DPVAT é de qualquer seguradora que pertença ao consórcio. Precedentes do STJ. 2 - O esgotamento da via administrativa não é condição para ajuizamento da ação. É que inexiste tal exigência na legislação regulamentadora do seguro DPVAT, não sendo, portanto, razoável negar ao autor o pleno acesso ao Judiciário, obrigando-o a propor, previamente, o processo administrativo. 3 -

JCM 2056496



Aplica-se ao sinistro a lei vigente à época do acontecimento. No caso, a indenização deve ser de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) por aplicação da Lei nº 11.482/07. Precedentes. 4 - **Em caso de invalidez, o pagamento do seguro DPVAT deve observar a respectiva proporcionalidade.** O legislador cuidou de estabelecer uma gradação ao valor indenizatório em caso de invalidez permanente, igualando referido valor ao do evento morte somente quando em sua gradação máxima. Assim, em consonância com a interpretação indicada pelo Superior Tribunal de Justiça, cabível a exigência de ser observada a quantificação da lesão antes de condenar ao pagamento integral do valor previsto na lei. 5 - APELO CONHECIDO E DESPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA. (TJCE – 5ª CAMARA CIVEL – AC 175 - 54.2007.8.06.0115/1 - Relator(a).: DES. CLÉCIO AGUIAR DE MAGALHÃES – DJ 29/03/2011)

Assim também, a 5ª câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Ceará acolhe graduação aplicada pela **Lei 11.482/2007**, em respeito aos **princípios da proporcionalidade e razoabilidade** para os casos de ações que intentam indenização por invalidez decorrente de **Seguro DPVAT**.

## **APELAÇÃO CÍVEL 175 - 54.2007.8.06.0115/1**

TJCE – 5ª CAMARA CIVEL –

Relator(a).: DES. CLÉCIO AGUIAR DE MAGALHÃES

DJ 29/03/2011)

### **EMENTA:**

#### **CIVIL E PROCESSO CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT. LEI nº 11.482/07. PAGAMENTO PROPORCIONAL DO SEGURO. POSSIBILIDADE.**

1 - A responsabilidade pelo pagamento da indenização referente ao seguro DPVAT é de qualquer seguradora que pertença ao consórcio. Precedentes do STJ.

2 - O esgotamento da via administrativa não é condição para ajuizamento da ação. É que inexistente tal exigência na legislação regulamentadora do seguro DPVAT, não sendo, portanto, razoável negar ao autor o pleno acesso ao Judiciário, obrigando-o a propor, previamente, o processo administrativo.

3 - Aplica-se ao sinistro a lei vigente à época do acontecimento. No caso, a indenização deve ser de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) por aplicação da Lei nº 11.482/07. Precedentes.

4 - **Em caso de invalidez, o pagamento do seguro DPVAT deve observar a respectiva proporcionalidade.** O legislador cuidou de estabelecer uma gradação ao valor indenizatório em caso de invalidez permanente, igualando referido valor ao do evento morte somente quando em sua gradação máxima. Assim, em consonância com a interpretação indicada pelo Superior Tribunal de Justiça, cabível a exigência de ser observada a quantificação da lesão antes de condenar ao pagamento integral do valor previsto na lei.

JCM 2056496



# ALDAIRTON CARVALHO

SOCIEDADE DE ADVOGADOS

5 - APELO CONHECIDO E DESPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA. (TJCE – 5ª CAMARA CIVEL – AC 175 - 54.2007.8.06.0115/1 - Relator(a): DES. CLÉCIO AGUIAR DE MAGALHÃES – DJ 29/03/2011)

Para ilustrar, pedimos *vênia* para transcrever uma recentíssima decisão, na qual o SUPERIOR TRIBUNAL JUSTIÇA manifestou entendimento de que em caso de invalidez parcial, o pagamento do Seguro DPVAT deve, por igual, observar a respectiva proporcionalidade.

## **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA – N° 816**

**Dje 23/05/2011** – pag. 1586 (2284)

**Terceira Turma**

## **AGRAVO DE INSTRUMENTO N° 1 395 349 - MS (2011/0010916-0)**

RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI

AGRAVANTE : REAL SEGUROS S/A

ADVOGADO : **EDYEN VALENTE CALEPIS** E OUTRO(S)

AGRAVADO : LUIZ TADEU SANCHES

ADVOGADO : ELTON LOPES NOVAES E OUTRO(S)

## **EMENTA**

**DIREITO PROCESSUAL CIVIL AGRAVO DE INSTRUMENTO RECURSO ESPECIAL ACAO DE COBRANCA DE SEGURO OBRIGATORIO DPVAT INVALIDEZ PERMANENTE PARCIAL PAGAMENTO DE INDENIZACAO PROPORCIONAL POSSIBILIDADE**

- Em caso de invalidez parcial, o pagamento do seguro DPVAT deve observar a respectiva **proporcionalidade** - Agravo de instrumento conhecido para dar provimento ao recurso especial

Brasília (DF), 17 de maio de 2011

MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Relatora (*grifo nosso*)

\*\*\*\*\*

## **RECLAMAÇÃO N° 5.465 - SC (2011/0045328-1)**

**DJe: 21/03/2011**

## **RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI**

RECLAMANTE : MBM SEGURADORA SA

ADVOGADO : SERGIO BERMUDEZ E OUTRO(S)

RECLAMADO : PRIMEIRA TURMA DE RECURSOS DO ESTADO DE SANTA CATARINA

INTERES. : NAIANE CARNEIRO DA SILVA

JCM 2056496



## EMENTA

**PROCESSO CIVIL E CIVIL. ALEGAÇÃO DE DIVERGÊNCIA ENTRE ACÓRDÃO PROLATADO POR TURMA RECURSAL ESTADUAL E A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. DPVAT. INVALIDEZ PARCIAL. INDENIZAÇÃO PROPORCIONAL. POSSIBILIDADE.**

- A presente reclamação deriva de decisão, no âmbito dos EDcl no RE 571.572-8/BA, Rel. Min. Ellen Gracie, DJ de 14.09.2009, do Pleno do STF que consignou que "enquanto não for criada a turma de uniformização para os juizados especiais estaduais, poderemos ter a manutenção de decisões divergentes a respeito da interpretação da legislação infraconstitucional federal", tendo, por conseguinte, determinado que, até a criação de órgão que **possa estender e fazer prevalecer a aplicação da jurisprudência do STJ aos Juizados Especiais Estaduais**, "a lógica do sistema judiciário nacional recomenda se dê à reclamação prevista no art. 105, I, f, da CF, amplitude suficiente à solução deste impasse". - **É válida a utilização de tabela para a redução proporcional da indenização a ser paga por seguro DPVAT**, em situações de invalidez parcial. Precedentes.- Reclamação conhecida e provida.

Brasília (DF), 15 de março de 2011.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Relatora (*grifo nosso*)

Este também é o entendimento do STJ em decisão proferida pelo Agravo interposto à Recurso Especial. Senão vejamos:

## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA - Nº 870

DIARIO DA JUSTICA ELETRONICO, **15 DE AGOSTO DE 2011**

COORDENADORIA DA QUARTA TURMA, PAG 2917

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 4 781 - MT (2011/0047494-3)**

RELATOR : MINISTRO LUIS FELIPE SALOMAO

AGRAVANTE : ERISVELTON GIL AGUILERA CARVALHO

ADVOGADO : GLAZIANETEIXEIRA DA SILVA E OUTRO(S)

AGRAVADO : PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

ADVOGADO : MARCOS VINICIUS LUCCA BOLIGON E OUTRO(S)

## EMENTA

**APELACAO CIVEL - SEGURO OBRIGATORIO - DPVAT - FRATURA DOS OSSOS DA PERNA DIREITA - SEQUELA PERMANENTE + PERDA DE CAPACIDADE LABORATIVA - INVALIDEZ PERMANENTE PARCIAL COMPROVADA - CONDENACAO NO VALOR MAXIMO - IMPOSSIBILIDADE - OBSERVANCIA DO GRAU DA INVALIDEZ - PAGAMENTO A MENOR - POSSIBILIDADE - 70% DO VALOR MAXIMO PREVISTO PARA A INDENIZACAO - RECURSO PROVIDO PARCIALMENTE**

JCM 2056496



Qualquer seguradora que opera no sistema pode ser acionada para pagar o valor da indenizacao correspondente ao seguro obrigatorio, assegurado o direito de regresso Precedentes ? (AgRg no Ag 870 091/RJ; 4ª T; Rel Min ; Joao Otavio de Noronha; Julg 20-11-2007; DJ 11-02-2008; p 106; in www stj jus br). Em caso de invalidez parcial, o pagamento do seguro DPVAT deve, por igual, observar a respectiva proporcionalidade ? (REsp 1119614/RS; 4ª T ; Rel Min Aldir Passarinho Junior; Julg 04-8-2009; DJU 31-8-2009; in www stj jus br) (fl 321).No recurso especial, alega-se violacao do art 535, II, do Codigo de Processo Civil, bem como dos arts 3º e 5º, § 1º, da Lei nº 6 194/74.

## **E o relatorio Decido**

2 A pretensao do recorrente nao merece ser acolhida. De inicio, nao ha que se falar em violacao do art 535 do CPC, pois o Eg Tribunal a quo dirimiui as questoes pertinentes, afigurando-se dispensavel que venha a examinar uma a uma as alegacoes e fundamentos expendidos pelas partes Alem disso, basta ao orgao julgador que decline as razoes juridicas que embasaram a decisao, nao sendo exigivel que se reporte de modo especifico a determinados preceitos legais. Outrossim, o acordao recorrido esta **em consonancia com a jurisprudencia desta Corte, a qual e assente no sentido de ser indispensavel a afericao do grau da lesão causada por acidente automobilistico, atraves da prova dos autos, notadamente a prova pericial, a fim de se fixar o montante indenizatorio correspondente ao seguro DPVAT**

A proposito:

## **AGRAVO REGIMENTAL SEGURO DPVAT VIOLACAO DO ART 535 DO CPC NAO OCORRENCIA INVALIDEZ PERMANENTE NÃO CONFIGURADA**

1 Considera-se improcedente a arguicao de ofensa do art 535, II, do CPC quando o Tribunal a quo pronuncia-se, de forma motivada e suficiente, sobre os pontos relevantes e necessarios ao deslinde da controvérsia; 2 A indenizacao securitaria do DPVAT decorrente de invalidez permanente deve corresponder a ate 40 (quarenta) salarios mínimos; 3 Agravo regimental desprovido (AgRg no Ag 1332493/MT, Rel Ministro JOAO OTAVIO DE NORONHA, QUARTA TURMA, DJe 25/02/2011)

Cumpra transcrever, trecho elucidativo do acordao mencionado, vez que se amolda com exatidao ao debate dos autos, verbis:

No presente caso, conforme o acordao recorrido, nao houve prova pericial que demonstrasse o grau de invalidez permanente e sua quantificacao a fim de que fosse calculado o valor da indenizacao, conforme as especificacoes impostas pelo CNSP. Portanto, o autos, consoante preleciona a orientacao jurisprudencial do STJ, devem retornar a primeira instancia para que seja realizada pericia a fim de se verificar o grau de invalidez do segurado. Destarte, nao haveria sentido util na letra da lei sobre a quantificacao da extensao das lesoes pelo instituto medico legal, se este seguro houvesse sempre de ser pago integralmente, independentemente

JCM 2056496





do grau da lesão e de invalidez do segurado (precedentes: AgRg no Ag n 1 320 972/GO, DJ de 24/9/10, e REsp n 1 119 614/RS, DJ de 31/8/2009, Quarta Turma, rel Min Aldir Passarinho Junior; e Ag n 1 100 871/RS, Terceira Turma, rel Min Massami Uyeda, DJ de 24/3/2009).

Confiram-se, ainda:

**AGRAVO REGIMENTAL AGRAVO DE INSTRUMENTO RECURSO ESPECIAL AUSENCIA DE VIOLACAO AO ARTIGO 535 DO CODIGO DE PROCESSO CIVIL DPVAT SEGURO OBRIGATORIO INVALIDEZ PERMANENTE PERICIA MEDICA APURACAO DO GRAU DA LESAO SOFRIDA PAGAMENTO PROPORCIONAL DO SEGURO PRECEDENTES DECISAO AGRAVADA MANTIDA IMPROVIMENTO**

*1 - Inexiste omissão ou ausência de fundamentação, não constando do acórdão embargado os defeitos previstos no artigo 535 do Código de Processo Civil, quando a decisão embargada não mantém tese diferente da pretendida pela parte recorrente; 2 - Ao determinar que o pagamento do seguro DPVAT deve corresponder ao grau da invalidez permanente apurada, o Tribunal a quo decidiu em conformidade com o entendimento desta Corte sobre a matéria, incidindo, a espécie, o teor da Súmula 83 deste Superior Tribunal de Justiça 3 - Agravo Regimental improvido (AgRg no AREsp 4 709/MT, Rel Ministro*

**SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, DJe 24/06/2011) CIVIL AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL SEGURO OBRIGATORIO (DPVAT) INVALIDEZ PERMANENTE PARCIAL PAGAMENTO PROPORCIONAL DO SEGURO POSSIBILIDADE TABELA PARA CALCULO DE INVALIDEZ INDENIZACAO LEGAL VALOR QUANTIFICADO EM SALARIOS MINIMOS LEI N 6 194/1974, ART 5º, § 1º DATA DE APURACAO CORRECAO MONETARIA TERMO A QUO EVENTO DANOSO IMPROVIMENTO**

*I Em caso de invalidez parcial, o pagamento do seguro DPVAT deve, por igual, observar a respectiva proporcionalidade Precedentes do STJ; II A indenização decorrente do seguro obrigatório (DPVAT) deve ser apurada com base no valor do salário mínimo vigente na data do evento danoso, monetariamente atualizado até o efetivo pagamento; III Agravo regimental improvido (AgRg nos EDcl no REsp 1215796/SP, Rel Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, QUARTA TURMA, DJe 15/04/2011)*

**CIVIL AGRAVO REGIMENTAL DPVAT INVALIDEZ PERMANENTE PARCIAL PAGAMENTO PROPORCIONAL POSSIBILIDADE AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO**

*1 Em situações de invalidez parcial, é correta a utilização de tabela para redução proporcional da indenização a ser paga por seguro DPVAT Precedente; 2 Agravo regimental a que se nega provimento (AgRg no Ag 1368795/MT, Rel Ministro LUIS FELIPE SALOMAO, QUARTA TURMA, DJe 18/04/2011); 4 Ante o exposto, nos termos do art 544, § 4º, II, a, do CPC, nego provimento ao agravo em recurso especial.*

*Publique-se Intimem-se; Brasília (DF), 03 de agosto de 2011;*

*MINISTRO LUIS FELIPE SALOMAO (Relator)" – (grifo nosso)*

JCM 2056496





# ALDAIRTON CARVALHO

SOCIEDADE DE ADVOGADOS

Assim também em recentíssima decisão (Maio 2011) a **Egrégia Turma Recursal do Estado do Ceará**, proferiu belíssima decisão reformando a sentença do juiz *a quo*, reconhecendo pela **CONSTITUCIONALIDADE** DA LEI 11.945/2009, por entender que não há nenhuma ofensa ao princípio da dignidade da pessoa humana já que a Lei nº 11.945/2009 tão somente regrou o constante na Lei nº 6.194/74, bem como acolhendo a devida **proporcionalidade estipulada na tabela vigente**. Senão vejamos:

**RECURSO Nº 047.2010.935.648-6**

PROCEDÊNCIA: JECC DE CRATEÚS /CE

RECORRENTE: DANIEL RODRIGUES DA COSTA

RECORRIDO: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

JUÍZA RELATORA: LISETTE DE SOUSA GADELHA

**EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO DPVAT. COMPLEMENTAÇÃO DE VALOR PAGO ADMINISTRATIVAMENTE. ACIDENTE OCORRIDO APÓS A VIGÊNCIA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº. 481/08. O PAGAMENTO DO SEGURO OBRIGATÓRIO POR INVALIDEZ PERMANENTE DEVERÁ SER PROPORCIONAL AO GRAU DA INCAPACIDADE SOFRIDA. INCIDÊNCIA DA LEI Nº 11.945/2009. COMPLEMENTAÇÃO DECIDA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.**

**Relatório**

Trata-se de recurso interposto pelo autor contra a sentença que julgou improcedente o pedido de condenação da seguradora demandada ao pagamento da complementação da indenização do seguro obrigatório DPVAT. Alega, em resumo, que em 01/05/2010 sofreu acidente automobilístico do qual lhe adveio invalidez permanente, em face do que recebeu indenização do seguro DPVAT no valor de apenas R\$ 1.350,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), quando o valor correto seria o valor de R\$ 13.500,00, conforme disposto na Lei nº 11.482/07, postulando, por isso, o complemento da indenização em sua totalidade. Argui, ainda, inconstitucionalidade da Lei nº 11.945/2009. Contrarrazões apresentadas. É o sucinto relatório.

**Voto**

Presentes os pressupostos de admissibilidade conheço do recurso. Inicialmente, quanto à **inconstitucionalidade material, aquela que diz respeito ao conteúdo da norma que se choca com disposições ou princípios estabelecidos na Constituição, ENTENDO QUE INEXISTE QUALQUER OFENSA AO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA**, como sustenta o autor, ora recorrente, isso porque **a Lei nº 11.945/2009 tão somente regrou o constante na Lei nº 6.194/74, que estabelece o valor máximo da indenização em caso de invalidez**. Porquanto, havendo a parte recorrente sido vitimado em acidente ocorrido em

JCM 2056496



# ALDAIRTON CARVALHO

SOCIEDADE DE ADVOGADOS

01/05/2010. **incide a graduação da invalidez para fim indenizatório, razão pela qual lhe cabe demonstrar, através de Laudo Médico, o grau de sua incapacidade ou limitação de função, considerando a nova redação dada pela multicitada Lei 11.945/2009 a Lei 6.194/74.** Desta maneira, somente **é possível o pagamento do valor máximo indenizável para os casos de invalidez permanente mediante comprovação de que esta é total e completa, atingindo o percentual de 100% (cem por cento), de acordo com a tabela instituída pela Lei nº 11.945/09, prevista no *caput* do art. 3º da Lei 6.194/74, com sua redação atual.**

A sentença merece reforma, senão vejamos.

No caso em tela, o evento danoso ocorreu em 01/05/2010, aplicando-se, portanto, o entendimento de que a indenização deve corresponder ao grau de invalidez apresentado pelo requerente, mediante utilização da Tabela anexa à Lei nº 11.945/2009. O artigo 3º da Lei nº 6.194/74, com a redação dada pelo artigo 3º da Lei nº 11.945/2009, já vigente à data do sinistro, dispõe que a cobertura da indenização de danos pessoais do seguro obrigatório DPVAT deverá ser enquadrada na tabela anexa à lei, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionas. **A indenização deve ser paga na mesma proporção do grau da lesão/debilidade sofrida pelo acidentado, sendo legal a Tabela editada pela Lei nº 11.945/09, que prevê diversos percentuais de acordo com o grau da lesão sofrida, devendo prevalecer, todavia, para fins de cálculo o teto estipulado pela Lei, que na época do acidente, correspondia a R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).** A tabela anexa à Lei nº 11.945/09 estabelece os percentuais para indenização de acordo com o grau da invalidez. No caso dos autos (Lesões de órgãos e estruturas craniofaciais, cervicais, torácicos (...)) dispõe que a indenização devida é de 100% de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). Como é sabido o percentual não incide sobre o valor limite da indenização, mas advém da utilização do percentual constatado, considerando-se o percentual a que corresponde na tabela do seguro DPVAT. Desta forma, como o documento apresentado pelo autor, evento n. 1- relatório médico, estabeleceu como sendo de 40% o grau da lesão sofrida, que corresponde a R\$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais) e não os R\$ 1.350,00 (um mil trezentos e cinquenta reais) pagos pela seguradora. Diante disso, apresenta-se divergência quanto ao valor da indenização, devendo a seguradora efetuar a complementação nos termos da Lei nº 11.945/2009. Pelo exposto voto pelo provimento parcial do recurso, reconhecendo o inadimplemento na via administrativa, condenando a seguradora-ré ao pagamento da diferença devida a título de seguro DPVAT a parte autora, em razão da debilidade permanente, na quantia de R\$ de R\$ 4.050,00 (quatro mil e cinquenta reais), pois auferido em conformidade com os ditames legais, corrigido pelo IGP-M a partir da data do pagamento parcial da indenização, momento em que deveria ter sido adimplida em sua totalidade e acrescido de juros de mora, à taxa de 1%(um por cento) ao mês, estes contados da citação. Sem honorários advocatícios (art. 55 da Lei 9.099/95).É como voto.

Acórdão

JCM 2056496



# ALDAIRTON CARVALHO

SOCIEDADE DE ADVOGADOS

ACORDAM os integrantes da QUARTA TURMA RECURSAL DO ESTADO DO CEARÁ, por unanimidade de votos, conhecer do recurso e dar-lhe parcial provimento, nos termos do voto da Relatora. Sem honorários advocatícios. O julgamento teve a participação dos Juízes MARIA DE FATIMA DE MELO LOUREIRO e JOAQUIM VIEIRA CAVALCANTE NETO. Presente a sessão representante do Ministério Público. Acórdão assinado somente pela Juíza Relatora, em conformidade com o artigo 41 do regimento interno das Turmas Recursais do Estado do Ceará. (grifo nosso)

**Inclusive, a Súmula 474 do STJ corrobora com o mesmo raciocínio, no tocante à proporcionalidade do pagamento de Seguro DPVAT, nos casos de invalidez, entendendo que a mesma deverá ser paga de forma proporcional, senão vejamos:**

**"A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez."**

Como visto, A FINALIDADE DESTA TABELA, ELABORADA DE ACORDO COM OS PADRÕES ADOTADOS PELOS MÉDICOS, É JUSTAMENTE A DE EVITAR QUE LESÕES MENORES POSSAM GERAR MAIORES INDENIZAÇÕES E VICE VERSA.

Como se vê, a nova lei nada mais fez do que privilegiar o Princípio Constitucional da Proporcionalidade que permeia todo o nosso ordenamento jurídico, no sentido de verificar caso a caso, a gravidade das lesões sofridas, *"tratando desigualmente os desiguais, a medida que se desigualem"*, pois não seria razoável, fixar um só valor invariável, para cobrir lesões diversas, pois senão, aquele que fraturasse um dedo médio, alcançaria a mesma indenização daquele que viesse a amputar ambos os membros inferiores, por exemplo.

Assim o cálculo para aferição do valor indenizável seria:

Valor Limite x (%) Cobertura x (%) Avaliado pelo perito do IML

No caso em tela, a lesão apresentada na parte autora, de acordo com a TABELA DE INVALIDEZ é correspondente ao grau de redução funcional parcial, motivo pelo qual o valor da indenização pago foi de **R\$ 1.687,50 (hum mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos):**

<b>Importância Máxima – Até R\$ 13.500,00</b>
<b>X</b>
<b>GRAU AVALIADO PELA PERÍCIA MÉDICA – 12,5%</b>
<b>=</b>
<b><u>R\$ 13.500,00 x 12,5% = R\$ 1.687,50</u></b>

Dessa forma, conclui-se que a indenização a que a parte autora tinha direito já foi paga, aplicando-se, para tanto, os percentuais expressos na tabela contida na **Medida Provisória nº451/2008**,

JCM 2056496



transformada na **Lei 11.945/2009**, haja vista que se trata de **INVALIDEZ PERMANENTE PARCIAL E NÃO TOTAL**, pelo que merece o pedido ser julgado improcedente.

**DO DESCABIMENTO DO PEDIDO DA AUTORA PARA QUE A RÉ APRESENTE O PROCESSO ADMINISTRATIVO SOB PENA DE PAGAMENTO DE MULTA DIÁRIA NO VALOR DE R\$500,00**

A autora requer que a Ré apresente cópia do processo administrativo, sob pena de pagamento de multa no valor correspondente a **R\$500,00** (quinhentos reais).

**A Ré está diligenciando para obter a cópia desse processo administrativo junto a seguradora que efetuou o pagamento pela via administrativa, porém é totalmente descabido o pedido de apresentação desses documentos sob pena de multa diária, uma vez que tais documentos sequer estão sob poder da ré.**

Como se vê, o referido pleito é descabido, vez que viola expressamente os Princípios basilares do nosso ordenamento jurídico, quais sejam, o Contraditório e a Ampla Defesa.

Por outro lado, com relação ao Seguro Obrigatório, mesmo sendo atividade privada, a fiscalização no Brasil é feita através de duas entidades: CNSP – Conselho Nacional de Seguros Privados, que é o órgão de cúpula, órgão normativo, que baixa portarias e normas regulamentando o setor, ao lado da SUSEP – Superintendência de Seguros Privados - órgão superior, que é uma autarquia, subordinada ao Ministério da Indústria e Comércio, sendo ele o órgão executor e fiscalizador também das normas baixadas pelo CNSP.

**Somente a SUSEP é parte legítima para punir as Seguradoras cobrando-lhes multas resultantes de eventuais infrações de posturas administrativas exigidas por resoluções, portarias ou circulares que são atos originários do executivo.** Certo é também que eventuais multas são aplicadas através de autos de infração que podem ser impugnados através de ampla defesa, até que o executivo se manifeste finalmente sobre o cabimento da multa.

É fato também que as Leis 6.194/74 e 8441/92 que regulamentam a matéria referente ao Seguro Obrigatório DPVAT não determinam pena alguma a ser aplicada as seguradoras.

Portanto inaplicável a multa pretendida pelo autor porque o foro competente para apuração de eventual infração e aplicação de penas é a SUSEP – Superintendência de Seguros Privados - órgão superior, que é uma autarquia, subordinada ao Ministério da Indústria e Comércio, sendo ele o órgão executor e fiscalizador também das normas baixadas pelo CNSP, portanto exclusiva parte legítima para pleitear verba decorrente de aplicação de multa.

JCM 2056496



**DO DESCABIMENTO DO JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE**

A parte Autora requereu em sua exordial o julgamento antecipado da lide, nos termos do art. 330, I, do Código de Processo Civil, por entender não haver necessidade de produção de provas.

Ora, existindo a necessidade de dilação probatória para a aferição de aspectos relevantes da causa, o julgamento antecipado da lide importará em violação do princípio do contraditório, constitucionalmente assegurado às partes e um dos pilares do devido processo legal.

Ressalta-se que o inciso LV do artigo 5º da Constituição Federal reza que:

“LV – aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;”

Nesse sentido:

“Em matéria de julgamento antecipado da lide, predomina a prudente discricção do magistrado, no exame da necessidade ou não da realização de prova em audiência, ante às circunstâncias de cada caso concreto e a necessidade de não ofender o princípio basilar do pleno contraditório” (STJ – 4ª Turma, Resp 3.047-ES, rel. Min.. Athos Carneiro, j. 21.8.90, DJU 17.9.90, p. 9.514). (Grifos nosso).

Entende a Ré que não poderá ser proferido o julgamento de plano, uma vez que entende a seguradora ser indispensável o depoimento pessoal da parte Autora.

Requer, portanto, seja o pedido rejeitado de plano por V. Exa., observando-se, assim, o § 2º, do artigo 331 do CPC.

**CORREÇÃO MONETÁRIA – CONTAGEM INICIAL E CÁLCULO**

A incidência da correção monetária nos débitos decorrentes de decisão judicial foi instituída pela Lei nº 6.899, de 08.04.81, cujo artigo 1º estabelece:

“A correção monetária incide sobre qualquer débito resultante de decisão judicial, inclusive sobre custas e honorários advocatícios.

§ 1º Nas execuções de títulos de dívida líquida e certa, a correção será calculada a contar do respectivo vencimento.”

§ 2º Nos demais casos, o cálculo far-se-á a partir do ajuizamento da ação”.

JCM 2056496



O artigo 2º da lei determinou que o Poder Executivo regulamentasse, em sessenta dias, a forma para o cálculo da correção monetária.

O Poder Executivo cumpriu o que lhe fora determinado, editando o Decreto n.º 86.649, de 25 de novembro de 1981. O artigo 1º desse decreto e seu parágrafo único dispõem:

*“Art. 1º Quando se tratar de dívida líquida e certa, a correção monetária a que se refere o art. 1º da Lei nº 6.899, de 8 de abril de 1981, será calculada multiplicando-se o valor do débito pelo coeficiente obtido mediante a divisão do valor nominal reajustado de uma Obrigação Reajustável do Tesouro Nacional (ORTN) no mês em que se efetivar o pagamento (dividendo) pelo valor da ORTN no mês do vencimento do título (divisor), com abandono dos algarismos a partir da quinta casa decimal, inclusive.*

*Parágrafo único. Nos demais casos, o divisor será o valor da ORTN no mês do ajuizamento da ação.”*

A redação acima permite elaborar a seguinte tabela:

NATUREZA DO DÉBITO	DIVIDENDO	DIVISOR
Título de dívida líquida e certa	Valor nominal da ORTN no mês do pagamento	Valor nominal do ORTN no mês do vencimento
Demais casos	Valor nominal da ORTN no mês do pagamento	Valor nominal do ORTN no mês do ajuizamento da ação

Débito de natureza líquida e certa é aquele que decorre de título com liquidez, certeza e exigibilidade, a teor do art. 586 do Código de Processo Civil, assim:

*“A execução para cobrança de crédito fundar-se-á sempre em título líquido, certo e exigível”.*

Por sua vez, o art. 585 do codex instrumentallis elenca, nos seus VIII incisos, o que deve ser considerado título executivo extrajudicial e entre eles não se encontra o seguro DPVAT. E não se encontra porque, no seguro DPVAT, o pagamento da indenização exige um procedimento, denominado “regulação de sinistro”, que consiste na apreciação e crítica de todas as situações fáticas e documentais, o mesmo acontecendo com o processo judicial, que deve ser precedido de fase instrutória com ampla oportunidade de contraditório.

O seguro obrigatório DPVAT não se traduz em crédito previamente líquido e certo, incondicionado, posto que suscetível de muitas variantes e controvérsias, quer no que concerne à sua própria cobertura, quer ao nexo causal com o acidente de trânsito, legitimidade do beneficiário do seguro, quantum indenizável etc. O seguro DPVAT não reúne os matizes da liquidez, certeza e exigibilidade, imprescindíveis ao título executivo extrajudicial.

JCM 2056496





Os comentários de Theotonio Negrão ao art. 618 do CPC, in Código de Processo Civil, 32ª edição, pág. 698, a seguir transcritos, são de clareza meridiana sobre o assunto:

“Não se revestindo o título de liquidez, certeza e exigibilidade, condições basilares exigidas no processo de execução, constitui-se em nulidade, como vício fundamental; podendo a parte arguí-la, independentemente de embargos do devedor, assim como pode e cumpre ao juiz declarar, de ofício, a inexistência desse pressupostos formais contemplados na lei processual civil” (RSTJ 40/447). No mesmo sentido: 205/81”.

É inquestionável, portanto, que a correção monetária, na ação relativa ao seguro DPVAT, inclui-se NOS DEMAIS CASOS previstos na Lei nº 5.899/81, devendo o seu cálculo levar em consideração, como DIVISOR, o índice de atualização vigente NO MÊS DO AJUIZAMENTO DA AÇÃO.

Qualquer decisão que conduza a coeficiente que leve em consideração outro DIVISOR representa uma afronta direta à Lei nº 5.899/81 e ao Decreto nº 86.649/81, que a regulamentou, e que são aqui expressamente pré-questionados.

## JUROS MORATÓRIOS – CABÍVEIS APENAS A PARTIR DA CITAÇÃO

Sendo a **Mora** o ato de tardar, delongar a execução ou o cumprimento de uma obrigação no momento convencionado, e considerando, por sua vez, que **Juros** são a remuneração do capital ou a retribuição que o credor recebe do devedor pela **demora** no pagamento do que é devido àquele, tem-se, assim, que **juros de mora** compreendem a sanção que o devedor inadimplente deve suportar pelo não pagamento tempestivo da sua dívida.

O devedor, porém, só se torna inadimplente a partir do instante em que deixou de pagar o que devia. **Antes disso, não há mora. Por conseguinte, juros não são devidos.**

A mora inexistente, se ao devedor não for imputado fato ou omissão que a ela tenha dado causa (Código Civil, art. 396). **Apenas nos casos em que a obrigação decorra de ato ilícito, a mora incide desde a prática do ato (Código Civil, art. 398).**

É significativo observar que os artigos acima mencionados, integrantes do Código Civil de 2002, praticamente repetem a redação do Código de 1916 sendo que alguns artigos conservam integralmente a redação anterior (v.g., 396/963, 397/960). **Isto importa em concluir que, neste ponto, a *mens legislatoris* de 1916 se manteve inalterada, o que constitui inabalável razão para ser respeitada.**

O seguro DPVAT materializa-se por meio de um contrato *sui generis*, mas sempre um contrato. Sendo, como é, um contrato de seguro, não foge à índole eminentemente indenizatória que o caracteriza, nos exatos termos dos artigos 757 e 781 do Código Civil, de vez que o *interesse legítimo* do segurado não

JCM 2056496



pode ser superior aos seus *reais prejuízos* e a *indenização* não pode ultrapassar o valor desse interesse. Outra não era a regra estampada no artigo 1.432 do Código Civil de 1916.

A responsabilidade que decorre desse pacto para ambas as partes É **CONTRATUAL E NÃO EXTRACONTRATUAL**.

A obrigação que flui do contrato de seguro, qualquer que seja ele, inclusive o DPVAT, **não** é líquida e certa, de vez que o pagamento da indenização exige um procedimento, denominado "*regulação de sinistro*", que consiste na apreciação e crítica de todas as situações fáticas e documentais, o mesmo acontecendo com o processo judicial, que deve ser precedido de fase instrutória com ampla oportunidade de contraditório. **Se a obrigação fosse líquida, certa e exigível, a cobrança do seguro DPVAT seria executiva. No entanto, o art. 10 da Lei n.º 6.194 prevê o procedimento sumaríssimo (atual, sumário) nas ações respectivas.**

É óbvio que a seguradora só sabe que ocorreu um sinistro capaz de gerar obrigação de indenizar se o interessado, beneficiário ou segurado, apresentar reclamação administrativa ou acioná-la judicialmente.

Portanto, é antijurídica a contagem de juros a partir do sinistro ou do pagamento efetuado em sede administrativa, porque a transação em si não significa a prática de qualquer delito de parte da seguradora, única situação em que a mora incide desde a prática do ato (Cód. Civil, art. 398). E a mora inexistente, se ao devedor não for imputado fato ou omissão que a ela tenha dado causa (Cód. Civil, art. 396).

Nas ações judiciais, o Código Civil é taxativo ao estabelecer: "*Contam-se os juros de mora desde a citação inicial*" (art. 405).

Esse tema foi pacificado através da **Súmula n.º 426 do STJ**:

**"Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação."**

Portanto, os juros são devidos a partir da citação, conforme determina a lei.

## DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Tendo em vista o baixo grau de complexidade do feito, sua natureza, o local onde tramita e a celeridade da demanda, em caso de condenação, o que se admite apenas por argumentar, requer sejam fixados os honorários advocatícios no mínimo legal de 10%, conforme dispõe o artigo 20 do CPC.

Contudo, se isto não ocorrer, sendo o autor beneficiário de assistência judiciária gratuita se requer que seja respeitado o limite de 15% estabelecido pelo art. 11, §1º, da Lei nº 1.060/50, que determina:

JCM 2056496





“Art. 11. Os honorários de advogados e peritos, as custas do processo, as taxas e selos judiciais serão pagos pelo vencido, quando o beneficiário de assistência for vencedor na causa.

§ 1º. Os honorários do advogado serão arbitrados pelo juiz **até o máximo de 15% (quinze por cento)** sobre o líquido apurado na execução da sentença.” (grifo nosso)

Nesse sentido, já se pronunciou nossa jurisprudência:

**SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA:**

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – NECESSIDADE DE INTEGRAÇÃO** – 1. Apontando a parte embargante que houve condenação em honorários fora dos limites do art. 11, § 1º, da Lei nº 1.060/50, dele não cuidando o Acórdão recorrido, impõe-se a integração, ainda mais considerando a divergência jurisprudencial que existe sobre o ponto. 2. Recurso especial conhecido e provido. (STJ – REsp – 297716 – MG – 3ª T. – Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito – DJU 01.10.2001 – p. 00211)

**Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul:**

EMBARGOS DECLARATÓRIOS – AJG – VERBA ADVOCATÍCIA FIXADA EM PERCENTUAL QUE EXCEDE À LIMITAÇÃO DA LEI 1.060/50 – PREQUESTIONAMENTO – Equívoco na fixação dos honorários de advogado em 20% do valor da condenação. Afronta ao art. 11, § 1º da Lei 1.060/50. Limitação ao percentual de 15% que se impõe. Ausência de omissão substancial na apreciação da controvérsia jurídica central, segundo estabelece o art. 535, II do CPC. (TJRS – EDcl 70005256284 – 9ª C.Cív. – Rel. Des. Paulo de Tarso Vieira Sanseverino – J. 27.11.2002)

Assim, requer que, havendo condenação ao pagamento de honorários advocatícios, que seja arbitrada no mínimo legal (10%) e, se isto não ocorrer, que seja observado o teto estabelecido pela Lei de Assistência Judiciária Gratuita de 15% sobre o valor da condenação.

<b>DO PEDIDO</b>
------------------

Diante do exposto, requer a retificação do polo passivo da demanda, para que **passa a constar a SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT S/A;**

**Requer que seja julgado improcedente o pleito autoral, com base no artigo 269, I do CPC, em face da plena quitação outorgada pela parte autora, bem como pelas razões expostas nesta peça de bloqueio, sobretudo pela ausência laudo do IML que ateste valor superior ao pago e quitado na via administrativa;**

Caso não seja este o entendimento deste Ilmo. Juízo, em caso de absurda condenação que sejam respeitados os princípios da **proporcionalidade e razoabilidade**, observando a Medida Provisória nº

JCM 2056496



# ALDAIRTON CARVALHO

SOCIEDADE DE ADVOGADOS

451/2008, mantida pela Lei 11.945/2009, pelo que prevê que a invalidez é parcial ou total, bem como os limites ali expostos;

**Deste modo, requer seja indeferido o requerimento de aplicação de multa no valor correspondente a R\$500,00 (quinhentos reais) para a apresentação de cópia do processo administrativo.**

**Requer ainda que não seja acolhido o pedido de julgamento antecipado da lide.**

A parte autora requereu a realização de prova pericial, e a ré apresenta abaixo seu rol de quesitos, consignando, por oportuno, que os honorários periciais deverão ser suportados pela parte autora.

Requer, por fim, que em caso de condenação a correção monetária seja contabilizada a partir da propositura da ação e os juros de mora contabilizados da citação válida.

Por fim, requer seja a verba honorária fixada no mínimo legal e, se isto não ocorrer, que seja observado o teto estabelecido pela Lei de Assistência Judiciária Gratuita de 15% sobre o valor da condenação.

Protestando provar o exposto pelo **DEPOIMENTO PESSOAL DA PARTE AUTORA**, sob pena de confesso a fim de seja confirmado que já recebeu na via administrativa a indenização ora pleiteada por livre e espontânea vontade sem coação ou qualquer vício;

Por fim, reitera o pedido para que as futuras INTIMAÇÕES E PUBLICAÇÕES sejam efetivadas em nome do advogado **FRANCISCO ALDAIRTON RIBEIRO CARVALHO JUNIOR**, inscrito na **OAB/CE sob o nº 16.045**, sob pena de nulidade nos termos do artigo 236, §1º da Lei Adjetiva Civil.

Pede deferimento

Fortaleza, 05 de janeiro de 2016.

**FRANCISCO ALDAIRTON RIBEIRO CARVALHO JUNIOR**

**OAB/CE – 16.045**

JCM 2056496



**QUESITOS**

- 1 - Queira o Dr. Perito esclarecer qual o tipo de lesão apresentada pelo periciado.
- 2- Queira o Sr. Perito informar se existe nexa causal entre o acidente noticiado na peça inicial e as lesões produzidas no Autor.
- 3 - Queira o Dr. Perito esclarecer se as injúrias físicas sofridas pelo periciado são de molde a deixar seqüelas permanentes.
- 4- Queira o Dr. Perito esclarecer se houve diminuição ou perda de função de algum órgão do periciado e se estes órgãos foram lesionados em função de acidente automobilístico ou outras causas.
- 5- Queira o Dr. Perito esclarecer se a perda ou diminuição de função de algum órgão do periciado é de caráter temporário ou definitivo; e em que percentual este órgão está lesionado.
- 6 - Queira o Dr. Perito esclarecer se o periciado recebeu assistência médica adequada
- 7 - Queira o Dr. Perito esclarecer tudo o que mais julgue necessário.

JCM 2056496



# ALDAIRTON CARVALHO

SOCIEDADE DE ADVOGADOS

## ANEXO I - (art. 3º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974)

<b>Danos Corporais Totais</b> <b>Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico</b>	<b>Percentual da Perda</b>
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	100
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior	
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral	
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica	
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis, de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	
<b>Danos Corporais Segmentares (Parciais)</b> <b>Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores</b>	<b>Percentuais das Perdas</b>
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	70
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	50
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	25
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	10
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	
<b>Danos Corporais Segmentares (Parciais)</b> <b>Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais</b>	<b>Percentuais das Perdas</b>
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho	50
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	25
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço	10

JCM 2056496



179 DETOM DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto Firmo Oliveira  
Rua do Carmo, 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. Tel: 2  
Certifico e dou fé que a presente cópia é a reprodução fiel  
original que foi apresentado. Cod: 08785430049402. Conf. por:  
Rio de Janeiro, 06 de Julho de 2011.

Bruno Rodrigo Belem Gaspar - Aut.

Serventia : 4.12  
30% JUROS : 1.23  
Total : 5.40

SUPSTADELEUIMENTO



Seguradora Líder - DPVAT

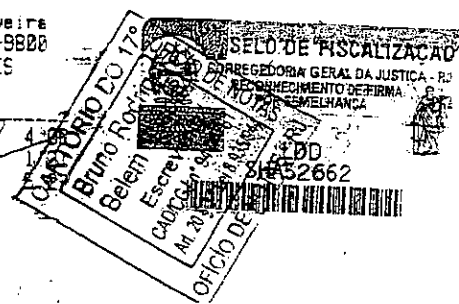
Na qualidade de procurador da Seguradora: **ACE SEGURADORA S/A; ALIANÇA DO BRASIL SEGUROS S/A; AMERICAN LIFE COMPANHIA DE SEGUROS; ATLÂNTICA CIA DE SEGUROS; AUSTRAL SEGURADORA S/A; AZUL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS; BANESTES SEGUROS S/A; BCS SEGUROS S/A; BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS; BRADESCO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; BRASIL VEÍCULOS CIA. DE SEGUROS; BVA SEGUROS S/A; CAIXA SEGURADORA S/A; CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; CENTAURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; CESCEBRASIL SEGUROS DE GARANTIAS E CRÉDITOS S/A; CHARTIS SEGUROS BRASIL S/A; CHUBB DO BRASIL CIA DE SEGUROS; CIA DE SEGS MINAS BRASIL; CIA DE SEGUROS ALIANÇA DA BAHIA; CIA DE SEGUROS ALIANÇA DO BRASIL; CIA DE SEGUROS PREVIDÊNCIA DO SUL; CIA EXCELSIOR DE SEGUROS; CIA MUTUAL DE SEGUROS; COMPANHIA BRASILEIRA DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA; CONAPP CIA NACIONAL DE SEGUROS; CONFIANÇA COMPANHIA DE SEGUROS; DAYPREV VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; FATOR SEGURADORA S/A; FEDERAL DE SEGUROS S/A; FEDERAL VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; GENERALI BRASIL SEGUROS S/A; GENTE SEGURADORA S/A; ICATU SEGUROS S/A; ITAÚ SEGUROS DE AUTO E RESIDÊNCIA S/A; ITAÚ SEGUROS S/A; ITAÚ VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; J. MALUCELLI SEGURADORA DE CRÉDITO S/A; J. MALUCELLI SEGURADORA S/A; JAVA NORDESTE SEGUROS S/A; MAPFRE NOSSA CAIXA VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; MAPFRE SEGURADORA DE GARANTIAS E CRÉDITOS S/A; MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A; MAPFRE VERA CRUZ VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; MARES MAPFRE RISCOS ESPECIAIS SEGURADORA S/A; MARÍTIMA SEGUROS S/A; MBM SEGURADORA S/A; MITSUI SUMITOMO SEGUROS S/A; MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A; NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S/A; PANAMERICANA DE SEGUROS S/A; PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS; PORTO SEGURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; PQ SEGUROS S/A; PREVIMAX PREVIDÊNCIA PRIVADA E SEGURADORA S/A; RURAL SEGURADORA S/A; SABEMI SEGURADORA S/A; SAFRA SEGUROS GERAIS S/A; SAFRA VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; SANTANDER SEGUROS S/A; SINAF PREVIDENCIAL CIA. DE SEGUROS; SUL AMÉRICA CIA DE SEGUROS GERAIS; TOKIO MARINE BRASIL SEGURADORA S/A; TOKIO MARINE SEGURADORA S/A; UBF SEGUROS S/A; USEBENS SEGUROS S/A; VANGUARDA CIA DE**

**SEGUROS GERAIS; VIDA SEGURADORA S/A; ZURICH BRASIL SEGUROS S/A; ZURICH VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; doravante denominada Outorgante, conforme instrumento de mandado anexo, substabeleço, com reservas de iguais, na pessoa dos, Drs. PEDRO PAULO OSÓRIO NEGRINI, advogado, casado, brasileiro, OAB/SP 14.452; OCTAMYR JOSÉ TELLES DE ANDRADE JUNIOR, advogado, solteiro, brasileiro, OAB/RJ 45.981; CRISTIAN KLOCK DEUDEGANT, advogado, divorciado, brasileiro, OAB/RJ 158.134, OAB/DF.24.734, OAB/SP 291.232; RICARDO LASMAR SODRÉ, advogado, casado, brasileiro, OAB/RJ 88.826; FRANCISCO ALDAIRTON RIBEIRO CARVALHO JÚNIOR, advogado, casado, brasileiro, OAB/CE 16.045 e OAB/RJ 158.222; ALESSANDRA DOS REIS CLAUDIO, advogada, casada, brasileira, OAB/RJ 99.557; ETIENNE DE OLIVEIRA BARROS, advogada, casada, brasileira, OAB/RJ 125.839; ANA LÚCIA FALCÃO DONATO, advogada, casada, OAB/RJ 101.168; com o escritório na Avenida Rio Branco, 245, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro, CEP 20040-009, os poderes que me foram conferidos para a plena defesa dos interesses da Outorgante nas ações que têm por objeto o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre – DPVAT, ficando, desde já, vedado receber, dar quitação e levantar alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 2.797, de 04/12/2007.**

Rio de Janeiro, 25 de janeiro de 2011

*Gustavo Corrêa Rodrigues*  
Gustavo Corrêa Rodrigues

17º OFÍCIO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto Firme Oliveira  
Rua do Carmo 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. Tel: 2107-9808  
Reconheço por semelhança a firma de: GUSTAVO CORRÊA RODRIGUES  
(Cod: 067494809909)  
Rio de Janeiro, 25 de janeiro de 2011. Com. por  
Em testemunho da verdade. Serpente  
Bruno Rodrigo Belem Gesser - Aut. 30% TJ+FUNDS  
Total





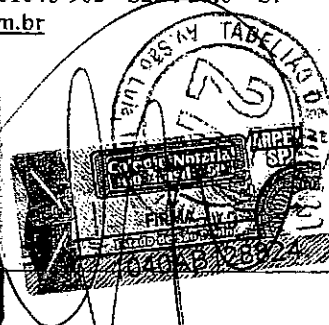
## SUBSTABELECIMENTO

**SUBSTABELEÇO**, com reserva de iguais, os poderes a mim outorgados na procuração lavrada perante o 21º Tabelionato de Notas no livro 3.232, páginas 041/042, por **MARÍTIMA SEGUROS S/A.**, AOS Dr(s). **MARCELO DAVOLI LOPES**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o número 143.370, inscrito no CPF/MF sob o número 132.870.808-06; **MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS**, brasileira, solteira, advogada, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio de Janeiro, sob o número 135.132, inscrita no CPF/MF sob o número 082.587.197-26, **GUSTAVO CORRÊA RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio de Janeiro, sob o número 110.459, inscrito no CPF/MF sob o número 053.004.067-08, todos com escritório à Rua Senador Dantas, nº74, 5º andar, Centro, CEP 20031-205, no Município do Rio de Janeiro, RJ, com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante nas ações que tenham como objeto o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre – DPVAT.

São Paulo, 18 de janeiro de 2011.

WILSON ROBERTO BUENO DA COSTA  
OAB/SP Nº 79.969

Rua Cel. Xavier de Toledo, nº 114, 7º andar – CEP 01048-902 – São Paulo – SP  
<http://www.maritima.com.br>



170 N.º 100 DE 10145  
 Rua do Carmo, 63 - Centro - Tabelião: Carlos Alberto Figueira  
 Curitiba e do Estado do Paraná - RJ. Tel.: 333.3333  
 original que foi apresentado. Data: 08/04/2011  
 Bruno Rodrigo Belém Gesser - Aut.

Serventia: 4.17  
 30% ITRFIMOS: 1.23  
 Total: 5.40

CARTÓRIO DO 17º OFÍCIO NOTARIAL  
 Bruno Rodrigo Belém Gesser  
 Escrivão  
 O CARIMBO  
 08/04/2011  
 NOTARIAL  
 DE REGISTRO E FISCALIZAÇÃO  
 DE REGISTRO E FISCALIZAÇÃO  
 DE REGISTRO E FISCALIZAÇÃO  
 DE REGISTRO E FISCALIZAÇÃO

FyJ6406



Livro 3.232 - Páginas 041/042

Traslado 01

Folhas 01

Jurídico

Marítima-05

PROCURAÇÃO BASTANTE QUE FAZ MARÍTIMA SEGUROS S/A

S A I B A M quantos este público instrumento de procuração bastante virem que, aos QUINZE (15) dias do mês de JUNHO do ano dois mil e dez (2.010), nesta Cidade de São Paulo, no prédio nº 114 da Rua Coronel Xavier de Toledo, Consolação, onde a chamado vim, perante mim, Escrevente, compareceu como Outorgante, MARÍTIMA SEGUROS S/A, com sede nesta Capital, na Rua Coronel Xavier de Toledo, nº 114, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.383.493/0001-80, com seu estatuto social consolidado pela AGE realizada em 03 de novembro de 2.009, devidamente registrado na JUCESP sob nº 45.125/10-7, em sessão de 03.02.2010, que me foi apresentado e fica arquivado neste tabelionato, na pasta 158 sob nº 061, representada nos termos do artigo 15, alínea "V", parágrafos 1º, 2º e 3º do estatuto, por seus Diretores, Vice Presidente, Francisco Caiuby Vidigal Filho, brasileiro, casado, segurador, portador da cédula de identidade RG nº 17.901.901-6 / SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob nº 135.320.698-06; e Administrativo Financeiro, Milton Belfizia Filho, brasileiro, casado, segurador, portador da cédula de identidade RG nº 8.536.007-7 SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob nº 040.985.308-99, residentes e domiciliados nesta Capital, com endereço profissional no mesmo da outorgante, reeleitos pela Reunião do Conselho de Administração realizada em 19 de junho de 2.009, conforme ata registrada na JUCESP sob nº 362.607/09-6, em sessão de 17.09.2009, arquivada neste tabelionato na pasta supra mencionada, os quais declaram não haver alterações do estatuto social supra mencionado. Os presentes, face a documentação apresentada em seus originais, foram identificados por mim, escrevente, do que dou fé. Pela outorgante, me foi dito que, por este público instrumento e na melhor forma de direito, nomeia e constitui seus bastantes procuradores, os Drs. WILSON ROBERTO BUENO DA COSTA, inscrito na OAB/SP sob nº 79.969 e no CPF/MF sob nº 584.622.388-68, casado; MILENA CARVALHO FRATIN, inscrita na OAB/SP sob nº 150.173 e no CPF/MF sob nº 265.705.938-46, solteira; DANIELLA ZAGORDO PEREIRA, inscrita na OAB/SP sob nº 151.527 e no CPF/MF sob nº 157.101.978-23, casada; CLAUDEMIR FONSECA JÚNIOR, inscrito na OAB/SP sob nº 227.604 e no CPF/MF sob nº 217.546.428-68, casado; WALTER FERREIRA DA SILVA JÚNIOR, inscrito na OAB/SP sob nº 232.383 e no CPF/MF sob nº 272.434.428-62, casado; ROGÉRIO HERNANDES GARCIA, inscrito na OAB/SP sob nº 211.960 e no CPF/MF sob nº 275.719.458-52, solteiro; MARCIO GOBBO FLORES, inscrito na OAB/SP sob nº 173.356 e no CPF/MF sob nº 170.141.018-46, separado judicialmente; SILVIA MARIA MODESTO LIBERATI, inscrita na OAB/SP sob nº 259.609 e no CPF/MF sob nº 090.396.768-52, casada; CLAUDIO AUGUSTO VAZ, inscrito na OAB/SP sob nº 197.339 e no CPF/MF sob nº 261.978.088-89, casado; e LUIZ FELIPE TASSITANI, inscrito na OAB/SP sob nº 242.502 e no CPF/MF sob nº 220.043.018-30, solteiro, todos brasileiros, advogados, residentes e



10842602135750.000095514-B

P:02823 R:006514

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

União Internacional  
de Notariado Latino  
(Fundada em 1948)



COPIA COPIA COPIA  
 COPIA COPIA COPIA  
 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
 Estado de São Paulo

domiciliados nesta Capital, com escritório na Rua Coronel Xavier de Toledo, nº 114, 7º andar, Centro, aos quais confere poderes para, **EM CONJUNTO OU ISOLADAMENTE**, independente da ordem de nomeação: a) representá-la no Fôro em geral, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, usando dos poderes contidos na cláusula "ad judicium et extra", podendo fazer acordos em Juízo ou fora dele, receber citações, intimações e notificações, conciliar, confessar, desistir, transigir, juntar e retirar documentos, levantar depósitos, receber e dar quitações, e, ainda, conferindo-lhes poderes especiais para representar a outorgante nos termos dos Artigos 447 e 448 do Código de Processo Civil e da Lei 9.099/85, podendo inclusive prestar depoimento pessoal; b) representá-la em processos de concordatas e falências, requerendo estes, apresentando declarações de crédito, prestando compromisso de Síndico e exercendo este cargo; c) representá-la perante quaisquer repartições públicas federais, estaduais, municipais e autarquias, promovendo registros, inscrições e seus cancelamentos, requerendo o que for mister no interesse da outorgante, apresentando defesas, reclamações, consultas, recursos e pedidos de reconsiderações perante todas as autoridades administrativas, inclusive Prefeituras, Tribunais de Impostos e Taxas do Estado, Conselho de Contribuição e SUSEP; d) requerer a abertura de inquéritos policiais e acompanhá-los; e) os Drs. Wilson Roberto Bueno da Costa, e, Daniella Zagordo Pereira, poderão subestabelecer os poderes mencionados nas letras acima, com ou sem reserva de poderes, bem como nomear prepostos para representar a outorgante judicialmente. O presente instrumento ratifica os atos praticados anteriormente em virtude da presente. O presente mandato é válido por prazo indeterminado. Os dados referentes a qualificação dos procuradores foram declarados pela mandante, razão pela qual este tabelião não se responsabiliza pela exatidão dos mesmos. Assim o disse, do que dou fé, pedi-me e lhe lavrei o presente instrumento, o qual feito e lido em voz alta e clara, outorga, aceita e assina, dou fé. Emolumentos R\$167,00, Estado R\$47,46, IPESP R\$35,16, Reg. Civil R\$8,80, Trib. Justiça R\$8,80, Santa Casa R\$1,68, Total R\$268,90, Guia nº 024/10. Eu, PAULO SÉRGIO MÜLLER, Escrevente Autorizado, a lavrei e assino. Eu, GERALDO JAIRO DE SOUZA, Tabelião Substituto, a subscrevi e assino. (a.a.) FRANCISCO CAIUBY VIDIGAL FILHO.- MILTON BELLIZIA FILHO.- PAULO SÉRGIO MÜLLER.- GERALDO JAIRO DE SOUZA.- NADA MAIS.- Traslada em seguida.- Eu, Paulo Sérgio Müller, (Paulo Sérgio Müller), Escrevente Autorizado, a digitei e imprimi. Eu, Geraldo Jairo de Souza, (GERALDO JAIRO DE SOUZA), Tabelião Substituto, a conferi, subscrevo e assino em público e raso.

EM TESTEMUNHO ( ) DA VERDADE

Geraldo Jairo de Souza  
 GERALDO JAIRO DE SOUZA

Tabelião Substituto

170 OFÍCIO DE NOTAS - Tabelião: Carlos Alberto Figueiredo  
 Rua do Parano, 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. Tel: 210-5500

Certifico e dou fé que a presente cópia é a reprodução  
 original que foi apresentada. Cód: 037854306945E. Conf. nº 20.8.3.12/18.934.94

Bruno Rodrigo Belem Gaspar - Adv.

Serventia  
 30% TJH-14015  
 Total

CARTÓRIO  
 Bruno Rodrigo Belem Gaspar  
 Adv. Escrivente  
 CADICG nº 94.04761  
 At. 20.8.3.12/18.934.94  
 OFÍCIO DE NOTAS - RJ

AUTENTICAÇÃO  
 COPIA DE RESOLUÇÃO  
 Nº 17/2010  
 DE 17/07/2010  
 DE 17/07/2010

CNPJ 01.283.488/0001-80 - NIRE 8580005152

172-16.010 DE 15/11/2005  
Rua do Carmo, 43 - Centro - Rio de Janeiro - RJ.  
Tabela: Carlos Alberto Figueiredo  
Certifico e dou a presente cópia e a reprodução  
original que foi apresentada. Data: 08/03/2005  
Rio de Janeiro, 08 de julho de 2011.  
Bruno Rodrigo Belem Gaspar - Aut.  
Total  
Sertentia : 4.17  
30% JUFUNDOS : 1.23  
Total : 5.40

**CARTÓRIO DO 17º OFÍCIO DE**  
Bruno Rodrigo Belem Gaspar  
Escrevente  
OAB/RJ nº 94.561  
Art. 20 § 3º Lei nº 13.127/06

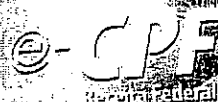
**SELO DE FISCALIZAÇÃO**  
PROCURADORIA GERAL  
DA JUSTIÇA - RJ

**AUTENTICAÇÃO**  
24/11/2011

FJ76401

...continuação...  
 de alteração da Assembleia Geral, nos casos previstos no § 2º do artigo 161 da Lei das Sociedades por Ações.  
 § 1º - Caso venha a ser instalado por deliberação da Assembleia Geral, o Conselho Fiscal terá seu funcionamento limitado na primeira Assembleia Geral Ordinária seguinte, após a qual a forma determinada em Assembleia Geral Extraordinária.  
 § 2º - O Conselho Fiscal reunirá-se sempre que necessitar, mediante convocação de qualquer de seus membros, levando-se em conta as suas deliberações.  
 § 3º - A posse dos membros do Conselho Fiscal está condicionada à prévia homologação pela SUPER. § 4º - Os membros do Conselho Fiscal serão substituídos, em suas faltas e impedimentos, pelo respectivo suplente.  
 Título V - Assembleias Gerais - Art. 18 - A Assembleia Geral reunirá-se, ordinariamente, dentro dos 3 (três) meses seguintes ao término de cada exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem, observadas em sua convocação, instalação e deliberação, as prescrições legais pertinentes e as disposições do presente Estatuto. A convocação, instalação e deliberação nas Assembleias Gerais deverão observar as disposições legais aplicáveis, o presente Estatuto Social e as disposições dos Acordos de Ações arquivados na sede da Companhia.  
 § 1º - As Assembleias Gerais serão instaladas, presididas pelo Presidente do Conselho de Administração e, na sua ausência, conforme vir a ser determinado pelos acionistas, cabendo ao Presidente da Assembleia Geral designar, dentre os presentes, um secretário para os trabalhos da reunião.  
 § 2º - A Assembleia Geral deverá ser convocada por meio do edital publicado nos termos da Lei das Sociedades por Ações, com pelo menos 15 (quinze) dias de antecedência, em primeira convocação, e com 8 (oito) dias de antecedência, em segunda convocação.  
 § 3º - A execução do disposto no artigo 133 da Lei das Sociedades por Ações, todos os documentos e assemelhados ou discussões em Assembleia Geral serão disponibilizados aos acionistas na sede social da Sociedade, a partir da data de publicação do primeiro edital de convocação relativo ao parágrafo anterior, § 4º - Os acionistas da Sociedade poderão ser representados por meio de mandato. Para tanto, perante a Assembleia Geral, o acionista deverá apresentar, em até 48 (quarenta e oito) horas de data da realização de respectiva assembleia, instrumento de mandato, devidamente regulamentado na forma da lei e deste Estatuto, no hipótese de representação do acionista. O acionista ou seu representante legal deverá comparecer à Assembleia Geral munido de documentos que comprovem sua identidade; § 5º - As atas das Assembleias deverão ser lavradas na forma de número dos atos ocorridos, inclusive deliberações e protestos, quando a transcrição das deliberações tomadas, observando o disposto no parágrafo 1º do artigo 130 da Lei das Sociedades por Ações, Art. 19 - O quórum para instalação da Assembleia Geral será de acionistas representando mais do que 2/3 (dois terços) do capital votante da Sociedade. Toda e qualquer deliberação da Assembleia Geral será tomada por acionistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das ações ordinárias da Sociedade, respeitadas as disposições dos Acordos de Ações arquivados na sede social da Sociedade. Parágrafo Único - O presidente da Assembleia Geral não comparecerá os votos atribuídos com infração aos Acordos de Ações arquivados na sede social, nos termos do disposto no artigo 115, §8º da Lei das Sociedades por Ações, Art. 20 - Sempre que acionistas dos nomes estiverem registrados no Livro de Registro de Ações até 24 (vinte e quatro) horas antes da data programada para a Assembleia Geral Ordinária poderão votar na referida assembleia. Título VI - Exercício Social, Lucros, Dividendos e Fundos - Art. 21 - O exercício social será iniciado em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano, ocasião em que serão levantados o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras do exercício. Art. 22 - Do resultado do exercício que anualmente se apurar, após a dedução dos eventuais prejuízos acumulados e do provável de taxa o imposto sobre a renda, será deduzida a participação da Diretoria e do Conselho de Administração (Conselheiros e Diretores) e item 10% (dez por cento) nos lucros, prevalecendo o item que for menor. O lucro líquido restante será distribuído da seguinte forma: I - 5% (cinco por cento) para constituição de Reserva Legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social; II - 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, no mínimo, deduzidos os valores destinados à Reserva Legal, aos acionistas, como dividendo obrigatório, na proporção de sua participação no capital social, ajustado nos termos do caput do art. 202, da Lei das Sociedades por Ações; III - o restante poderá ser alocado para Reserva Especial (Estatutária), destinada à amortização de eventuais prejuízos em exercícios futuros, aumento do capital social ou distribuição aos acionistas, por deliberação da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, observadas as prescrições legais. § 1º - Mediante proposta da Diretoria e aprovação do Conselho de Administração poderão ser pagos ou creditados aos acionistas juros do capital próprio, nos termos da legislação específica, os quais poderão ser empurrados. Iguais os impostos de renda na fonte, as dividendos intermediários ou ao dividendo anual. § 2º - A Sociedade, por deliberação do Conselho de Administração, poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou mensais, bem como declarar dividendos a conta de lucros apurados nesses balanços. Poderá, ainda, por deliberação do Conselho de Administração, declarar dividendos intermediários na forma da lei. Título VII - Disposições Gerais e Transitórias - Art. 23 - Os casos omissos neste Estatuto serão regidos pelos acionistas em Assembleia Geral, observadas as disposições dos Acordos de Ações arquivados na sede da Companhia. Art. 24 - A Companhia observará os Acordos de Ações arquivados em sua sede. Qualquer declaração de voto que tenha sido proferida em desacordo com os termos do referido Acordo de Ações será considerada inválida. Fica expressamente vedado à Companhia proceder à transferência de ações e/ou a concessão e/ou a cessão de qualquer direito de preferência relacionado a subscrição de ações e/ou de outros valores mobiliários que não respeitar as disposições dos referidos Acordos de Ações. § 1º - No caso de qualquer divergência entre o presente Estatuto Social e tais acordos, as disposições da lei aplicáveis deverão prevalecer. § 2º - A Companhia deverá providenciar e cumprir, no prazo de até 30 (trinta) dias a contar de sua assinatura, a pedido do acionista, o envolvimento de acordos de acionistas na sede da Companhia. Art. 25 - A Companhia será dissolvida e entrará em liquidação nos casos previstos em lei. Art. 26 - As publicações da Companhia requeridas pela Lei das Sociedades por Ações serão realizadas nos termos exigidos pela referida Lei. Cópias de todo e qualquer documento a ser publicado pela Companhia serão entregues aos acionistas até a data da publicação.

## Aproveite as vantagens do e-CPF.



**Faça seu Certificado Digital na Imprensa Oficial**  
**e realize transações on-line seguras em bancos**  
**e na Receita Federal.**  
**Confira nossos preços.**

[www.imprensaoficial.com.br](http://www.imprensaoficial.com.br)

to certificado digital

SAC 0800 01234101

sac@imprensaoficial.com.br

Imprensa Oficial

GOVERNO DO ESTADO  
**SÃO PAULO**  
 CADA VEZ MELHOR

172 (1710) DE JUIZAS  
 Rua da Carne, 43 - Centro - Fátima: Carlos Alberto Figueira - RJ. Tel: 2102-4111  
 Verificação e dev. de que a presente carta é a reprodução fiel  
 original que foi apresentado, em 08/05/2013, Conf. por: Bruno Rodrigo  
 Escrivente  
 CADC nº 94.042-1  
 Data 2013.05.08

SELO DE FISCALIZAÇÃO  
 CORREGEDORIA GERAL  
 DA JUSTIÇA - RJ

CARTÓRIO DO 17º  
 Bruno Rodrigo  
 Escrivente  
 CADC nº 94.042-1  
 Data 2013.05.08

30% JUROS : 1.25  
 Total : 5.40

Barão Rodrigo Belém Gaspar Art.

FYJ6402





120.000,00 DE REAIS  
 Rua do Carmo, 83 - Centro - Fone: (021) 251.1111 - Fax: (021) 251.1112  
 Cartão de crédito e de débito - a apresentar - Conf. 08/28/2013 13:42:04. Conf. para  
 original que foi apresentado em 08 de julho de 2013.  
 Rua de Janeiro, 65 - Centro - Fone: (021) 251.1111 - Fax: (021) 251.1112  
 Banco Rodrigo Belem Gaspar - Aut.  
 Total : 1.250,00  
 30% TUFIMOS : 375,00  
 Serenata : 875,00

Cartão DO 17º  
 Rodrigo Belem Gaspar  
 Escrevente  
 OAB RJ nº 201.111-1  
 Art. 205  
 SELO DE FISCALIZAÇÃO  
 CORREGEDORIA GERAL  
 DA JUSTIÇA - RJ  
 F1376403



**Ipueiras Energia S.A.**

**Ipêiras Energia S.A.**  
CNPJ nº 03.051.989/0001-02 - NIRE nº 35.800.175.620  
Ata de Assembleia Geral Ordinária  
Realizada em 10 de Agosto de 2010

1. Data, Local e Horário: Realizada aos 10 (dez) dias do mês de agosto de 2009, às 10:30 horas, na sede social da Companhia, na Rua Bandeira Paulista, 830, nº andar - conjunto 02, Itaim Bibi, São Paulo/SP - CEP: 05522-001. 2. Convocação e Presença: Presenças os acionistas ou seus representantes, devidamente inscritos em relação que foi disponibilizada a convocação, nos termos do artigo 1204, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404/76, conforme alterada, conforme manifestações constantes do Livro de Presença de Acionistas da Companhia. 3. Mesa: Assumiu a presidência dos trabalhos o Diretor Presidente da Companhia Dr. Luiz Davio Assis Henriques, que escolheu a Dra. Ângela Mazzoni Carlos de Vincenti para secretária. 4. Ordem do Dia: a) Presidência; b) aprovação da pauta e a presente reunião tenha por finalidade deliberar sobre o aumento do capital social da Companhia, com a consequente alteração do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia. 5. Deliberações: Por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas, os acionistas da Companhia aprovaram o que segue: a.1. O aumento do capital social da Companhia para o valor de R\$ 1.721.836,00 (um mil, setecentos e trinta e sete mil e oitocentos e sessenta e seis reais), em moeda de R\$ 1,00 (uma unidade monetária), dividido em 172.183,60 (cento e setenta e duas mil, cento e oitenta e seis reais e sessenta e seis centavos), sendo o presente aumento no valor de R\$14.720.835,41 (quatorze milhões, setecentos e vinte mil, oitocentos e trinta e sete reais e sessenta e seis centavos), mediante a emissão de 14.720.835,41 (quatorze milhões, setecentos e vinte mil, oitocentos e trinta e sete reais e sessenta e seis centavos) ações, sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) por ação, determinado de acordo com o previsto no inciso II, § 1º do Artigo 170, da Lei 6.404/76. As ações em emissão são imediatamente subscritas pelo acionista Tocatins Energia S.A. e por ela integralizadas, nos termos do Boleim de Subscrição emitido a presente ata, pelo Anexo I, mediante aproveitamento dos créditos que o acionista subscritor detém contra a Companhia por conta de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (IAPACs). Para fins do presente aumento de capital, as inscrições de reais anteriores a R\$1,00 (um real) serão desproporcionais. 5.2. Os acionistas remanescentes em Companhia, nesta ata, expressamente renunciaram por sua própria vontade a subscrito das novas ações, bem como a emissão de novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) por ação, determinado de acordo com o previsto no inciso II, § 1º do Artigo 170, da Lei 6.404/76. As ações em emissão são imediatamente subscritas pelo acionista Tocatins Energia S.A. e por ela integralizadas, nos termos do Boleim de Subscrição emitido a presente ata, pelo Anexo I, mediante aproveitamento dos créditos que o acionista subscritor detém contra a Companhia por conta de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (IAPACs). Para fins do presente aumento de capital, as inscrições de reais anteriores a R\$1,00 (um real) serão desproporcionais. 5.3. Autorizam a administração da Companhia a emitir, para a presente reunião, o Boleim de Subscrição, com a menção das deliberações ora aprovadas. 5.4. Fica o aumento de capital aprovado conforme item 5.1. acima, aprovaram a alteração do caput do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, o qual passa a vigorar com a seguinte nova redação: "Artigo 5º - O capital social da Companhia, com o valor de R\$ 1.721.836,00 (quatorze milhões, setecentos e trinta e sete mil e oitocentos e sessenta e seis reais), dividido em 172.183,60 (cento e setenta e duas mil, cento e oitenta e seis reais e sessenta e seis centavos) ações, sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) por ação, determinado de acordo com o previsto no inciso II, § 1º do Artigo 170, da Lei 6.404/76. As ações em emissão são imediatamente subscritas pelo acionista Tocatins Energia S.A. e por ela integralizadas, nos termos do Boleim de Subscrição emitido a presente ata, pelo Anexo I, mediante aproveitamento dos créditos que o acionista subscritor detém contra a Companhia por conta de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (IAPACs). Para fins do presente aumento de capital, as inscrições de reais anteriores a R\$1,00 (um real) serão desproporcionais. 5.5. Encarregam-se, para a presente reunião, a quem dela quiserem fazer uso, os seguintes poderes: O Sr. Carlos Assis Henriques, Secretário; Ângela Mazzoni Carlos de Vincenti, Acionistas; Tocatins Energia S.A. e por ela integralizadas, nos termos do Boleim de Subscrição emitido a presente ata, pelo Anexo I, mediante aproveitamento dos créditos que o acionista subscritor detém contra a Companhia por conta de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (IAPACs). Para fins do presente aumento de capital, as inscrições de reais anteriores a R\$1,00 (um real) serão desproporcionais. 5.6. Encarregam-se, para a presente reunião, a quem dela quiserem fazer uso, os seguintes poderes: O Sr. Carlos Assis Henriques, Secretário; Ângela Mazzoni Carlos de Vincenti, Acionistas; Tocatins Energia S.A. e por ela integralizadas, nos termos do Boleim de Subscrição emitido a presente ata, pelo Anexo I, mediante aproveitamento dos créditos que o acionista subscritor detém contra a Companhia por conta de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (IAPACs). Para fins do presente aumento de capital, as inscrições de reais anteriores a R\$1,00 (um real) serão desproporcionais. 5.7. Encarregam-se, para a presente reunião, a quem dela quiserem fazer uso, os seguintes poderes: O Sr. Carlos Assis Henriques, Secretário; Ângela Mazzoni Carlos de Vincenti, Acionistas; Tocatins Energia S.A. e por ela integralizadas, nos termos do Boleim de Subscrição emitido a presente ata, pelo Anexo I, mediante aproveitamento dos créditos que o acionista subscritor detém contra a Companhia por conta de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (IAPACs). Para fins do presente aumento de capital, as inscrições de reais anteriores a R\$1,00 (um real) serão desproporcionais. 5.8. Encarregam-se, para a presente reunião, a quem dela quiserem fazer uso, os seguintes poderes: O Sr. Carlos Assis Henriques, Secretário; Ângela Mazzoni Carlos de Vincenti, Acionistas; Tocatins Energia S.A. e por ela integralizadas, nos termos do Boleim de Subscrição emitido a presente ata, pelo Anexo I, mediante aproveitamento dos créditos que o acionista subscritor detém contra a Companhia por conta de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (IAPACs). Para fins do presente aumento de capital, as inscrições de reais anteriores a R\$1,00 (um real) serão desproporcionais. 5.9. Encarregam-se, para a presente reunião, a quem dela quiserem fazer uso, os seguintes poderes: O Sr. Carlos Assis Henriques, Secretário; Ângela Mazzoni Carlos de Vincenti, Acionistas; Tocatins Energia S.A. e por ela integralizadas, nos termos do Boleim de Subscrição emitido a presente ata, pelo Anexo I, mediante aproveitamento dos créditos que o acionista subscritor detém contra a Companhia por conta de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (IAPACs). Para fins do presente aumento de capital, as inscrições de reais anteriores a R\$1,00 (um real) serão desproporcionais. 5.10. Encarregam-se, para a presente reunião, a quem dela quiserem fazer uso, os seguintes poderes: O Sr. Carlos Assis Henriques, Secretário; Ângela Mazzoni Carlos de Vincenti, Acionistas; Tocatins Energia S.A. e por ela integralizadas, nos termos do Boleim de Subscrição emitido a presente ata, pelo Anexo I, mediante aproveitamento dos créditos que o acionista subscritor detém contra a Companhia por conta de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (IAPACs). Para fins do presente aumento de capital, as inscrições de reais anteriores a R\$1,00 (um real) serão desproporcionais. 5.11. Encarregam-se, para a presente reunião, a quem dela quiserem fazer uso, os seguintes poderes: O Sr. Carlos Assis Henriques, Secretário; Ângela Mazzoni Carlos de Vincenti, Acionistas; Tocatins Energia S.A. e por ela integralizadas, nos termos do Boleim de Subscrição emitido a presente ata, pelo Anexo I, mediante aproveitamento dos créditos que o acionista subscritor detém contra a Companhia por conta de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (IAPACs). Para fins do presente aumento de capital, as inscrições de reais anteriores a R\$1,00 (um real) serão desproporcionais. 5.12. Encarregam-se, para a presente reunião, a quem dela quiserem fazer uso, os seguintes poderes: O Sr. Carlos Assis Henriques, Secretário; Ângela Mazzoni Carlos de Vincenti, Acionistas; Tocatins Energia S.A. e por ela integralizadas, nos termos do Boleim de Subscrição emitido a presente ata, pelo Anexo I, mediante aproveitamento dos créditos que o acionista subscritor detém contra a Companhia por conta de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (IAPACs). Para fins do presente aumento de capital, as inscrições de reais anteriores a R\$1,00 (um real) serão desproporcionais. 5.13. Encarregam-se, para a presente reunião, a quem dela quiserem fazer uso, os seguintes poderes: O Sr. Carlos Assis Henriques, Secretário; Ângela Mazzoni Carlos de Vincenti, Acionistas; Tocatins Energia S.A. e por ela integralizadas, nos termos do Boleim de Subscrição emitido a presente ata, pelo Anexo I, mediante aproveitamento dos créditos que o acionista subscritor detém contra a Companhia por conta de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (IAPACs). Para fins do presente aumento de capital, as inscrições de reais anteriores a R\$1,00 (um real) serão desproporcionais. 5.14. Encarregam-se, para a presente reunião, a quem dela quiserem fazer uso, os seguintes poderes: O Sr. Carlos Assis Henriques, Secretário; Ângela Mazzoni Carlos de Vincenti, Acionistas; Tocatins Energia S.A. e por ela integralizadas, nos termos do Boleim de Subscrição emitido a presente ata, pelo Anexo I, mediante aproveitamento dos créditos que o acionista subscritor detém contra a Companhia por conta de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (IAPACs). Para fins do presente aumento de capital, as inscrições de reais anteriores a R\$1,00 (um real) serão desproporcionais. 5.15. Encarregam-se, para a presente reunião, a quem dela quiserem fazer uso, os seguintes poderes: O Sr. Carlos Assis Henriques, Secretário; Ângela Mazzoni Carlos de Vincenti, Acionistas; Tocatins Energia S.A. e por ela integralizadas, nos termos do Boleim de Subscrição emitido a presente ata, pelo Anexo I, mediante aproveitamento dos créditos que o acionista subscritor detém contra a Companhia por conta de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (IAPACs). Para fins do presente aumento de capital, as inscrições de reais anteriores a R\$1,00 (um real) serão desproporcionais. 5.16. Encarregam-se, para a presente reunião, a quem dela quiserem fazer uso, os seguintes poderes: O Sr. Carlos Assis Henriques, Secretário; Ângela Mazzoni Carlos de Vincenti, Acionistas; Tocatins Energia S.A. e por ela integralizadas, nos termos do Boleim de Subscrição emitido a presente ata, pelo Anexo I, mediante aproveitamento dos créditos que o acionista subscritor detém contra a Companhia por conta de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (IAPACs). Para fins do presente aumento de capital, as inscrições de reais anteriores a R\$1,00 (um real) serão desproporcionais. 5.17. Encarregam-se, para a presente reunião, a quem dela quiserem fazer uso, os seguintes poderes: O Sr. Carlos Assis Henriques, Secretário; Ângela Mazzoni Carlos de Vincenti, Acionistas; Tocatins Energia S.A. e por ela integralizadas, nos termos do Boleim de Subscrição emitido a presente ata, pelo Anexo I, mediante aproveitamento dos créditos que o acionista subscritor detém contra a Companhia por conta de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (IAPACs). Para fins do presente aumento de capital, as inscrições de reais anteriores a R\$1,00 (um real) serão desproporcionais. 5.18. Encarregam-se, para a presente reunião, a quem dela quiserem fazer uso, os seguintes poderes: O Sr. Carlos Assis Henriques, Secretário; Ângela Mazzoni Carlos de Vincenti, Acionistas; Tocatins Energia S.A. e por ela integralizadas, nos termos do Boleim de Subscrição emitido a presente ata, pelo Anexo I, mediante aproveitamento dos créditos que o acionista subscritor detém contra a Companhia por conta de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (IAPACs). Para fins do presente aumento de capital, as inscrições de reais anteriores a R\$1,00 (um real) serão desproporcionais. 5.19. Encarregam-se, para a presente reunião, a quem dela quiserem fazer uso, os seguintes poderes: O Sr. Carlos Assis Henriques, Secretário; Ângela Mazzoni Carlos de Vincenti, Acionistas; Tocatins Energia S.A. e por ela integralizadas, nos termos do Boleim de Subscrição emitido a presente ata, pelo Anexo I, mediante aproveitamento dos créditos que o acionista subscritor detém contra a Companhia por conta de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (IAPACs). Para fins do presente aumento de capital, as inscrições de reais anteriores a R\$1,00 (um real) serão desproporcionais. 5.20. Encarregam-se, para a presente reunião, a quem dela quiserem fazer uso, os seguintes poderes: O Sr. Carlos Assis Henriques, Secretário; Ângela Mazzoni Carlos de Vincenti, Acionistas; Tocatins Energia S.A. e por ela integralizadas, nos termos do Boleim de Subscrição emitido a presente ata, pelo Anexo I, mediante aproveitamento dos créditos que o acionista subscritor detém contra a Companhia por conta de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (IAPACs). Para fins do presente aumento de capital, as inscrições de reais anteriores a R\$1,00 (um real) serão desproporcionais. 5.21. Encarregam-se, para a presente reunião, a quem dela quiserem fazer uso, os seguintes poderes: O Sr. Carlos Assis Henriques, Secretário; Ângela Mazzoni Carlos de Vincenti, Acionistas; Tocatins Energia S.A. e por ela integralizadas, nos termos do Boleim de Subscrição emitido a presente ata, pelo Anexo I, mediante aproveitamento dos créditos que o acionista subscritor detém contra a Companhia por conta de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (IAPACs). Para fins do presente aumento de capital, as inscrições de reais anteriores a R\$1,00 (um real) serão desproporcionais. 5.22. Encarregam-se, para a presente reunião, a quem dela quiserem fazer uso, os seguintes poderes: O Sr. Carlos Assis Henriques, Secretário; Ângela Mazzoni Carlos de Vincenti, Acionistas; Tocatins Energia S.A. e por ela integralizadas, nos termos do Boleim de Subscrição emitido a presente ata, pelo Anexo I, mediante aproveitamento dos créditos que o acionista subscritor detém contra a

170. GETULIO DE ALMEIDA  
 Rua do Carmo, 80. - Dourado - Rio de Janeiro - RJ.  
 Defensor e doador que a presente certidão é a reprodução  
 original que foi assinada em 08/03/2011.  
 Rio de Janeiro, 08 de julho de 2011.  
 Bruno Rodrigo Belem Gaspar - Aut.  
 Tabelião Carlos Alberto  
 Tabelião - Rio de Janeiro - RJ.  
 100% TITULARES  
 Serenata  
 08/03/2011  
 4.17  
 1.33  
 5.40

**CARTÓRIO DO 17º OFÍCIO DE NOTAS**  
 Bruno Rodrigo  
 Belem Gaspar  
 Escrevente  
 ODCSJ nº 94.04761  
 Art. 20 § 3º - 025/94  
 RJ

**SELO DE FISCALIZAÇÃO**  
 COPIA DE NOTAS  
 DA JUSTIÇA - RJ  
 AUTENTICAÇÃO  
 FUG

7376397


# ALDAIRTON CARVALHO

SOCIEDADE DE ADVOGADOS

## SUBSTABELECIMENTO

**SUBSTABELEÇO**, com reservas de iguais para mim, os poderes outorgados por **MARÍTIMA SEGUROS S/A**, aos Drs. **FRANCISCO ALDAIRTON RIBEIRO CARVALHO JÚNIOR**, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/CE sob o nº 16.045, **LIANA CLODES BASTOS FURTADO**, brasileira, advogada, inscrita na OAB/CE sob nº 16.897, **ANTÔNIO DOS SANTOS MOTA**, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/CE sob o nº 19.283, **ROBÉRIO CÁSSIUS SAMPAIO ARAGÃO**, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/CE sob o nº 16.468, **KÁTIA MARIA BASTOS FURTADO**, brasileira, advogada, inscrita na OAB/CE sob nº 9.334, **ALYSSON NARBAL DE OLIVEIRA SOMBRA**, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/CE sob nº 30.414, **LAÍS HELENA LANZA DE OLIVEIRA**, brasileira, advogada, inscrita na OAB/CE sob nº 30.362, **KELVYA CHAVES CAVALCANTE**, brasileira, advogada, inscrita na OAB/CE sob nº 21.308, **MARIANA ALMEIDA CATARINO**, brasileira, advogada, inscrita na OAB/CE sob nº 31.673, **FRANCISCO VIEIRA SALES NETO**, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/CE sob nº 21.906, **JOSÉ BONIFÁCIO DE MACÊDO FILHO**, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/CE sob nº 16.349, **JÉSSICA DA COSTA DO MONT**, brasileira, advogada, inscrita na OAB/CE sob nº 31.451, **ESAMYA DE LOIOLA SIQUEIRA**, brasileira, advogada, inscrita na OAB/CE sob nº 32.327, bem como, Dr(a). \_\_\_\_\_, inscrito(a) na OAB/CE sob o nº \_\_\_\_\_, todos estabelecidos na Rua José Alencar Ramos, 385, Luciano Cavalcante, CEP. 60.813-565, Fortaleza - Ceara. Tel. 3241.3577 / 3262.3497, para o fiel cumprimento deste mandato, mediante os autos desta **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**.

Rio de Janeiro/RJ., 25 de setembro de 2015.



**RICARDO LASMAR SODRÉ**  
OAB/RJ Nº 88.826

# ALDAIRTON CARVALHO

SOCIEDADE DE ADVOGADOS

## CARTA DE PREPOSTO

**MARÍTIMA SEGUROS S/A**, neste ato, representada pelo seu procurador legal, abaixo assinado, nomeia e constitui **ARNALDO MACIEL DE AZEVEDO MELO FILHO, FRANCISCO JOSÉ FAUSTINO, ANTÔNIA VÂLNIA DA SILVA FONSECA, ALYSON BRUNO JORGE VIDAL, IGHOR FONSECA DO NASCIMENTO**, CPF's nº **673.087.833-91, 424.339.323-00, 263.165.103-06, 605.154.013-07, 039.123.513-33**, respectivamente, assim como, \_\_\_\_\_, inscrito no CPF sob o nº \_\_\_\_\_ como seus **PREPOSTOS** na Audiência designada para esta data, bem como outras que venham a ser designadas por este MM. Juízo, nos autos da presente **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, conferindo-lhe os poderes necessários para tanto, inclusive prestar depoimento pessoal, confessar e transigir.

Rio de Janeiro/RJ., 25 de setembro de 2015.



**RICARDO LASMAR SODRE**  
**OAB/RJ nº 88.826**



# PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Fortaleza

11ª Vara Cível

Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes, nº 220, Água Fria - CEP 60811-690, Fone: (85) 3492 8322, Fortaleza-CE - E-mail: for11cv@tjce.jus.br

## CERTIDÃO DE DECURSO DE PRAZO

Processo nº: **0205873-30.2015.8.06.0001**  
 Classe: **Procedimento Ordinário**  
 Assunto: **Seguro, Acidente de Trânsito e DIREITO CIVIL**  
 Requerente: **Juliane Cavalcante Pimenta**  
 Requerido: **Marítima Seguros S/A**

**CERTIFICO**, para os devidos fins, que decorreu o prazo legal e nada foi apresentado ou requerido pela parte demandante, apesar de intimada à fl. 19.

O referido é verdade. Dou fé.

**Fortaleza/CE, 12 de janeiro de 2016.**

**SUYANNE PORTELA LANDIM**

Diretor de Secretaria

Assinado por certificação digital<sup>1</sup>

<sup>1</sup> De acordo com o Art. 1º da lei **11.419/2006**: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

• ~ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - assinatura eletrônica as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica; Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site <http://esaj.tjce.jus.br>. Em seguida selecionar a opção **CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL** e depois **Conferência de Documento Digital do 1º grau**.

Abrir a tela, colocar o nº do processo e o código do documento.



# PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Fortaleza

11ª Vara Cível

Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes, nº 220, Água Fria - CEP 60811-690, Fone: (85) 3492 8322, Fortaleza-CE - E-mail: for11cv@tjce.jus.br

## DESPACHO

Processo nº: **0205873-30.2015.8.06.0001**  
 Apensos:  
 Classe: **Procedimento Ordinário**  
 Assunto: **Seguro**  
 Requerente: **Juliane Cavalcante Pimenta**  
 Requerido: **Marítima Seguros S/A**

Cls.

Intime-se a parte autora para falar sobre a peça contestatória, no prazo de 10 (dez) dias.

Exp. nec.

Fortaleza, 12 de janeiro de 2016.

**Josias Menescal Lima de Oliveira**  
**Juiz de Direito, respondendo**

Assinado Por Certificação Digital<sup>1</sup>

<sup>1</sup> De acordo com o Art. 1º da lei **11.419/2006**: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

• ~ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - assinatura eletrônica as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica; Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site <http://esaj.tjce.jus.br>. Em seguida selecionar a opção **CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL** e depois **Conferência de Documento Digital do 1º grau**.

Abrir a tela, colocar o nº do processo e o código do documento.

 <b>AR</b> AVISO DE RECEBIMENTO		11ª Vara Cível 14/01/16
<b>DESTINATÁRIO</b> Marítima Seguros S/A Rua Barbosa de Freitas, 795, Meireles 60170-020, Fortaleza, CE		
AR458948151TZ 		
<b>ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR</b> Secretaria da 11ª Vara Cível de Fortaleza Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes, Edson Queiroz 60811-690, Fortaleza, CE		<b>CARTA</b> 9912254046-DR/CE TJ/CE CORREIOS
<b>TENTATIVAS DE ENTREGA</b> 1ª _____ : _____ h 2ª _____ : _____ h 3ª _____ : _____ h		<b>DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (OPCIONAL)</b> 0205873-30.2015.8.06.0001-0001 (Proc. digital)
<b>MOTIVOS DE DEVOLUÇÃO</b> <input type="checkbox"/> 1 Mudou-se <input type="checkbox"/> 2 Endereço incorreto <input type="checkbox"/> 3 Não existe o número <input type="checkbox"/> 4 Recusado <input type="checkbox"/> 5 Não procurado <input type="checkbox"/> 6 Ausente <input type="checkbox"/> 7 Falecido		<b>RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO</b> FABIANO BARBOSA COLARES Matr. 8.179.109-7
<b>ATENÇÃO</b> Após 3 (três) tentativas de entrega, devolver o aviso ao remetente.		<b>DATA ENTREGA</b> 15.12.15
ASSINATURA DO RECEBEDOR NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR		Nº DOC. DE IDENTIDADE





# PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Fortaleza

11ª Vara Cível

Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes, nº 220, Água Fria - CEP 60811-690, Fone: (85) 3492 8322, Fortaleza-CE - E-mail: for11cv@tjce.jus.br

## CERTIDÃO

Processo nº: **0205873-30.2015.8.06.0001**  
 Apensos:  
 Classe – Assunto: **Procedimento Ordinário - Seguro**  
 Requerente: **Juliane Cavalcante Pimenta**  
 Requerido: **Marítima Seguros S/A**

**CERTIFICO**, face às prerrogativas por lei conferidas, que nesta data recebi os presentes autos com despacho prolatado. O referido é verdade. Dou fé.

**Fortaleza/CE, 14 de janeiro de 2016.**

**SUYANNE PORTELA LANDIM**  
**Diretor de Secretaria**

Assinado por certificação digital<sup>1</sup>

<sup>1</sup> De acordo com o Art. 1º da lei **11.419/2006**: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

• ~ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - assinatura eletrônica as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica; Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site <http://esaj.tjce.jus.br>. Em seguida selecionar a opção **CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL** e depois **Conferência de Documento Digital do 1º grau**.

Abrir a tela, colocar o nº do processo e o código do documento.

### CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0004/2016, encaminhada para publicação.

Advogado  
Ismael Rabelo Leal (OAB 32742/CE)

Forma  
D.J

Teor do ato: "Intime-se a parte autora para falar sobre a peça contestatória, no prazo de 10 (dez) dias."

Do que dou fé.  
Fortaleza, 18 de janeiro de 2016.

Diretor(a) de Secretaria

## CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0004/2016, foi disponibilizado na página 209/210 do Diário da Justiça Eletrônico em 19/01/2016. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subsequente à data acima mencionada. O prazo terá início em 21/01/2016, conforme disposto no Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça.

Advogado	Prazo em dias	Término do prazo
Ismael Rabelo Leal (OAB 32742/CE)	10	01/02/2016

Teor do ato: "Intime-se a parte autora para falar sobre a peça contestatória, no prazo de 10 (dez) dias."

Do que dou fé.  
Fortaleza, 19 de janeiro de 2016.

Diretor(a) de Secretaria

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 11ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE FORTALEZA - CE

Processo n.º 0205873-30.2015.8.06.0001

**MARÍTIMA SEGUROS S/A**, neste ato representada pela **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, CNPJ 09.248.608/0001-04, situada na Rua Senador Dantas, 74, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro, CEP 20031205, na qualidade de gestora dos **CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT – Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre**, firmados consoante determinação do Conselho Nacional de Seguros Privados, conforme se observa dos atos constitutivos e instrumentos procuratórios anexos, e **JULIANE CAVALCANTE PIMENTA**, já qualificado nos autos da Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório – DPVAT, em trâmite neste juízo, vem, por seus advogados abaixo-assinados, expor, para ao final requerer o que segue.

As partes, visando pôr fim ao litígio, resolveram, mediante concessão mútua, celebrar acordo, na forma do art. 840 c/c art. 849 do Código Civil, transacionando conforme as seguintes cláusulas e condições.

A parte autora, por livre e espontânea vontade, realizou Avaliação Médica para fins de Conciliação, consoante laudo anexo, sendo apurada indenização a pagar, descontando-se o valor já indenizado administrativamente.

A Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT, como gestora dos Consórcios DPVAT, pagará à parte Autora a importância de **R\$ 2.362,50 (dois mil, trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos)** para a liquidação do feito, acrescido da importância de **R\$ 354,37 (trezentos e cinquenta e quatro reais e trinta e sete centavos)** referentes ao pagamento de honorários de sucumbência, totalizando a quantia de **R\$ 2.716,87 (dois mil, setecentos e dezesseis reais e oitenta e sete centavos)**.

O pagamento será efetuado mediante depósito judicial em até 20 (vinte) dias úteis a contar da homologação do presente acordo pelo juízo.

Outrossim, cabe esclarecer que eventuais custas processuais serão de responsabilidade da parte Ré.

Insta ressaltar que a transação ora celebrada não implica em reconhecimento do direito pretendido pela parte autora.

Com o pagamento da quantia acordada e acima referida, a parte Autora concorda que nada mais será cobrado, judicial ou administrativamente em face da parte Ré e de todas as Seguradoras Consorciadas, ora representadas pela Seguradora Líder DPVAT, quanto ao objeto da ação da vítima Juliane Cavalcante Pimenta, inscrita no CPF sob o n.º 020.050.093-77 de modo que dá, neste ato, plena, irrestrita e irrevogável quitação, relativamente a todos e quaisquer direitos, oriundos do acidente de trânsito ocorrido em 20/04/2015 nos termos do Boletim de Ocorrência nº 301-2083/2015, para nada mais reclamar em Juízo, ou fora dele, seja a que título for.

Declaram as partes que o presente acordo é fruto de sua livre manifestação de vontade, não havendo vício algum, de qualquer ordem, sobre os termos acima dispostos e desistem, de imediato, do prazo recursal.

As partes requerem, ante todo o exposto, **a homologação** do presente acordo, com a expedição de **alvará** para o imediato levantamento da quantia depositada a título de transação, independente de nova manifestação, e, bem como, pela **extinção do processo com resolução de mérito, nos termos do artigo 269, III do Código de Processo Civil e sua consequente remessa ao arquivo geral do TJ/CE.**

Nestes Termos,

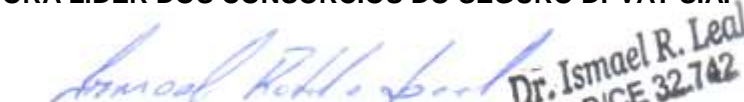
P. Deferimento.

Fortaleza, 22 de janeiro de 2016.



ANTONIO DOS SANTOS MOTA.  
OAB/CE nº. 19. 283

SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.



JULIANE CAVALCANTE PIMENTA  
P/P ISMAEL RABELO LEAL  
OAB/CE 32.742

## Informações da Vítima

Nome completo: Juliane Cavalcante Pimenta  
 CPF: 020.050.093-77  
 Endereço completo: \_\_\_\_\_

## Informações do Acidente

Local: FORTALEZA - CE  
 Data do acidente: 20/04/2015

## Concordância com a realização da avaliação médica

Declaro que as informações da vítima e do acidente, acima indicados, são verdadeiras e que compareci, por livre e espontânea vontade, para realização da avaliação médica para fins de conciliação prévia em razão do processo judicial nº 0205873-30.2015.8.06.0001, para pagamento de indenização DPVAT por invalidez permanente, do qual figura como autor e que tramita na vara Cível ou JEC da Comarca de Fortaleza-CE.

Declaro, ainda, que estou ciente de que nada pagarei para realização desta avaliação e de que, caso eu e a entidade demandada não chegemos a um acordo, o processo judicial que propus para recebimento da indenização DPVAT prosseguirá normalmente.

Fortaleza - CE, 14 de janeiro de 2016

\_\_\_\_\_  
local e data

  
assinatura da vítima

## Avaliação Médica

I. Há lesão cuja etiologia (origem causal) seja exclusivamente decorrente de acidente pessoal com veículo automotor de via terrestre?

( ☒ ) Sim ( ☐ ) Não ( ☐ ) Prejudicado

*Só prosseguir em caso de resposta afirmativa.*

II. Descrever o quadro clínico atual informando:

a) qual (quais) região(ões) corporal(is) encontra(m)-se acometida(s):

**OMBRO ESQUERDO, MEMBRO INFERIOR ESQUERDO**

b) as alterações (disfunções) presentes no patrimônio físico da Vítima, que sejam evolutivas e temporalmente compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar, considerando-se as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma.

**TRAUMA CONTUSO NO OMBRO ESQUERDO, JOELHO ESQUERDO E PÉ ESQUERDO. TRATAMENTO CONSERVADOR COM MEDICAÇÃO, REPOUSO, SEM FISIOTERAPIA. ALTA DEFINITIVA. EVOLUIU COM LIMITAÇÃO DOS MOVIMENTOS DO OMBRO, DO JOELHO E DO PÉ, DIMINUIÇÃO DA FORÇA DE SUSTENTAÇÃO DO MEMBRO INFERIOR ESQUERDO COM HIPOTROFIA MUSCULAR**

III. Há indicação de algum tratamento (em curso, prescrito, a ser prescrito), incluindo medidas de reabilitação?

( ☐ ) Sim ( ☒ ) Não

Se SIM, descreva a(s) medida(s) terapêutica(s) indicada(s):

IV. Segundo o exame médico legal, pode-se afirmar que o quadro clínico cursa com:

a) ( ☐ ) disfunções apenas temporárias

b) ( ☒ ) dano anatômico e/ou funcional definitivo (sequelas)

Em caso de dano anatômico e/ou funcional definitivo informar as limitações físicas irreparáveis e definitivas presentes no patrimônio físico da Vítima.

**LIMITAÇÃO DOS MOVIMENTOS DO OMBRO, DO JOELHO E DO PÉ, DIMINUIÇÃO DA FORÇA DE SUSTENTAÇÃO DO MEMBRO INFERIOR ESQUERDO COM HIPOTROFIA MUSCULAR**

V. Em virtude da evolução da lesão e/ou de tratamento, faz-se necessária exame complementar?

( ) Sim, em que prazo:

( X ) Não

*Em caso de enquadramento na opção 'a' do item IV ou da resposta afirmativa ao item V, favor NÃO preencher os demais campos abaixo assinalados.*

VI. Segundo o previsto na Lei 11.945 de 4 de junho de 2009 favor promover a quantificação da(s) lesão(ões) permanente(s) que não seja(m) mais susceptível(is) a tratamento como sendo geradora(s) de dano(s) anatômico(s) e/ou funcional(is) definitivo(s), especificando, segundo o anexo constante à Lei 11.945/09, o(s) segmento(s) corporal(is) acometido(s) e ainda segundo o previsto no instrumento legal, firmar a sua graduação:

**Segmento corporal acometido: MEMBRO INFERIOR ESQUERDO E OMBRO ESQUERDO**

a) ( ) Total (Dano anatômico ou funcional permanente que comprometa a íntegra do patrimônio físico e/ou mental da Vítima)

b) ( X ) Parcial (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas parte do patrimônio físico e/ou mental da Vítima)

Em se tratando de dano parcial informar se o dano é:

b.1) ( ) Parcial Completo (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa de forma global algum segmento corporal da Vítima)

b.2) ( X ) Parcial Incompleto (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas em parte a um (ou mais de um) segmento corporal da Vítima)

b.2.1) Informar o grau da incapacidade definitiva da Vítima, segundo o previsto na alínea II, § 1º do art. 3º da Lei 6.194/74 com redação introduzida pelo artigo 31 da Lei 11.945/2009, correlacionando o percentual ao seu respectivo dano, em cada segmento corporal acometido.

Segmento Anatômico

Marque aqui o percentual

1ª Lesão

**Membro inferior - Lado Esquerdo**

( ) 10% Residual ( X ) 25% Leve ( ) 50% Média ( ) 75% Intensa

2ª Lesão

**Ombro - Lado Esquerdo**

( ) 10% Residual ( ) 25% Leve ( X ) 50% Média ( ) 75% Intensa

3ª Lesão

( ) 10% Residual ( ) 25% Leve ( ) 50% Média ( ) 75% Intensa

4ª Lesão

( ) 10% Residual ( ) 25% Leve ( ) 50% Média ( ) 75% Intensa

Observação: Havendo mais de quatro sequelas permanentes a serem quantificadas, especifique a respectiva graduação de acordo com os critérios ao lado apresentados:

**SEQUELA REFERIDA NO PÉ ESQUERDO**

Local e data da realização do exame médico:

Assinatura do médico - CRM

Fortaleza - CE, 14 de janeiro de 2016

  
Dr. Cláudio Cavalcante  
MÉDICO - CREMEC 9050





# PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Fortaleza

11ª Vara Cível

Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes, nº 220, Água Fria - CEP 60811-690, Fone: (85) 3492 8322, Fortaleza-CE - E-mail: for11cv@tjce.jus.br

## SENTENÇA

Processo nº: **0205873-30.2015.8.06.0001**  
 Classe: **Procedimento Ordinário**  
 Assunto: **Seguro**  
 Requerente: **Juliane Cavalcante Pimenta**  
 Requerido: **Marítima Seguros S/A**

Vistos etc...

É sabido que a transação constitui negócio jurídico bilateral avençado entre as partes do processo para prevenir ou por termo ao litígio, mediante concessões mútuas (artigo 840, Código Civil); logo, havendo lide faz-se imperiosa sua homologação pelo juiz do feito, ato jurisdicional dotado de dupla eficácia, posto que tem o condão de por fim a uma relação processual em andamento e outorgar o ato negocial das partes a qualidade de ato processual, com aptidão para gerar a *res iudicata* e o título executivo judicial.

Assim, em obediência ao disposto no artigo 269, III, do Código de Processo Civil, HOMOLOGO o acordo firmado pelas partes e, por consequência, torno extinto o processo por esta minha sentença e para que se produzam todos os efeitos jurídicos e legais correspondentes.

Custas nos termos convencionados.

Publique-se. Intimem-se.

Fortaleza/CE, 01 de fevereiro de 2016.

Josias Menescal Lima de Oliveira

Juiz de Direito

Assinado Por Certificação Digital<sup>1</sup>

<sup>1</sup> De acordo com o Art. 1º da lei **11.419/2006**: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

• ~ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - **assinatura eletrônica** as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) **assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica**; Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, **serão considerados originais para todos os efeitos legais**.

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site **http://esaj.tjce.jus.br**. Em seguida selecionar a opção **CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL** e depois **Conferência de Documento Digital do 1º grau**.

Abrir a tela, colocar o nº do processo e o código do documento.



# PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Fortaleza

11ª Vara Cível

Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes, nº 220, Água Fria - CEP 60811-690, Fone: (85) 3492 8322, Fortaleza-CE - E-mail: for11cv@tjce.jus.br

## CERTIDÃO

Processo nº: **0205873-30.2015.8.06.0001**  
 Apensos:  
 Classe – Assunto: **Procedimento Ordinário - Seguro**  
 Requerente: **Juliane Cavalcante Pimenta**  
 Requerido: **Marítima Seguros S/A**

**CERTIFICO**, face às prerrogativas por lei conferidas, que nesta data recebi os presentes autos com sentença prolatada. O referido é verdade. Dou fé.

**Fortaleza/CE, 02 de fevereiro de 2016.**

**SUYANNE PORTELA LANDIM**  
**Diretor de Secretaria**

Assinado por certificação digital<sup>1</sup>

<sup>1</sup> De acordo com o Art. 1º da lei **11.419/2006**: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

• ~ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - assinatura eletrônica as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica; Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site <http://esaj.tjce.jus.br>. Em seguida selecionar a opção **CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL** e depois **Conferência de Documento Digital do 1º grau**.

Abrir a tela, colocar o nº do processo e o código do documento.

## CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0018/2016, encaminhada para publicação.

Advogado	Forma
Francisco Aldairton Ribeiro Carvalho Junior (OAB 16045/CE)	D.J
Felipe Reinaldo Rabelo Leal (OAB 17528/CE)	D.J
Ismael Rabelo Leal (OAB 32742/CE)	D.J

Teor do ato: "Assim, em obediência ao disposto no artigo 269, III, do Código de Processo Civil, HOMOLOGO o acordo firmado pelas partes e, por consequência, torno extinto o processo por esta minha sentença e para que se produzam todos os efeitos jurídicos e legais correspondentes. Custas nos termos convencionados. Publique-se. Intimem-se."

Do que dou fé.  
Fortaleza, 3 de fevereiro de 2016.

Diretor(a) de Secretaria

## CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0018/2016, foi disponibilizado na página 156/157 do Diário da Justiça Eletrônico em 04/02/2016. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subsequente à data acima mencionada. O prazo terá início em 10/02/2016, conforme disposto no Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça.

Certifico, ainda, que para efeito de contagem do prazo foram consideradas as seguintes datas.  
08/02/2016 - Ponto Facultativo - Prorrogação  
09/02/2016 - Carnaval - Prorrogação

Advogado	Prazo em dias	Término do prazo
Francisco Aldairton Ribeiro Carvalho Junior (OAB 16045/CE)	15	24/02/2016
Felipe Reinaldo Rabelo Leal (OAB 17528/CE)	15	24/02/2016
Ismael Rabelo Leal (OAB 32742/CE)	15	24/02/2016

Teor do ato: "Assim, em obediência ao disposto no artigo 269, III, do Código de Processo Civil, HOMOLOGO o acordo firmado pelas partes e, por consequência, torno extinto o processo por esta minha sentença e para que se produzam todos os efeitos jurídicos e legais correspondentes. Custas nos termos convencionados. Publique-se. Intimem-se."

Do que dou fé.  
Fortaleza, 4 de fevereiro de 2016.

Diretor(a) de Secretaria



# PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Fortaleza

11ª Vara Cível

Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes, nº 220, Água Fria - CEP 60811-690, Fone: (85) 3492 8322, Fortaleza-CE - E-mail: for11cv@tjce.jus.br

## CERTIDÃO DE DECURSO DE PRAZO

Processo nº: **0205873-30.2015.8.06.0001**  
 Classe: **Procedimento Ordinário**  
 Assunto: **Seguro, Acidente de Trânsito e DIREITO CIVIL**  
 Requerente: **Juliane Cavalcante Pimenta**  
 Requerido: **Marítima Seguros S/A**

**CERTIFICO**, para os devidos fins, que decorreu o prazo legal e nada foi apresentado ou requerido pelas partes interessadas, apesar de intimadas à fl. 74.

O referido é verdade. Dou fé.

**Fortaleza/CE, 01 de março de 2016.**

**SUYANNE PORTELA LANDIM**

Diretor de Secretaria

Assinado por certificação digital<sup>1</sup>

<sup>1</sup> De acordo com o Art. 1º da lei **11.419/2006**: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

• ~ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - assinatura eletrônica as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica; Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site <http://esaj.tjce.jus.br>. Em seguida selecionar a opção **CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL** e depois **Conferência de Documento Digital do 1º grau**.

Abrir a tela, colocar o nº do processo e o código do documento.



# PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Fortaleza

11ª Vara Cível

Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes, nº 220, Água Fria - CEP 60811-690, Fone: (85) 3492 8322, Fortaleza-CE - E-mail: for11cv@tjce.jus.br

## CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO

Processo nº: **0205873-30.2015.8.06.0001**  
 Classe: **Procedimento Ordinário**  
 Assunto: **Seguro, Acidente de Trânsito e DIREITO CIVIL**  
 Requerente: **Juliane Cavalcante Pimenta**  
 Requerido: **Marítima Seguros S/A**

**CERTIFICO**, face às prerrogativas por lei conferidas, que a sentença de fl. 71 transitou em julgado.

O referido é verdade. Dou fé.

**Fortaleza/CE, 01 de março de 2016.**

**SUYANNE PORTELA LANDIM**

**Diretor de Secretaria**

Assinado por certificação digital<sup>1</sup>

<sup>1</sup> De acordo com o Art. 1º da lei **11.419/2006**: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

• ~ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - assinatura eletrônica as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica; Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site <http://esaj.tjce.jus.br>. Em seguida selecionar a opção **CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL** e depois **Conferência de Documento Digital do 1º grau**.

Abrir a tela, colocar o nº do processo e o código do documento.



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 11ª VARA CÍVEL  
DA COMARCA DE FORTALEZA/CE.**

**PROC. Nº. 0205873-30.2015.8.06.0001**

**JULIANE CAVALCANTE PIMENTA**, já devidamente qualificado nos autos em epígrafe, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA SEGURO DPVAT**, por seu advogado ao final assinado, que move em face de **MARÍTIMA SEGUROS S/A**, vem a presença de V. Exa. requerer a intimação da parte promovida para efetuar o pagamento no prazo de 15 (quinze) dias devidamente atualizado, ante o descumprimento do acordo pactuado, tendo em vista que o mesmo foi homologado no dia 01 de fevereiro de 2016 e já se passaram 20 dias úteis após a homologação do mesmo e até a presente data não houve o pagamento da dívida e por esta razão requer que seja cumprida a obrigação, sob pena de pagamento de multa de 10% sobre o valor do acordo, prevista no artigo 475-J do Código de Processo Civil.

Termos em que,

Pede deferimento,

Fortaleza/Ce, 31 de março de 2016.

**ISMAEL RABELO LEAL**  
**OAB/CE 32.742**



# ALDAIRTON CARVALHO

SOCIEDADE DE ADVOGADOS

**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 11ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE FORTALEZA – CE**

**Processo nº. 0205873-30.2015.8.06.0001**

**MARÍTIMA SEGUROS S/A**, neste ato representada pela **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.** nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA** em epígrafe, que lhe move **JULIANE CAVALCANTE PIMENTA**, por seu advogado, ao final assinado, expor e requerer o que segue:

As partes celebraram **COMPOSIÇÃO AMIGÁVEL**, a fim de encerrar o feito através do pagamento da quantia **R\$ 2.716,87 (dois mil, setecentos e dezesseis reais e oitenta e sete centavos)**, referentes ao valor principal da composição, já atualizado, acrescido de juros legais e verba honorária advocatícia, conforme termo protocolado neste MM. Juízo.

Posto isto, requer a empresa ré a juntada da Guia de Depósito Judicial, vide anexo, no valor acima mencionado, em cumprimento ao pactuado, requerendo a intimação da parte autora para tomar ciência da satisfação de seu crédito.


Importa destacar que o referido pagamento implica em plena, rasa, geral e irrevogável quitação para nada mais reclamar, judicial ou extrajudicialmente, sobre o sinistro que deu origem ao litígio, inclusive perdas e danos ou qualquer eventual complemento.

Reitera, outrossim, o pedido de que todas as intimações/publicações sejam realizadas em nome do advogado **ANTONIO DOS SANTOS MOTA, OAB/CE nº. 19. 283**, sob pena de nulidade (art. 236, §1º, CPC).

Nestes termos,

Pede e espera deferimento.


Fortaleza, 05 de fevereiro de 2016.

  
**ANTONIO DOS SANTOS MOTA.**  
**OAB/CE nº. 19. 283**

GPROC 2056496




## RECIBO DO SACADO

		104-0	10490.00076 40308.704549 16040.010718 8 00000000271687	
Cedente TJ CEARA FORTALEZA			CPF/CNPJ 09.444.530/0001-01	Agência / Código do Cedente 4030 / 403087000000007-4
Nº do documento 040403000421604121	Nosso Número 804541604001071-5	Vencimento	Valor do Documento 2.716,87	
Intruições (Texto de Responsabilidade do Cedente):  GUIA DE DEPÓSITO JUDICIAL VIA BOLETO DE COBRANÇA  PROCESSO: 02058733020158060001      N° GUIA: 2056496  CONTA: 4030 040 01643181-6      IDENTIFICADOR DO DEPÓSITO - ID: 040403000421604121  JURISDICIONADOS: JULIANE CAVALCANTE PIMENTA / YASUDA MARITIMA SEGUROS S/A				(-) Desconto  (-) Outras Deduções/Abatimentos  (+) Mora/Multa/Juros  (+) Outros Acréscimos  (=) Valor Cobrado
Sacado: YASUDA MARITIMA SEGUROS S/A				CPF/CNPJ: 61.383.493/0001-80 UF:      CEP:
Sacador/Avalista:				CPF/CNPJ:

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)

Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492

Ouvidoria: 0800 725 7474 (reclamações não solucionadas e denúncias)

		104-0		10490.00076 40308.704549 16040.010718 8 00000000271687	
Local de pagamento				Vencimento	
PREFERENCIALMENTE NA REDE LOTERICA OU NAS AGENCIAS DA CAIXA					
Cedente			CPF/CNPJ		Agência / Código do Cedente
TJ CEARA FORTALEZA			09.444.530/0001-01		4030 / 403087000000007-4
Data do documento	Nº do documento	Espécie de docto.	Aceite	Data do processamento	Nosso Número
12/04/2016	040403000421604121	DJ	S	12/04/2016	804541604001071-5
Uso do Banco	Carteira	Moeda	Quantidade	Valor	(=) Valor do Documento
	SR	R\$			2.716,87
Instruções (Texto de Responsabilidade do Cedente):  GUIA DE DEPÓSITO JUDICIAL VIA BOLETO DE COBRANÇA  PROCESSO: 02058733020158060001      N° GUIA: 2056496  CONTA: 4030 040 01643181-6      IDENTIFICADOR DO DEPÓSITO - ID: 040403000421604121  JURISDICIONADOS: JULIANE CAVALCANTE PIMENTA / YASUDA MARITIMA SEGUROS S/A				(-) Desconto	
				(-) Outras Deduções/Abatimentos	
				(+) Mora/Multa/Juros	
				(+) Outros Acréscimos	
				(=) Valor Cobrado	
Sacado: YASUDA MARITIMA SEGUROS S/A				CPF/CNPJ: 61.383.493/0001-80	
Sacador/Avalista:				UF: CEP:	
				CPF/CNPJ:	



Autenticação - Ficha de Compensação

Data de Emissão: 12/04/2016 - Hora: 10:48:52 #10  
fls. 80

## RECIBO DO SACADO

<b>CAIXA</b>		<b>104-0</b>	10490.00076 40308.704549 16040.010718 8 00000000271687	
Cedente		CPF/CNPJ		Agência / Código do Cedente
TJ CEARA		FORTALEZA		09.444.530/0001-01
N° do documento		Nosso Número	Vencimento	Valor do Documento
040403000421604121		804541604001071-5		2.716,87

Instruções (Texto de Responsabilidade do Cedente):

GUIA DE DEPÓSITO JUDICIAL VIA BOLETO DE COBRANÇA

PROCESSO: 02058733020158060001 N° GUIA: 2056496

CONTA: 4030 040 01643181-6 IDENTIFICADOR DO DEPÓSITO - ID: 040403000421604121

JURISDICIONADOS: JULIANE CAVALCANTE PIMENTA / YASUDA MARITIMA SEGUROS S/A

- (-) Desconto
- (-) Outras Deduções/Abatimentos
- (+) Mora/Multa/Juros
- (+) Outros Acréscimos
- (=) Valor Cobrado

Sacado: YASUDA MARITIMA SEGUROS S/A

CPF/CNPJ: 61.383.493/0001-80

Sacador/Avalista:

UF: CEP:

CPF/CNPJ:

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)

Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492

Ouvidoria: 0800 725 7474 (reclamações não solucionadas e denúncias)

CEF40302704161250040000570 2.716,87RC1002



**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DA 11ª  
VARA CÍVEL DA COMARCA DE FORTALEZA/CE.**

**LEVANTAMENTO DE VALORES**

**PROC. Nº. 0205873-30.2015.8.06.0001**

**JULIANE CAVALCANTE PIMENTA**, já devidamente qualificado nos autos em epígrafe, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA SEGURO DPVAT**, por seu advogado ao final assinado, que move em face de **MARÍTIMA SEGUROS S/A**, vem à presença de V. Exa. requerer seja expedido o competente Alvará Judicial, autorizando o advogado **ISMAEL RABELO LEAL, OAB/CE 32.742**, o qual possui poderes especiais em procuração para receber e dar quitação, a proceder o levantamento do valor de **R\$ 2.716,87 (dois mil setecentos e dezesseis reais e oitenta e sete centavos)** com todos os acréscimos legais. Requer, nesta oportunidade, seja realizada a dedução dos honorários sucumbenciais e custas devidas, conforme definido em acordo celebrado entre as partes, na forma e para os devidos fins de direito.

Termos em que,

Pede deferimento,

Fortaleza/Ce, 17 de junho de 2016.

**ISMAEL RABELO LEAL**  
**OAB/CE 32.742**



# PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Fortaleza

11ª Vara Cível

Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes, nº 220, Água Fria - CEP 60811-690, Fone: (85) 3492 8322, Fortaleza-CE - E-mail: for11cv@tjce.jus.br

## DESPACHO

Processo nº: **0205873-30.2015.8.06.0001**  
 Classe: **Procedimento Ordinário**  
 Assunto: **Seguro**  
 Requerente: **Juliane Cavalcante Pimenta**  
 Requerido: **Marítima Seguros S/A**

Visto em **INSPEÇÃO JUDICIAL ANUAL (INTERNA),**  
**(PROVIMENTO Nº. 12/2015 – CGJ/CE; RECOMENDAÇÃO CNJ Nº. 12/2013)**

CLS.

Considerando que o patrono da autora detém poderes especiais para receber, efetuar levantamento e dar quitação, conforme Procuração *ad judicia* de fl.06, determino a expedição de alvará para levantamento dos valores depositados, nos termos dispostos no acordo de fls.67/68, podendo o procurador judicial receber os valores que cabem a autora, como procurador desta.

A decisão que pôs fim à presente demanda ocorreu através de homologação do acordo celebrado entre as partes em que a promovida se responsabiliza pelo recolhimento das custas processuais no parágrafo que contém a seguinte redação "*Outrossim, cabe esclarecer que eventuais custas processuais serão de responsabilidade da parte Ré*".

As regras do artigo 90, § 2º, do CPC/2015 estabelecem sua aplicação nos casos em que as partes **não** dispõem formalmente sobre as despesas processuais, senão vejamos:

*Art. 90. Proferida sentença com fundamento em desistência, em renúncia ou em reconhecimento do pedido, as despesas e os honorários serão pagos pela parte que desistiu, renunciou ou reconheceu.*

*§ 2º Havendo transação e nada tendo as partes disposto quanto às despesas, estas serão divididas igualmente.*

A alguns, resta dúvida acerca do valor devido a recolher, questionando ser o valor atribuído à causa um ato unilateral, esquecendo que a lei propicia condições iguais a ambas as partes, cabendo aos defensores a boa utilização das regras, dentro dos prazos condizentes. Nosso Código de Ritos prevê a possibilidade do réu impugnar o valor atribuído à causa, sofrendo esse instituto simplificação na nova lei processual, passando a ser feito na própria contestação, em sede de preliminar, não deixando de ser entretanto, um ato preclusivo.





# PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Fortaleza

11ª Vara Cível

Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes, nº 220, Água Fria - CEP 60811-690, Fone: (85) 3492 8322, Fortaleza-CE - E-mail: for11cv@tjce.jus.br

No caso em apreço, a parte não questionou em tempo hábil o valor atribuído à causa, não podendo nesse momento processual pretender alterá-lo.

**Art. 292.** *O valor da causa constará da petição inicial ou da reconvenção e será:*

*I – na ação de cobrança de dívida, a soma monetariamente corrigida do principal, dos juros de mora vencidos e de outras penalidades, se houver, até a data de propositura da ação;*

*§ 3º - O juiz corrigirá, de ofício e por arbitramento, o valor da causa quando verificar que não corresponde ao conteúdo patrimonial em discussão ou ao proveito econômico perseguido pelo autor, caso em que se procederá ao recolhimento das custas correspondentes.*

**Art. 293 -** *O réu poderá impugnar, em preliminar da contestação, o valor atribuído à causa pelo autor, sob pena de preclusão, e o juiz decidirá a respeito, impondo, se for o caso, a complementação das custas.*

Sobre a matéria em comento, vejamos algumas decisões dos nossos tribunais:

LOCAÇÃO DE IMÓVEL. AÇÃO DE DESPEJO POR FALTA DE PAGAMENTO C.C. COBRANÇA. IMPUGNAÇÃO AO VALOR DA CAUSA. PRECLUSÃO. INÉPCIA DA PETIÇÃO INICIAL E NULIDADE DA SENTENÇA. INOCORRÊNCIA. ADITAMENTO DA PETIÇÃO INICIAL NÃO RECEBIDO PELO JUÍZO A QUO. IMPOSSIBILIDADE DE ADITAMENTO DO PEDIDO INICIAL APÓS A CITAÇÃO, SEM O CONSENTIMENTO DA RÉ (ART. 264 DO CPC). DESPESAS CONDOMINIAIS EXTRAORDINÁRIAS E FUNDO DE RESERVA. RESPONSABILIDADE DO LOCADOR. ART. 22, INC. X, PARÁGRAFO ÚNICO, G, DA LEI N.º 8.245/91. O prazo de impugnação do valor da causa é preclusivo e, se não for exercida essa faculdade processual, no prazo da contestação, ocorrerá a sua aceitação. Não sendo o aditamento à petição inicial recebido, os pedidos que os autores pretendiam acrescentar não eram mesmo de ser conhecidos, pelo que a ausência de menção a eles na sentença não caracteriza o julgamento 'infra petita'. O pedido de inclusão de novas despesas condominiais vencidas e não pagas, formulado na réplica não era de ser conhecido (art. 264 do CPC). Ausente o consentimento da ré acerca da pretensão dos autores de modificação do pedido inicial, o aditamento não poderia ser admitido. A responsabilidade pelo pagamento de despesas extraordinárias de condomínio e rateio de fundo de reserva é do locador. Recurso da ré parcialmente provido. Recurso adesivo dos autores desprovido.

(TJ-SP - APL: 01144223320108260100 SP 0114422-33.2010.8.26.0100, Relator: Gilberto Leme, Data de Julgamento: 23/03/2015, 35ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 27/03/2015)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO LEGAL. APLICAÇÃO DO ART. 557, CAPUT, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. HOMOLOGAÇÃO DE RENÚNCIA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. VALOR IRRISÓRIO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DO VALOR DA CAUSA. PRECLUSÃO. DECISÃO MANTIDA. I - Consoante o § 1º-A, do art. 557, do Código de Processo Civil, o Relator está autorizado, por meio de decisão monocrática, na hipótese de manifesta inadmissibilidade, improcedência ou confronto com a jurisprudência dominante da respectiva Corte ou de Tribunal Superior a negar seguimento ou dar provimento ao recurso. Precedentes do Superior Tribunal de Justiça. II - A oportunidade para se impugnar o valor da causa foi atingida pela preclusão temporal (art. 261 do Código de Processo Civil), restando incabível a revisão de condenação fixada



# PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Fortaleza

11ª Vara Cível

Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes, nº 220, Água Fria - CEP 60811-690, Fone: (85) 3492 8322, Fortaleza-CE - E-mail: for11cv@tjce.jus.br

proporcionalmente. III - Precedentes desta Corte e do Egrégio Superior Tribunal de Justiça. IV - Agravo legal improvido.

(TRF-3 - AC: 13398 SP 2005.61.02.013398-3, Relator: DESEMBARGADA FEDERAL REGINA COSTA, Data de Julgamento: 03/03/2011, SEXTA TURMA,)

Diante de todo o exposto, intime-se a parte requerida para efetuar o pagamento das custas processuais, de conformidade com a decisão de fl.71, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de inscrição na dívida ativa, nos termos do artigo 14, da Lei nº 15.834, de 27 de Julho de 2015.

Exps. Necs.

Fortaleza, 27 de junho de 2016.

**WASHINGTON OLIVEIRA DIAS**

**Juiz de Direito**

Assinado Por Certificação Digital<sup>1</sup>

<sup>1</sup> De acordo com o Art. 1º da lei **11.419/2006**: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

• ~ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - assinatura eletrônica as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica;

Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site <http://esaj.tjce.jus.br>. Em seguida selecionar a opção **CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL** e depois **Conferência de Documento Digital do 1º grau**.

Abrir a tela, colocar o nº do processo e o código do documento.





# PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Fortaleza

11ª Vara Cível

Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes, nº 220, Água Fria - CEP 60811-690, Fone: (85) 3492 8322, Fortaleza-CE - E-mail: for11cv@tjce.jus.br

## CERTIDÃO

Processo nº: **0205873-30.2015.8.06.0001**  
 Apensos:  
 Classe – Assunto: **Procedimento Ordinário - Seguro**  
 Requerente: **Juliane Cavalcante Pimenta**  
 Requerido: **Marítima Seguros S/A**

**CERTIFICO**, face às prerrogativas por lei conferidas, que nesta data recebi os presentes autos com despacho prolatado. O referido é verdade. Dou fé.

**Fortaleza/CE, 28 de junho de 2016.**

**SUYANNE PORTELA LANDIM**  
**Diretor de Secretaria**

Assinado por certificação digital<sup>1</sup>

<sup>1</sup> De acordo com o Art. 1º da lei **11.419/2006**: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

• ~ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - assinatura eletrônica as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica; Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site <http://esaj.tjce.jus.br>. Em seguida selecionar a opção **CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL** e depois **Conferência de Documento Digital do 1º grau**.

Abrir a tela, colocar o nº do processo e o código do documento.



# PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Fortaleza

11ª Vara Cível

Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes, nº 220, Água Fria - CEP 60811-690, Fone: (85) 3492 8322, Fortaleza-CE - E-mail: for11cv@tjce.jus.br

## ALVARÁ

Processo nº: **0205873-30.2015.8.06.0001**  
 Classe: **Procedimento Ordinário**  
 Assunto: **Seguro, Acidente de Trânsito e DIREITO CIVIL**  
 Requerente: **Juliane Cavalcante Pimenta**  
 Requerido: **Marítima Seguros S/A**

O(A) Dr(a). **WASHINGTON OLIVEIRA DIAS**, Juiz de Direito da 11ª Vara Cível da Comarca de Fortaleza, Estado do Ceará, por nomeação legal, e no uso de suas atribuições regulares etc.

Atendendo a requerimento formulado nos autos da ação acima citada, e pelo presente ALVARÁ, **DETERMINA o PAGAMENTO** do valor de R\$ 2.362,50 (dois mil, trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), mais os juros correspondentes, depositado na conta judicial nº 4030 040 01643181-6, da Caixa Econômica Federal, a Sra. **Juliane Cavalcante Pimenta, na pessoa de seu representante judicial, Dr. Ismael Rabelo Leal, OAB/CE 32.742**, consoante cópias em anexo.

**Obs.: Os valores depositados na conta/agência/banco acima mencionados deverão ser liberados/pagos/transferidos pela instituição bancária que os detiver no momento da apresentação do presente Alvará, quais sejam Banco do Nordeste do Brasil - BNB, Banco do Brasil - BB ou Caixa Econômica Federal – CEF. "CUMPRA-SE"**

Fortaleza, 04 de julho de 2016.

**WASHINGTON OLIVEIRA DIAS**

**Juiz de Direito**

Assinado por certificação digital<sup>1</sup>

<sup>1</sup> De acordo com o Art. 1º da lei **11.419/2006**: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

§ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - **assinatura eletrônica** as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) **assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica;**

Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site <http://esaj.tjce.jus.br>. Em seguida selecionar a opção **CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL** e depois **Conferência de Documento Digital do 1º grau**.

Abrir a tela, colocar o nº do processo e o código do documento.



# PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Fortaleza

11ª Vara Cível

Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes, nº 220, Água Fria - CEP 60811-690, Fone: (85) 3492 8322, Fortaleza-CE - E-mail: for11cv@tjce.jus.br

## ALVARÁ

Processo nº: **0205873-30.2015.8.06.0001**  
 Classe: **Procedimento Ordinário**  
 Assunto: **Seguro, Acidente de Trânsito e DIREITO CIVIL**  
 Requerente: **Juliane Cavalcante Pimenta**  
 Requerido: **Marítima Seguros S/A**

O(A) Dr(a). **WASHINGTON OLIVEIRA DIAS**, Juiz de Direito da 11ª Vara Cível da Comarca de Fortaleza, Estado do Ceará, por nomeação legal, e no uso de suas atribuições regulares etc.

Atendendo a requerimento formulado nos autos da ação acima citada, e pelo presente ALVARÁ, **DETERMINA o PAGAMENTO** do valor de R\$ 354,37 (trezentos e cinquenta e quatro reais e trinta e sete centavos), mais os juros correspondentes, depositado na conta judicial nº 4030 040 01643181-6, da Caixa Econômica Federal, ao Sr. **Ismael Rabelo Leal, OAB/CE 32.742**, consoante cópias em anexo.

**Obs.: Os valores depositados na conta/agência/banco acima mencionados deverão ser liberados/pagos/transferidos pela instituição bancária que os detiver no momento da apresentação do presente Alvará, quais sejam Banco do Nordeste do Brasil - BNB, Banco do Brasil - BB ou Caixa Econômica Federal – CEF. "CUMPRA-SE"**

Fortaleza, 04 de julho de 2016.

**WASHINGTON OLIVEIRA DIAS**

**Juiz de Direito**

Assinado por certificação digital<sup>1</sup>

<sup>1</sup> De acordo com o Art. 1º da lei **11.419/2006**: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

§ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - **assinatura eletrônica** as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) **assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica;**

Art. 11. Os **documentos produzidos eletronicamente** e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, **serão considerados originais para todos os efeitos legais.**

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site **http://esaj.tjce.jus.br**. Em seguida selecionar a opção **CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL** e depois **Conferência de Documento Digital do 1º grau.**

Abrir a tela, colocar o **nº do processo** e o **código do documento**.

## CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0136/2016, encaminhada para publicação.

Advogado	Forma
Antonio dos Santos Mota (OAB 19283/CE)	D.J
Francisco Aldairton Ribeiro Carvalho Junior (OAB 16045/PE)	D.J
Ismael Rabelo Leal (OAB 32742/CE)	D.J

Teor do ato: "Considerando que o patrono da autora detém poderes especiais para receber, efetuar levantamento e dar quitação, conforme Procuração ad judicia de fl.06, determino a expedição de alvará para levantamento dos valores depositados, nos termos dispostos no acordo de fls.67/68, podendo o procurador judicial receber os valores que cabem a autora, como procurador desta. (...) Diante de todo o exposto, intime-se a parte requerida para efetuar o pagamento das custas processuais, de conformidade com a decisão de fl.71, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de inscrição na dívida ativa, nos termos do artigo 14, da Lei nº 15.834, de 27 de Julho de 2015."

Do que dou fé.  
Fortaleza, 8 de julho de 2016.

Diretor(a) de Secretaria

## CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0136/2016, foi disponibilizado na página 222 do Diário da Justiça Eletrônico em 11/07/2016. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subsequente à data acima mencionada. O prazo terá início em 13/07/2016, conforme disposto no Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça.

Advogado	Prazo em dias	Término do prazo
Antonio dos Santos Mota (OAB 19283/CE)	15	02/08/2016
Francisco Aldairton Ribeiro Carvalho Junior (OAB 16045/PE)	15	02/08/2016
Ismael Rabelo Leal (OAB 32742/CE)		

Teor do ato: "Considerando que o patrono da autora detém poderes especiais para receber, efetuar levantamento e dar quitação, conforme Procuração ad judícia de fl.06, determino a expedição de alvará para levantamento dos valores depositados, nos termos dispostos no acordo de fls.67/68, podendo o procurador judicial receber os valores que cabem a autora, como procurador desta. (...) Diante de todo o exposto, intime-se a parte requerida para efetuar o pagamento das custas processuais, de conformidade com a decisão de fl.71, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de inscrição na dívida ativa, nos termos do artigo 14, da Lei nº 15.834, de 27 de Julho de 2015."

Do que dou fé.  
Fortaleza, 11 de julho de 2016.

Diretor(a) de Secretaria

# ALDAIRTON CARVALHO

SOCIEDADE DE ADVOGADOS

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DE DIREITO DA 11ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE FORTALEZA DO ESTADO DO CEARÁ.**

**Processo n 02058733020158060001**

**SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT**

**S/A**, nos autos da ação em epígrafe, vem, por seus advogados, informar que procedeu ao recolhimento das custas finais do processo (v. comprovante anexo), requerendo, assim, a baixa e arquivamento dos autos judiciais, por ser medida de direito.

Termos em que,  
espera deferimento.

Fortaleza, 26 de julho de 2016

**FRANCISCO ALDAIRTON RIBEIRO CARVALHO JUNIOR**  
**OAB/CE nº. 16.045**

JOC 2056496



**LIDER**

### PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração, **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 5º andar – Centro – RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado na forma de seu Estatuto Social por seu Diretor Jurídico, **MARCELO DAVOLI LOPES**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o número 143.370, inscrito no CPF/MF sob o número 132.870.808-06, e por seu Diretor de Operações, **CLAUDIO MENDES LADEIRA**, brasileiro, solteiro, secretário, portador da cédula de identidade RG nº 06.766.244-5 IFP, inscrito no CPF 912.422.907-53, nomeia e constitui seus bastantes procuradores, D<sup>rs</sup>. **FRANCISCO ALDAIRTON RIBEIRO CARVALHO JÚNIOR**, brasileiro, divorciado, inscrito na OAB/RJ nº 158.222, na OAB/CE nº 16045, na OAB/MA nº 9515-A e na OAB/PE nº 1170-A; **LIANA CLODES BASTOS FURTADO**, brasileira, divorciada, inscrita na OAB/CE nº 16897 e na OAB/PE nº 1171-A; **MIRELLA FIGUEIROA RODRIGUES DOS SANTOS**, brasileira, casada, inscrita na OAB/PE nº 29.559; **ARNÓ DE SOUZA BASTOS JUNIOR**, brasileiro, casado, inscrito na OAB/RJ nº 113.872; **RODRIGO REBOUÇAS MARCONDES**, brasileiro, casado, inscrito na OAB/RJ nº 120.810; **ANTONIO DOS SANTOS MOTA**, brasileiro, casado, inscrito na OAB/CE nº 19283; **ROBERIO CASSIUS SAMPAIO ARAGÃO**, brasileiro, casado, inscrito na OAB/CE nº 16468; **KELVYA CHAVES CAVALCANTE**, brasileira, divorciada, inscrita na OAB/CE nº 21308; **RAQUEL QUEIROZ LIMA**, brasileira, casada, inscrita na OAB/CE nº 17926; **RENATA LOIS MAYWORM AFONSO**, brasileira, casada, inscrita na OAB/RJ nº 120.742; **MARCELLE SOARES FARIA ROSA**, brasileira, casada, inscrita na OAB/RJ nº 111.323; **SIDNEI DE OLIVEIRA PAULO**, brasileiro, solteiro, inscrito na OAB/RJ nº 171.129; **ETIENNE DE OLIVEIRA BARROS**, brasileira, solteira, inscrita na OAB/RJ nº 125.839; **GENILSON MARTINS FRAZÃO**, brasileiro, solteiro, inscrito na OAB/MA nº 15.516, **TODOS INTEGRANTES DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS DENOMINADA ALDAIRTON CARVALHO SOCIEDADE DE ADVOGADOS S/S**, inscrita na OAB/RJ sob o nº 028.536/2009, com escritório situado na Avenida Rio Branco, nº 245, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.040-009. TEL.: (21)

Procuração assinada eletronicamente por SEGURADORA LIDER DPVAT, em 26/07/2016 às 11:27, sob o número WEB116103392764. Para conferir o original, acesse o site <http://esaj.tjce.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 0205873-30.2015.8.06.0001 e código 238F7DE





R. Senador Dantas 74, 5º andar  
Centro - Rio de Janeiro CEP 20031-205  
Tel 21 3861-4600  
www.seguradoralider.com.br



Seguradora Líder - DPVAT

### PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração, SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 5º andar – Centro – RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado na forma de seu Estatuto Social por seu Diretor Jurídico, MARCELO DAVOLI LOPES, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o número 143.370, inscrito no CPF/MF sob o número 132.870.808-06, é por seu Diretor de Relações Institucionais, JOSÉ MÁRCIO BARBOSA NORTON, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade RG nº 836.366 expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 174.562.157-15, nomeia e constituem seus bastantes procuradores, Drs. VALDIR DIAS DE SOUSA JÚNIOR, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio de Janeiro, sob o número 122.882, inscrito no CPF/MF sob o número 012.310.027-51; MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS, brasileira, solteira, advogada, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio de Janeiro, sob o número 135.132, inscrita no CPF/MF sob o número 082.587.197-26; THEREZINHA COIMBRA FRANÇA, brasileira, divorciada, advogada, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio de Janeiro, sob o número 62420, inscrita no CPF/MF sob o número 542.587.407/30. TODOS INTEGRANTES DA SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 14º andar – Centro – RJ, CEP 20031-205, aos quais, independentemente de ordem ou nomeação, confere plenos poderes para o foro em geral, com a cláusula Ad Judicia, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações e recursos competentes e defender a Outorgante nos contrários, usando de todos os recursos legais; podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, conciliar nos termos dos artigos 447 e seguintes do Código de Processo Civil, nomear prepostos para representá-la judicialmente, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive constituir, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, ficando, desde já, autorizados a receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em instituições financeiras, ser realizado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a

Procuração emitida e assinada eletronicamente, a Seguradora Líder - DPVAT, para fins de validade jurídica e preservação do futuro



Seguradora Líder · DPVAT

OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 2.797, de 04/12/2007.

Rio de Janeiro, 06 de junho de 2014.

MARCELO DAVOLI LOPES

JOSÉ MÁRCIO BARBOSA NORTON

7ºº OFICÍO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto Figueira Oliveira  
Rua do Comércio 27 Centro - Rio de Janeiro - RJ. Tel: 2157-9660  
Registro de Imóveis - Matrícula nº 100005047195  
MATRÍCULA DE IMÓVEL Nº 100005047195  
Rio de Janeiro, 10 de maio de 2014. Conf. por  
a testemunha: \_\_\_\_\_ da veracidade. \_\_\_\_\_  
Sócio do Ofício Tabelião de Notas \_\_\_\_\_  
E-mail: carlos@tbl.br; SAGS-22@tbl.br  
Consulte em: <http://tbl.br> ou <http://tbl.br/assessoria>

ARTORIO DO  
Bruno Rodrigo  
Batem Gaspar  
Escritorio  
CALLE 14 N. 1411  
A. 2015-10-15

[illegible]

[illegible]

YOLANDA PARTICIPAÇÕES S.A.  
CNPJ Nº 00.572.960/0001-26 NIRE 33.200.181/201

[illegible]

SECURATONNA LIDER INTO CONSCIOUSNESS  
TO SECURE IMPARTIAL

[illegible]

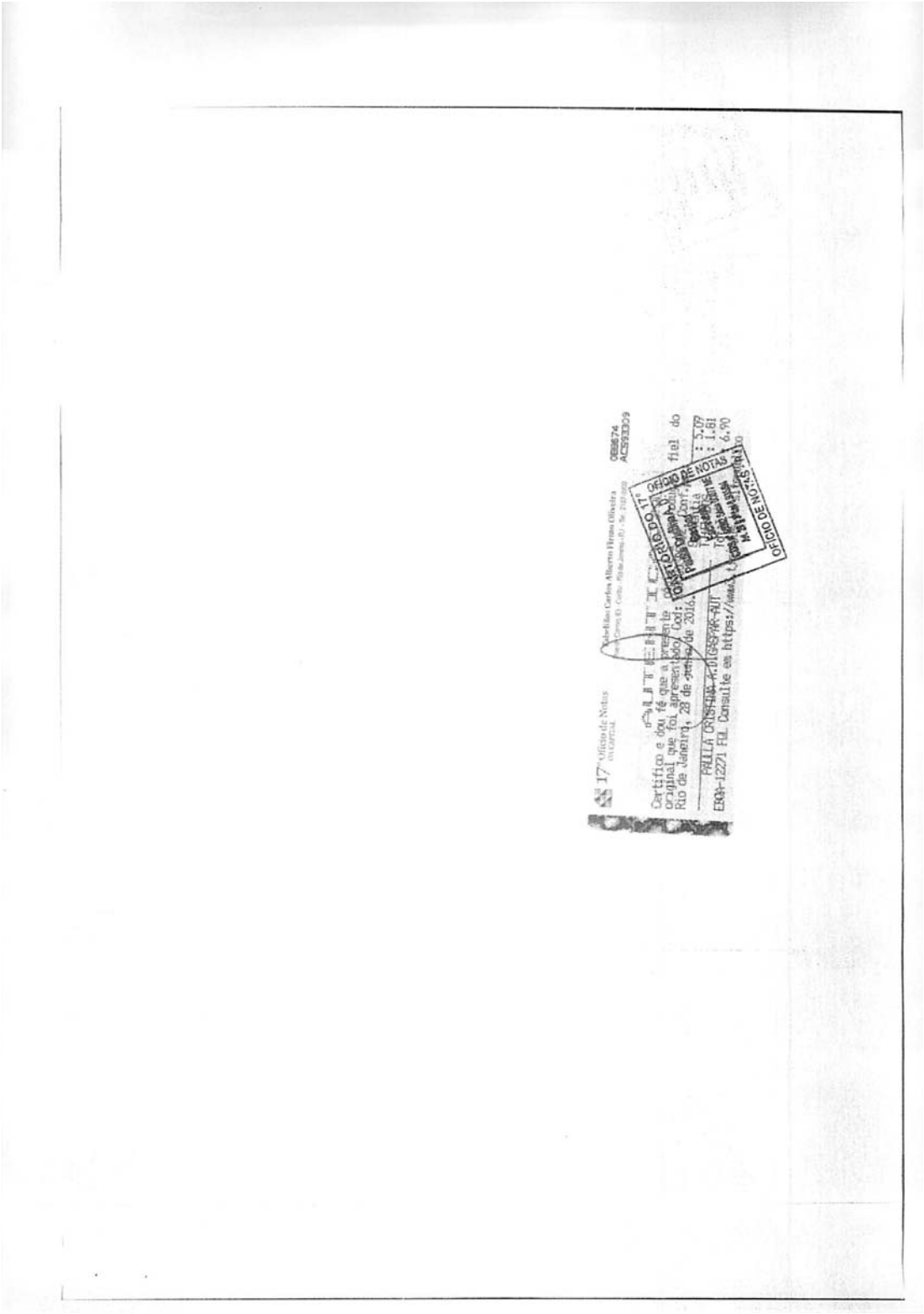
## DIÁRIO OFICIAL PARTE V - PUBLICAÇÕES A PEDIDO

[illegible]

[illegible]

[illegible]

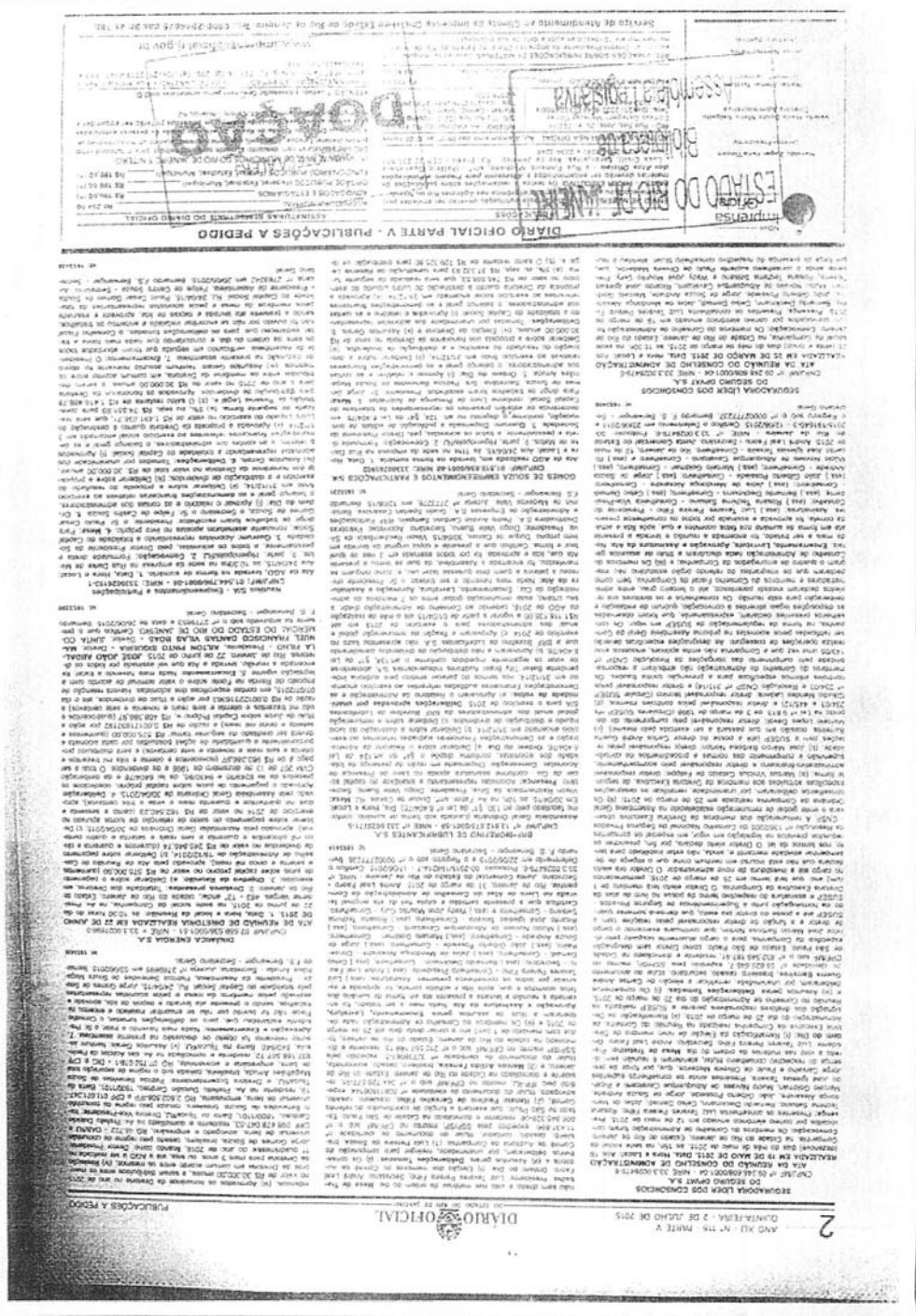
•

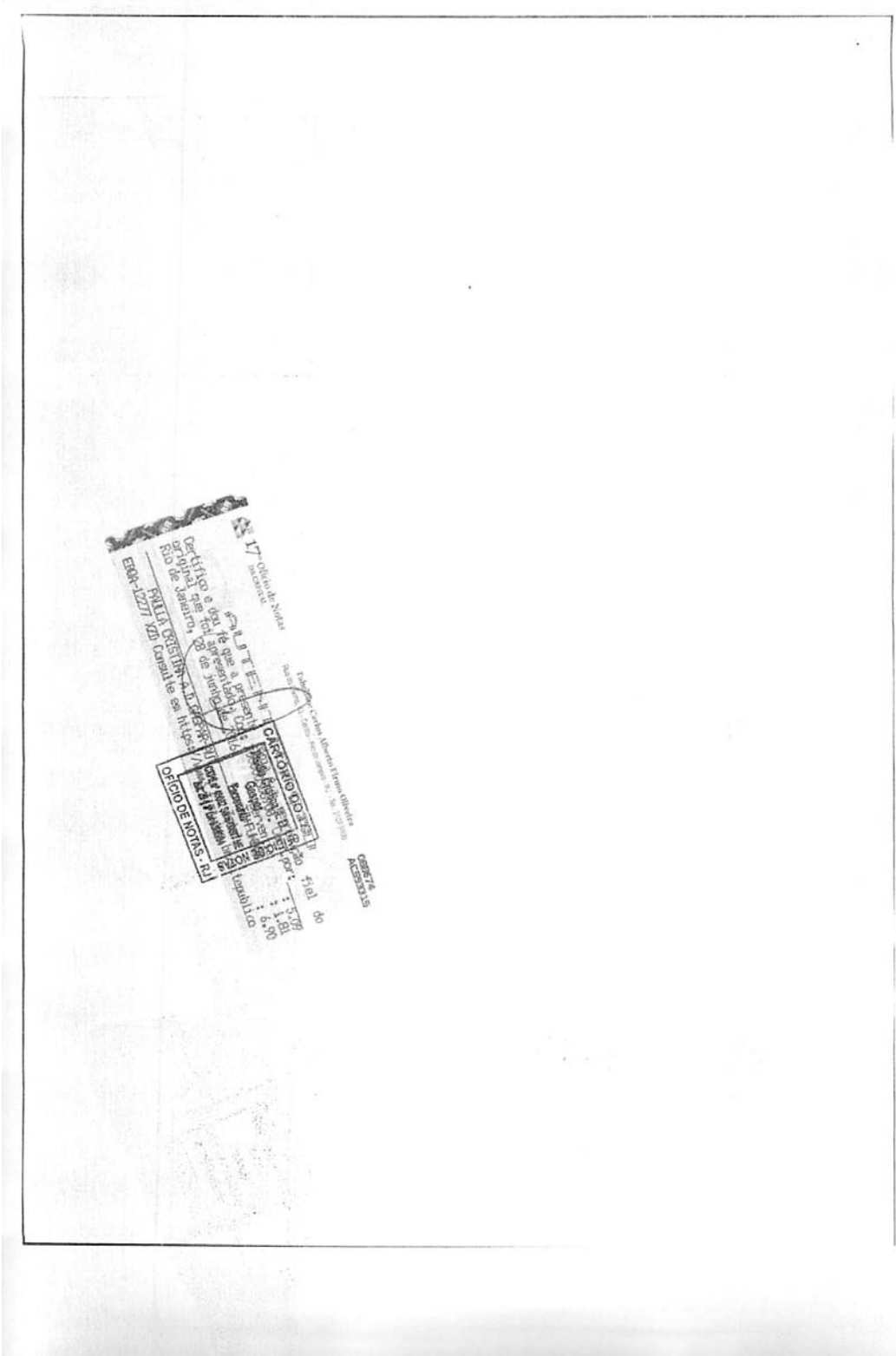












[illegible]









**SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS  
DO SEGURO DPVAT S.A.**  
NIRE nº. 33.3.0028479-6  
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
REALIZADA EM 22 DE SETEMBRO DE 2015**

**DATA, HORA E LOCAL:** Aos 22 (vinte e dois) dias do mês de setembro de 2015, às 16:00 horas, na sede social da Companhia, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado Rio de Janeiro.

**CONVOCAÇÃO:** Os membros do Conselho de Administração foram convocados por correio eletrônico enviado em 14 de setembro de 2015.

**PRESENÇA:** Presentes os conselheiros Luiz Tavares Pereira Filho, Rosana Techima Salsano, Bernardo Dieckmann, Celso Damadi, Francisco Alves de Souza, Hélio Hiroshi Kinoshita, Jabis de Mendonça Alexandre, João Gilberto Possiede, Jorge de Souza Andrade, Múcio Novais de Albuquerque Cavalcanti, Ricardo José Iglesias Teixeira, Roberto Barrosó e Valéria Camacho Martins Schmitke. Presentes ainda os conselheiros Antonio Carlos de Oliveira Carneiro, Ivan Luiz Gontijo Júnior, Jorge Carvalho e Paulo de Oliveira Medeiros; que, por força da presença dos respectivos conselheiros titulares, atenderam à reunião sem direito a voto nas matérias constantes da ordem do dia. Presentes, na condição de convidados, Ricardo de Sá Acatuassú Xavier, Marcelo Davoli Lopes, Carlos André Guerra Barreiros, Claudio Mendes Ladeira e Marcus Vinícius Cataldo de Felipe, respectivamente Diretor Presidente, Diretor Jurídico, Diretor de Relações Institucionais, Diretor de Operações e Diretor de Infraestrutura da Companhia.

**MESA DE TRABALHO:** Presidente: Luiz Tavares Pereira Filho; Secretário: André Leal Paoró.

**ORDEM DO DIA:** (i) Eleição dos membros da Diretoria Executiva; (ii) Retratificação das designações específicas dos membros da Diretoria Executiva; e (iii) Assuntos Gerais.

**DELIBERAÇÕES TOMADAS:** Os membros do Conselho deliberaram, por unanimidade: (i) Reeleger **RICARDO DE SÁ ACATAUASSÚ XAVIER**, brasileiro, casado, engenheiro, titular do documento de identidade no. 03.891.764-7, expedido pelo DETRAN/RJ, inscrito no CPF/MF sob o no. 728.150.517-53, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro como Diretor-Presidente da Companhia; **CARLOS ANDRÉ GUERRA BARREIROS**, brasileiro, casado, secretário, titular do documento de identidade nº 55.625.648-7, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 832.349.187-91, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, como Diretor sem designação específica da Companhia, como Diretor sem designação específica; **MARCELO DAVOLI LOPES**, brasileiro, casado, advogado, titular do documento de identidade no. 019842307-X, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o no. 132.870.808-06, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica; **CLAUDIO MENDES LADEIRA**, brasileiro, solteiro, secretário, titular do documento de identidade nº 06766244-5, expedido pelo IPR/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 912.422.907-53, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica e **MARCUS VINÍCIUS CATALDO DE FELIPPE**, brasileiro, casado, engenheiro civil, titular do documento de identidade no. M-1.777.953, expedido pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o no. 521.462.436-00, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica. A posse dos diretores ora eleitos dar-se-á mediante assinatura do respectivo termo no livro de atas da Diretoria Executiva da Companhia. Os diretores eleitos terão mandato de 11 de outubro de 2015 até o dia 11 de outubro de 2016, permanecendo no cargo até a investidura dos seus sucessores. Os

Certidão da ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. realizada em 22 de setembro de 2015 às 16:00 horas

Página 1 de 3



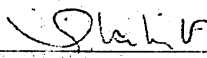
Diretores ora eleitos declaram que não estão incurso em nenhum crime que o impeçam de desempenhar atividade mercantil e, ainda, não estarem inabilitados para tanto, nos termos da lei. Os Diretores eleitos declaram, por fim, que preenchem os requisitos previstos na legislação em vigor, em especial os constantes da Resolução no. 136/2005 do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. A remuneração dos membros da Diretoria Executiva observará o limite global de remuneração estabelecido na Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 25 de março de 2015; (ii) Retratificar as designações específicas atribuídas aos membros da Diretoria Executiva, da seguinte forma: (a) Marcus Vinícius Cataldo de Felipe: diretor responsável administrativo-financeiro e diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade; (b) Carlos André Guerra Barreiros: diretor responsável pelas relações com a SUSEP; (c) Marcelo Davoli Lopes: diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 (Circulares SUSEP nº 234/03 e 445/12), e diretor responsável pelos controles internos; (d) Cláudio Mendes Ladeira: diretor responsável técnico (Circular SUSEP nº 234/03 e Resolução CNSP nº 311/14) e diretor responsável pelos controles internos específicos para a prevenção contra fraudes. Os membros do Conselho de Administração não atribuíram a responsabilidade pelo cumprimento das obrigações da Resolução CNSP nº 143/05 uma vez que a Companhia não emite apólices, endossos e/ou realiza operações de cosseguro. As designações específicas deverão ser ratificadas pelos acionistas na próxima Assembleia Geral da Companhia, na forma da regulamentação da SUSEP em vigor. Os conselheiros presentes declaram, expressamente, que foram observadas as disposições legais atinentes à convocação, quórum de instalação e deliberação para esta reunião. Os conselheiros e os diretores ora eleitos declaram inexistir parentesco, até o terceiro grau, entre administradores e membros do Conselho Fiscal da Companhia, bem como declaram que os integrantes do referido órgão estatutário não integram o quadro de empregados da Companhia; e (iii) Os membros do Conselho de Administração nada discutiram a título de assuntos gerais.

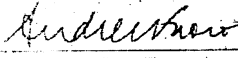
**VALIDADE DAS DELIBERAÇÕES:** Os membros do Conselho de Administração da Companhia e os membros da Diretoria Executiva ora eleitos declaram estar cientes de que as deliberações havidas nesta reunião estão condicionadas à homologação pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

**ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA:** Nada mais a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos e que, após lida e achada correta, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes.

Rio de Janeiro, 22 de setembro de 2015

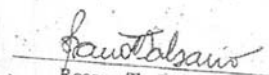
MESA DE TRABALHO:

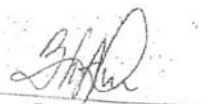
  
Luiz Tavares Pereira Filho  
Presidente

  
André Leal Faoro  
Secretário

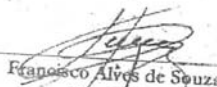
Certidão da ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. realizada em 22 de setembro de 2015 às 16:00 horas  
Página 2 de 3

[illegible]

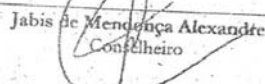
  
Rosana Techima Salsano  
Conselheira Vice-Presidente


  
Bernardo Dieckmann  
Conselheiro

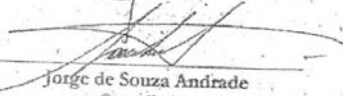
  
Celso Damadi  
Conselheiro

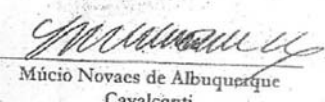
  
Francisco Alves de Souza  
Conselheiro

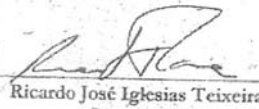
  
Hélio Hiroshi Kinoshita  
Conselheiro

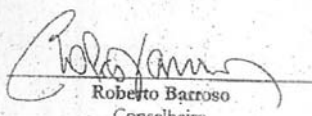
  
Jabis de Mendonça Alexandre  
Conselheiro

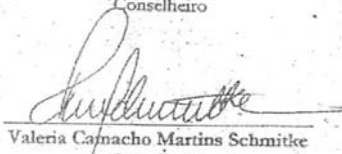
  
João Gilberto Possiede  
Conselheiro

  
Jorge de Souza Andrade  
Conselheiro

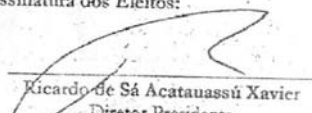
  
Múcio Novaes de Albuquerque  
Cavalcanti  
Conselheiro

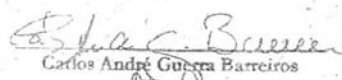
  
Ricardo José Iglesias Teixeira  
Conselheiro

  
Roberto Barroso  
Conselheiro

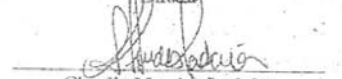
  
Valeria Camacho Martins Schmitke  
Conselheira

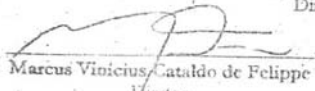
Assinatura dos Eleitos:

  
Ricardo de Sá Acatauassú Xavier  
Diretor Presidente

  
Carlos André Guerra Barreiros  
Diretor

  
Marcelo Davoli Lopes  
Diretor

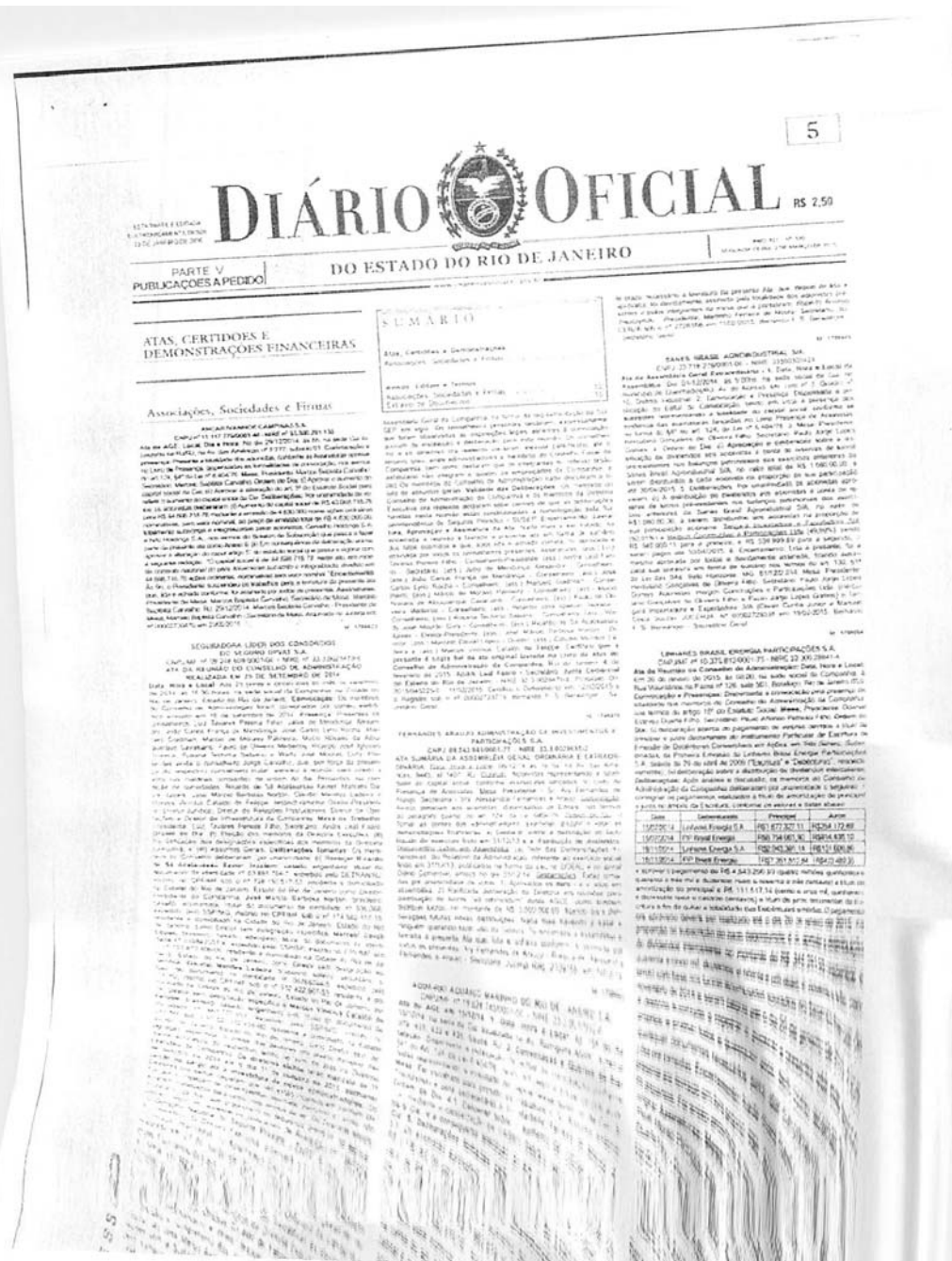
  
Claudio Mendes Ladeira  
Diretor

  
Marcus Vinicius Cataldo de Felipe  
Diretor

Ceridão da ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos Consórcios de  
Seguro DPVAT S.A. realizada em 22 de setembro de 2015 às 16:00 horas  
Página 3 de 3

[illegible]







[illegible]

# ALDAIRTON CARVALHO

SOCIEDADE DE ADVOGADOS

## SUBSTABELECIMENTO

SUBSTABELEÇO, com reservas de iguais para mim, os poderes outorgados por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, aos Drs. KÁTIA MARIA BASTOS FURTADO, brasileira, advogada, inscrita na OAB/CE sob nº 9.334, ALYSSON NARBAL DE OLIVEIRA SOMBRA, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/CE sob nº 30.414, LAÍS HELENA LANZA DE OLIVEIRA, brasileira, advogada, inscrita na OAB/CE sob nº 30.362, MARIANA ALMEIDA CATARINO, brasileira, advogada, inscrita na OAB/CE sob nº 31.673, FRANCISCO VIEIRA SALES NETO, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/CE sob nº 21.906, JOSÉ BONIFÁCIO DE MACÊDO FILHO, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/CE sob nº 16.349, JÉSSICA DA COSTA DO MONT, brasileira, advogada, inscrita na OAB/CE sob nº 31.451, ESAMYA DE LOIOLA SIQUEIRA, brasileira, advogada, inscrita na OAB/CE sob nº 32.327, ANDRÉA TELES DE MENEZES ALMEIDA DA COSTA, brasileira, advogada, inscrita na OAB/CE sob nº 33.307, bem como, Dr(a). \_\_\_\_\_, inscrito(a) na OAB/CE sob o nº \_\_\_\_\_, todos estabelecidos na Rua José Alencar Ramos, 385, Luciano Cavalcante, CEP. 60.813-565, Fortaleza - Ceara. Tel. 3241.3577 / 3262.3497, para o fiel cumprimento deste mandato, nos autos desta **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**.

Fortaleza/CE., 4 de julho de 2016.

  
Roberto Cassius Sampaio Aragão  
OAB/CE 16.468

Rio de Janeiro/RJ - Av. Rio Branco, 245, 8º Andar - CEP. 20.040-009 - Tel: (21) 3037-7704  
Fortaleza/CE - Rua José Alencar Ramos, 385 - CEP. 60.813-565 - Tel: (85) 3262-3497

**ALDAIRTON CARVALHO**  
SOCIEDADE DE ADVOGADOS

**CARTA DE PREPOSTO**


**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO**


**DPVAT S/A**, neste ato, representada pelo seu procurador legal, abaixo assinado, nomeia e constitui **FRANCISCO JOSÉ FAUSTINO, ANTÔNIA VÂLNIA SILVA DA FONSECA, ALYSON BRUNO JORGE VIDAL**, CPF's nº **424.339.323-00, 263.165.103-06, 605.154.013-07**, respectivamente, assim como, \_\_\_\_\_, inscrito no CPF sob o nº \_\_\_\_\_ como seus **PREPOSTOS** na Audiência designada para esta data, bem como outras que venham a ser designadas por este MM. Juízo, nos autos da presente **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, conferindo-lhe os poderes necessários para tanto, inclusive prestar depoimento pessoal, confessar e transigir.

Fortaleza/CE, 4 de julho de 2016.

  
Roberto Cassius Sampaio Aragão  
OAB/CE 16.468

Rio de Janeiro/RJ – Av. Rio Branco, 245, 8º Andar – CEP. 20.040-009 - Tel: (21) 3037-7704  
Fortaleza/CE – Rua José Alencar Ramos, 385 – CEP. 60.813-565 - Tel: (85) 3262-3497

 <b>DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO CEARÁ</b> <b>GUIA DE RECOLHIMENTO - DPGC</b>		<b>DPGC- GUIA DE RECOLHIMENTO DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO CEARÁ</b>	
<b>1 - IDENTIFICAÇÃO DA SERVENTIA:</b> 000151 - 11ª VARA CÍVEL Comarca: FORTALEZA		<b>2 - DATA EMISSÃO</b> 27/06/2016	
		<b>3 - SEQUENCIAL GUIA</b> 0002120	
<b>4 - RESPONSÁVEL PELO RECOLHIMENTO</b> SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A		<b>5 - PROCESSO/PROTOCOLO</b> 02058733020158060001	
<b>6 - NATUREZA DA AÇÃO</b> COBRANÇA		<b>7 - VALOR DA CAUSA</b> 11.812,50	
<b>8 - ESPECIFICAÇÃO DA RECEITA</b> 930 - DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO CEARÁ		<b>9 - VALOR A RECOLHER</b> 122,79	
<b>10 - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES</b> Após o VENCIMENTO, emitir nova guia acessando o site do Tribunal de Justiça/Ferjoju. Pagamento nas Agências da CEF, Lotéricas, Banco Postal, Correspondentes Bancários e Autoatendimento BB.		VIA PROCESSO Autenticação no Verso ou Lateral Direita	
<b>11- CÓDIGO DE BARRAS</b> 86710000001-9 22790522005-8 50001510002-6 12096093000-2			

 <b>DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO CEARÁ</b> <b>GUIA DE RECOLHIMENTO - DPGC</b>		<b>DPGC- GUIA DE RECOLHIMENTO DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO CEARÁ</b>	
<b>1 - IDENTIFICAÇÃO DA SERVENTIA:</b> 000151 - 11ª VARA CÍVEL Comarca: FORTALEZA		<b>2 - DATA EMISSÃO</b> 27/06/2016	
		<b>3 - SEQUENCIAL GUIA</b> 0002120	
<b>4 - RESPONSÁVEL PELO RECOLHIMENTO</b> SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A		<b>5 - PROCESSO/PROTOCOLO</b> 02058733020158060001	
<b>6 - NATUREZA DA AÇÃO</b> COBRANÇA		<b>7 - VALOR DA CAUSA</b> 11.812,50	
<b>8 - ESPECIFICAÇÃO DA RECEITA</b> 930 - DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO CEARÁ		<b>9 - VALOR A RECOLHER</b> 122,79	
<b>10 - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES</b> Após o VENCIMENTO, emitir nova guia acessando o site do Tribunal de Justiça/Ferjoju. Pagamento nas Agências da CEF, Lotéricas, Banco Postal, Correspondentes Bancários e Autoatendimento BB.		VIA CLIENTE Autenticação no Verso ou Lateral Direita	
<b>11- CÓDIGO DE BARRAS</b> 86710000001-9 22790522005-8 50001510002-6 12096093000-2			

 <b>DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO CEARÁ</b> <b>GUIA DE RECOLHIMENTO - DPGC</b>		<b>DPGC- GUIA DE RECOLHIMENTO DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO CEARÁ</b>	
<b>1 - IDENTIFICAÇÃO DA SERVENTIA:</b> 000151 - 11ª VARA CÍVEL Comarca: FORTALEZA		<b>2 - DATA EMISSÃO</b> 27/06/2016	
		<b>3 - SEQUENCIAL GUIA</b> 0002120	
<b>4 - RESPONSÁVEL PELO RECOLHIMENTO</b> SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A		<b>5 - PROCESSO/PROTOCOLO</b> 02058733020158060001	
<b>6 - NATUREZA DA AÇÃO</b> COBRANÇA		<b>7 - VALOR DA CAUSA</b> 11.812,50	
<b>8 - ESPECIFICAÇÃO DA RECEITA</b> 930 - DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO CEARÁ		<b>9 - VALOR A RECOLHER</b> 122,79	
<b>10 - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES</b> Após o VENCIMENTO, emitir nova guia acessando o site do Tribunal de Justiça/Ferjoju. Pagamento nas Agências da CEF, Lotéricas, Banco Postal, Correspondentes Bancários e Autoatendimento BB.		VIA BANCO Autenticação no Verso ou Lateral Direita	
<b>11- CÓDIGO DE BARRAS</b> 86710000001-9 22790522005-8 50001510002-6 12096093000-2			
			

SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL  
19/07/2016 - AUTOATENDIMENTO - 10.52.07  
0007800007 SEGUNDA VIA 0016

## COMPROVANTE DE PAGAMENTO

CLIENTE: CARVALHO E FURTADO ADVOGA  
AGENCIA: 0007-8 CONTA: 31.947-3  
=====

Convenio	DEFENSORIA PUBLICA/FAADEP
Codigo de Barras	86710000001-9 22790522005-8
	50001510002-6 12096093000-2
Data do pagamento	19/07/2016
Valor em Dinheiro	122,79
Valor em Cheque	0,00
Valor Total	122,79

-----

DOCUMENTO: 071923  
AUTENTICACAO SISBB: 2.8AC.153.B78.539.64F



	<b>ESTADO DO CEARÁ PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA</b>	<b>FERMOJU/FUNSEG-JE</b>	<b>GRF- GUIA DE RECOLHIMENTO FERMOJU /FUNSEG-JE Judicial</b>
<b>1 - IDENTIFICAÇÃO DA SERVENTIA:</b> 000151 - 11ª VARA CÍVEL Comarca: FORTALEZA			<b>2 - VENCIMENTO</b> 27/07/2016
<b>5 - RESPONSÁVEL PELO RECOLHIMENTO</b> SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A			<b>3 - DATA EMISSÃO</b> 27/06/2016
<b>7 - NATUREZA DA AÇÃO</b> COBRANÇA			<b>4 - SEQUENCIAL GUIA</b> 0006073
<b>9 - ESPECIFICAÇÃO DA RECEITA</b> 161-CUSTAS PROCESSUAIS FERMOJU (95%):R\$1.117,30/FUNSEG-JE(5%):R\$58,81			<b>6 - PROCESSO/PROTOCOLO</b> 02058733020158060001
<b>11 - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES</b> Documento válido até o VENCIMENTO. Após VENCIMENTO emitir nova Guia Através do site <b>Tribunal de Justiça</b> . Pagamento nas Agências da CEF, Lotéricas, Banco Postal, Correspondentes Bancários e Autoatendimento BB.			<b>8 - VALOR DA CAUSA</b> 11.812,50
<b>12 - CÓDIGO DE BARRAS</b> 85670000011-5 76110148201-3 60727000151-6 00060732161-9			<b>10 - VALOR A RECOLHER</b> 1.176,11
<b>VIA DO PROCESSO</b> Autenticação no Verso ou Lateral Direita			

	<b>ESTADO DO CEARÁ PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA</b>	<b>FERMOJU/FUNSEG-JE</b>	<b>GRF- GUIA DE RECOLHIMENTO FERMOJU /FUNSEG-JE Judicial</b>
<b>1 - IDENTIFICAÇÃO DA SERVENTIA:</b> 000151 - 11ª VARA CÍVEL Comarca: FORTALEZA			<b>2 - VENCIMENTO</b> 27/07/2016
<b>5 - RESPONSÁVEL PELO RECOLHIMENTO</b> SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A			<b>3 - DATA EMISSÃO</b> 27/06/2016
<b>7 - NATUREZA DA AÇÃO</b> COBRANÇA			<b>4 - SEQUENCIAL GUIA</b> 0006073
<b>9 - ESPECIFICAÇÃO DA RECEITA</b> 161-CUSTAS PROCESSUAIS FERMOJU (95%):R\$1.117,30/FUNSEG-JE(5%):R\$58,81			<b>6 - PROCESSO/PROTOCOLO</b> 02058733020158060001
<b>11 - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES</b> Documento válido até o VENCIMENTO. Após VENCIMENTO emitir nova Guia Através do site <b>Tribunal de Justiça</b> . Pagamento nas Agências da CEF, Lotéricas, Banco Postal, Correspondentes Bancários e Autoatendimento BB.			<b>8 - VALOR DA CAUSA</b> 11.812,50
<b>12 - CÓDIGO DE BARRAS</b> 85670000011-5 76110148201-3 60727000151-6 00060732161-9			<b>10 - VALOR A RECOLHER</b> 1.176,11
<b>VIA DO CLIENTE</b> Autenticação no Verso ou Lateral Direita			

	<b>ESTADO DO CEARÁ PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA</b>	<b>FERMOJU/FUNSEG-JE</b>	<b>GRF- GUIA DE RECOLHIMENTO FERMOJU /FUNSEG-JE Judicial</b>
<b>1 - IDENTIFICAÇÃO DA SERVENTIA:</b> 000151 - 11ª VARA CÍVEL Comarca: FORTALEZA			<b>2 - VENCIMENTO</b> 27/07/2016
<b>5 - RESPONSÁVEL PELO RECOLHIMENTO</b> SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A			<b>3 - DATA EMISSÃO</b> 27/06/2016
<b>7 - NATUREZA DA AÇÃO</b> COBRANÇA			<b>4 - SEQUENCIAL GUIA</b> 0006073
<b>9 - ESPECIFICAÇÃO DA RECEITA</b> 161-CUSTAS PROCESSUAIS FERMOJU (95%):R\$1.117,30/FUNSEG-JE(5%):R\$58,81			<b>6 - PROCESSO/PROTOCOLO</b> 02058733020158060001
<b>11 - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES</b> Documento válido até o VENCIMENTO. Após VENCIMENTO emitir nova Guia Através do site <b>Tribunal de Justiça</b> . Pagamento nas Agências da CEF, Lotéricas, Banco Postal, Correspondentes Bancários e Autoatendimento BB.			<b>8 - VALOR DA CAUSA</b> 11.812,50
<b>12 - CÓDIGO DE BARRAS</b> 85670000011-5 76110148201-3 60727000151-6 00060732161-9			<b>10 - VALOR A RECOLHER</b> 1.176,11
<b>VIA DO BANCO</b> Autenticação no Verso ou Lateral Direita			
			

SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL  
19/07/2016 - AUTOATENDIMENTO - 10.52.07  
0007800007 SEGUNDA VIA 0013

COMPROVANTE DE PAGAMENTO

CLIENTE: CARVALHO E FURTADO ADVOGA  
AGENCIA: 0007-8 CONTA: 31.947-3  
=====

Convenio	FERMOJU CUSTAS JUDICIAIS
Codigo de Barras	85670000011-5 76110148201-3
	60727000151-6 00060732161-9
Data do pagamento	19/07/2016
Valor em Dinheiro	1.176,11
Valor em Cheque	0,00
Valor Total	1.176,11

-----

DOCUMENTO: 071924  
AUTENTICACAO SISBB: F.CF8.874.140.38B.CC1



# PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Fortaleza

11ª Vara Cível

Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes, nº 220, Água Fria - CEP 60811-690, Fone: (85) 3492 8322, Fortaleza-CE - E-mail: for11cv@tjce.jus.br

## CERTIDÃO DE DECURSO DE PRAZO

Processo nº: **0205873-30.2015.8.06.0001**  
 Classe: **Procedimento Comum**  
 Assunto: **Seguro, Acidente de Trânsito e DIREITO CIVIL**  
 Requerente: **Juliane Cavalcante Pimenta**  
 Requerido: **Marítima Seguros S/A**

**CERTIFICO**, para os devidos fins, que decorreu o prazo legal e nada foi apresentado ou requerido pela parte demandante, apesar de intimada à fl. 89.

O referido é verdade. Dou fé.

**Fortaleza/CE, 27 de outubro de 2016.**

**SUYANNE PORTELA LANDIM**

Diretora de Secretaria

Assinado por certificação digital<sup>1</sup>

<sup>1</sup> De acordo com o Art. 1º da lei **11.419/2006**: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

• ~ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - assinatura eletrônica as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica; Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site <http://esaj.tjce.jus.br>. Em seguida selecionar a opção **CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL** e depois **Conferência de Documento Digital do 1º grau**.

Abrir a tela, colocar o nº do processo e o código do documento.



# PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Fortaleza

11ª Vara Cível

Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes, nº 220, Água Fria - CEP 60811-690, Fone: (85) 3492 8322, Fortaleza-CE - E-mail: for11cv@tjce.jus.br

## DESPACHO

Processo nº: **0205873-30.2015.8.06.0001**  
 Apensos:  
 Classe: **Procedimento Comum**  
 Assunto: **Seguro**  
 Requerente: **Juliane Cavalcante Pimenta**  
 Requerido: **Marítima Seguros S/A**

CLS.

CONSIDERANDO-SE que o(a) **ACÓRDÃO/SENTENÇA** que pôs termo a este processo já **TRANSITO EM JULGADO**, não mais existindo nenhum ato processual a ser praticado ou qualquer requerimento a ser feito, sendo razoável supor-se que a parte interessada em obter o **ALVARÁ JUDICIAL** ou o seu procurador judicial tenha impresso aquela autorização sem necessidade de comparecer à Secretaria da 11ª. Vara Cível de Fortaleza-CE, **DETERMINO O IMEDIATO ARQUIVAMENTO DESTE PROCESSO**, após as anotações de estilo, **SEM PREJUÍZO DE POSTERIOR DESARQUIVAMENTO** diante de eventual petição que formalmente seja apresentada neste sentido.

Exps. Necs.

Fortaleza, 27 de outubro de 2016.

**WASHINGTON OLIVEIRA DIAS**

**Juiz de Direito**

Assinado Por Certificação Digital<sup>1</sup>

<sup>1</sup> De acordo com o Art. 1º da lei **11.419/2006**: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

• ~ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - assinatura eletrônica as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica; Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site **http://esaj.tjce.jus.br**. Em seguida selecionar a opção **CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL** e depois **Conferência de Documento Digital do 1º grau**.

Abrir a tela, colocar o nº do processo e o código do documento.



# PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Fortaleza

11ª Vara Cível

Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes, nº 220, Água Fria - CEP 60811-690, Fone: (85) 3492 8322, Fortaleza-CE - E-mail: for11cv@tjce.jus.br

## CERTIDÃO

Processo nº: **0205873-30.2015.8.06.0001**  
 Apensos:  
 Classe – Assunto: **Procedimento Comum - Seguro**  
 Requerente: **Juliane Cavalcante Pimenta**  
 Requerido: **Marítima Seguros S/A**

**CERTIFICO**, face às prerrogativas por lei conferidas, que nesta data recebi os presentes autos com despacho prolatado. O referido é verdade. Dou fé.

**Fortaleza/CE, 28 de outubro de 2016.**

**SUYANNE PORTELA LANDIM**  
**Diretor de Secretaria**

Assinado por certificação digital<sup>1</sup>

<sup>1</sup> De acordo com o Art. 1º da lei **11.419/2006**: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

• ~ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - assinatura eletrônica as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica; Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site <http://esaj.tjce.jus.br>. Em seguida selecionar a opção **CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL** e depois **Conferência de Documento Digital do 1º grau**.

Abrir a tela, colocar o nº do processo e o código do documento.



# PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Fortaleza

11ª Vara Cível

Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes, nº 220, Água Fria - CEP 60811-690, Fone: (85) 3492 8322, Fortaleza-CE - E-mail: for11cv@tjce.jus.br

## CERTIDÃO DE BAIXA E ARQUIVAMENTO

Processo nº: **0205873-30.2015.8.06.0001**  
 Apensos:  
 Classe: **Procedimento Comum**  
 Assunto: **Seguro, Acidente de Trânsito e DIREITO CIVIL**  
 Requerente: **Juliane Cavalcante Pimenta**  
 Requerido: **Marítima Seguros S/A**

**CERTIFICO** que, nesta data, dei baixa e arqueei os presentes autos.

O referido é verdade. Dou fé.

**Fortaleza/CE, 28 de outubro de 2016.**

**SUYANNE PORTELA LANDIM**

Diretor de Secretaria

Assinado por certificação digital<sup>1</sup>

<sup>1</sup> De acordo com o Art. 1º da lei **11.419/2006**: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

• ~ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - assinatura eletrônica as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica; Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site <http://esaj.tjce.jus.br>. Em seguida selecionar a opção **CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL** e depois **Conferência de Documento Digital do 1º grau**.

Abrir a tela, colocar o nº do processo e o código do documento.